

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

MARIANA MELLO BURLAMAQUI

**A Divulgação Científica na Associação Brasileira de Educação: o
caso da Seção de Higiene
(1924 – 1932)**

Rio de Janeiro
2013

MARIANA MELLO BURLAMAQUI

**A Divulgação Científica na Associação Brasileira de Educação: o
caso da Seção de Higiene
(1924 – 1932)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Profa. Dra. Dominichi Miranda de Sá

Rio de Janeiro
2013

Ficha catalográfica

B961 Burlamaqui, Mariana Mello
A divulgação científica na Associação Brasileira de Educação: o caso da Seção de Higiene (1924-1932) / Mariana Mello Burlamaqui – Rio de Janeiro: [s.n.], 2013.
105 f .

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) -
Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2013.
Bibliografia: 77-87 f.

1. Comunicação e divulgação científica. 2. Educação. 3.
Higiene. 4. História. 6. Brasil.

CDD 501.4

MARIANA MELLO BURLAMAQUI

**A Divulgação Científica na Associação Brasileira de Educação: o
caso da Seção de Higiene
(1924 – 1932)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dominichi Miranda de Sá (PPGHCS - Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz) - Orientadora

Maurício Roberto Pinto da Luz (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde - IOC - Fiocruz)

Profa. Dra. Luisa Medeiros Massarani (PPGHCS - Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Suplentes:

Carlos Henrique Assunção Paiva (DEPES Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Prof. Dr. Luiz Antonio Teixeira (PPGHCS - Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Rio de Janeiro
2013

Dedicatória

“Tenho em mim todos os sonhos do mundo.”

Fernando Pessoa

Em memória de uma grande amiga, **Vanessa Alves**.

AGRADECIMENTOS

Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje e que doaram um pouco de si para a conclusão deste trabalho.

Agradeço, primeiramente, a minha orientadora Dominichi Miranda de Sá, por aceitar esse projeto, além de todo seu apoio e profissionalismo.

Aos professores Moema Vergara e Luiz Antonio Teixeira da Silva pelo apoio, comentários e pela participação na banca de qualificação.

À professora Luisa Massarani pela participação na banca de defesa e pelo exemplo que me aproximou da divulgação das ciências.

Aos professores da COC, em especial aos que lecionaram no período, Lorelai Kury, Gilberto Hochman e Flávio Edler.

Agradeço a toda equipe da Casa da Ciência da UFRJ, da qual fiz parte desde o início da faculdade e que foi parte fundamental em meu crescimento profissional e pessoal, lugar onde descobri meu caminho. Agradecimentos em especial à Adriana Vicente, Maria do Socorro e Luciane pela atenção e carinho de sempre. Aos amigos José Carlos, Marcos, Orlando, Casadei, Joyce, Carminha e Tapiti.

Aos funcionários da COC, em especial Maria Cláudia e Paulo Chagas.

Às responsáveis pelo acervo da Associação Brasileira de Educação, Maria Amélia e Raquel Gomes.

Aos colegas de turma da pós-graduação pelas discussões e momentos compartilhados de angústias e incertezas, mas sempre com muita diversão. Em especial aos amigos Maria Gabriela e Diego Ramon pelo apoio e suporte em todo o período.

Aos amigos do IFCS - UFRJ agradeço pelos momentos e encontros memoráveis e que estes sejam constantes apesar dos caminhos diferentes. Em especial ao amigo Alex Vasconcellos.

Aos amigos da vida Mônica Ramos, Juliana Guedes, Ana Beatriz, Mônica Quintelas, Maria Cristiane, Danielle, Dayane, Jacqueline e Daniel.

À minha mestre Mercês Navarro Vasconcellos agradeço as discussões e o apoio.

Ao meu irmão de coração Felipe Quintelas agradeço por todo o apoio e sinceridade.

Aos meus irmãos Felipe e Gabriel agradeço por fazerem parte da minha história.

Ao meu namorado Leonardo Vazquez agradeço toda compreensão, apoio e paciência nas horas mais difíceis. Obrigada por fazer minha vida melhor.

Aos meus pais, Valeria e Sergio, que são responsáveis por tudo que sou hoje e por tudo que serei. Agradeço pelo exemplo e pela força, por sempre acreditarem em mim e não me deixarem desanimar.

Introdução	11
Capítulo 1- A Missão	19
1.1 - Legião de Precursores	19
1.2 - Seus fins e utilidades	22
1.3 - Estrutura e organização interna	23
1.4 - A.B.E. nos Estados	26
1.5 - A.B.E. no Exterior	27
1.6 - Um centro de aglomeração e divulgação	30
Capítulo 2 - “Vitalizar pela educação e pela higiene”	38
2.1 - Educação higiênica em foco	41
2.2 - A seção de Educação Física e Higiene da A.B.E.	43
2.3 - Campanhas	48
Capítulo 3 - “Pílulas Científicas”	59
3.1 - Professor como divulgador	59
3.2 - Semanas de Educação	61
3.3 - Folhetos Educativos	64
3.4 - O cinema e o rádio	65
3.5 - Boletim da A.B.E.	67
3.6 - Conferências Nacionais de Educação	69
Considerações finais	75
Fontes e Bibliografia	77
Índice Onomástico	88
Anexos	92

Lista de Abreviaturas

A.B.E. – Associação Brasileira de Educação

MN – Museu Nacional

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

BIE – Bureau International d'Éducation

CNE – Conferência Nacional de Educação

AMEA – Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA)

RESUMO

A dissertação analisa as ações em divulgação científica realizadas pela Associação Brasileira de Educação (A.B.E.) no período de 1924 a 1932, com destaque para os conteúdos veiculados por sua seção de higiene. Os seus principais personagens, os temas na área de saúde e a relação da A.B.E. com outras instituições nacionais e internacionais também foram abordados nessa pesquisa.

A A.B.E. foi criada por intelectuais de diferentes formações e buscou ser um pólo aglutinador entre instituições, escolas e pessoas interessadas em discutir a "educação nacional". Sob essa expressão, na época, estavam incluídas agências e modalidades formais e não formais de ensino com vistas ao projeto comum de popularização do conhecimento científico no país.

ABSTRACT

This work analyzes the actions accomplished in science popularization by the Associação Brasileira de Educação (A.B.E.) in the period 1924-1932, emphasizing the contents related to its hygiene section. Health area themes and A.B.E. relation with other national and international institutions were also addressed in this study.

A.B.E. was created by intellectuals from different degrees and sought to be a linking pole in the midst of institutions, schools and people interested in discussing “national education”. At that time the expression included agencies and formal and non-formal teaching methodologies, aiming for the popularization of the scientific knowledge in the country.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar a Associação Brasileira de Educação como uma instituição de divulgação das ciências e, em especial, dos preceitos de higiene no período de 1924 a 1932. O principal conjunto documental utilizado constituiu-se do *Boletim da A.B.E.* (1925-1929) publicados pela própria instituição. Essas publicações, juntamente com as atas, cartas, a Revista *Schola* (1930-1931) e os registros de quatro das Conferências Nacionais de Educação (1927, 1928, 1929 e 1931) constituem o legado arquivístico da Associação. Este acervo possui maior reconhecimento por parte de profissionais ligados à área de educação, que a definem como uma instituição de promoção do ensino. Porém, o olhar de um historiador das ciências chama atenção para atividades diferentes e, dessa forma, busquei destacar as ações da A.B.E. no campo da divulgação científica, com destaque para a área de saúde e higiene.

Busco expor meu entendimento de divulgação científica, sobretudo para entendê-la no período em foco neste trabalho, baseada na definição de Wanda Weltman em sua tese “A educação do Jeca: ciência, divulgação científica e agropecuária na Revista *Chácaras e Quintais* (1909-1948)”. Segundo a autora, a atividade de popularização da ciência, realizada então pelos próprios cientistas, destinar-se-ia não apenas ao público leigo, mas concomitante às elites políticas e intelectuais, com a preocupação de legitimar e conseguir apoio para a realização de seus projetos¹.

Weltman analisa as atividades de promoção da ciência realizadas por cientistas numa publicação agrícola da primeira metade do século XX. A rigor, a historiografia tem chamado atenção para modalidades e suportes diversos de divulgação científica ao menos desde a segunda metade do século XIX. Correntes nesses trabalhos são as interpretações que articulam a divulgação científica tanto ao processo de construção da nacionalidade brasileira quanto à profissionalização da própria carreira científica no Brasil, com ênfase maior nesse último ponto.

De acordo com Moema Vergara, atividades em vulgarização científica², termo mais utilizado no oitocentos brasileiro, se intensificam a partir dos anos 70 do século XIX e eram

¹ WELTMAN, Wanda Latmann. *A Educação do Jeca: Ciência, Divulgação Científica e Agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008, p30.

² Para maiores detalhes sobre a origem do termo vulgarização científica ver: VERGARA, Moema Rezende. *A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Tese (Doutorado em História Social de Cultura). Rio de Janeiro: PUC; 2003.

vistas como formas de estabelecer uma relação entre os cientistas e o público leigo. A autora nos mostra que "a vulgarização científica e a especialização das disciplinas são processos correlatos." E ressalta ainda as mudanças na atividade científica da ocasião: antes "a ciência tinha uma essência filosófica e de prática individual, realizada nos gabinetes de cientistas, apoiados por vezes por instituições como academias, museus e observatórios."³ Esses cientistas independentes passam a ser minoria em prol de uma ciência feita por cientistas que trabalhavam para o governo. Estes foram ganhando espaço na sociedade e contribuindo para a institucionalização e profissionalização de sua atividade. Estes homens se viam como os únicos agentes "na sociedade brasileira capazes de promover as transformações necessárias para o avanço de uma ciência nacional"⁴ e

não apenas valorizavam a ciência pela ciência, mas advogavam a impossibilidade de qualquer solução "não-científica" para os problemas humanos, pois só a ciência revelaria o "ser" das coisas. A ciência não seria simplesmente, no campo das soluções humanas, o limite imposto a valores e ideais extra científicos, mas a atividade geradora dos próprios ideais e valores.⁵

Com essa especialização do cientista, fez-se necessária a tradução desse conhecimento científico produzido, ou seja, o vulgarizador, que na ocasião era o próprio cientista, teria a função de traduzir a linguagem científica para a comum. Essa necessidade de tradução se fez devido às mudanças na prática científica, esta se tornou cada vez mais complexa e especializada, ou seja, a distância do entendimento entre cientistas e o público leigo estava crescendo constantemente. Com esse saber cada vez mais distante da população, cabia ao vulgarizador a tarefa complexa de lutar contra a superficialidade e a falta de rigor científico que esta atividade poderia alcançar. O cientista deveria ser um mediador entre o público e os conhecimentos produzidos nas instituições, buscando "levar as preocupações sociais para a comunidade científica e atualizar o público das novidades da ciência"⁶. Neste papel de vulgarizador, o cientista "foi um dos agentes responsáveis pela formação de um espaço para a ciência e a construção de uma forte confiança junto ao público."⁷ Era preciso legitimar a prática desses cientistas junto ao público e aos governos.

³ Idem, p.206.

⁴ Ibidem, p.206.

⁵ Idem. *Ensaio sobre o termo vulgarização científica no Brasil do século XIX. Revista Brasileira de História da Ciência*; v.1; n.2; 2008, p.40.

⁶ Ibidem, p.138.

⁷ Idem. *A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Tese (Doutorado em História Social de Cultura). Rio de Janeiro: PUC; 2003; p.13.

Segundo Dominichi Miranda de Sá, cientistas especializados e profissionalizados foram fenômeno nascente na segunda metade do século XIX. Esse padrão de exercício profissional passou a substituir um mundo no qual predominavam os chamados 'homens de letras', 'eruditos' ou 'retóricos', de formação enciclopédica. Não havia mais espaço na comunidade científica para amadores frente ao crescente aumento da circulação de conhecimentos, teorias e descobertas. A especialização, exatamente, seria então uma forma de dedicação a estudos específicos e de aceitar limites na atualização de conhecimentos, dados os aumentos constantes em intercâmbios e fluxos de pessoas e ideias por meio de viagens de estudos, congressos internacionais, permutas de publicações e da própria emergência de disciplinas científicas cada vez mais particularizadas.⁸ Ainda segundo Sá, como interface deste processo de especialização científica, a segunda metade do século XIX foi a época de ouro da vulgarização científica, um período de "ampla proliferação do romance científico, da ficção científica, de conferências, cursos, museus e exposições"⁹.

Nessa mesma época, em paralelo, houve certo otimismo, sobretudo na Europa, com relação à ciência, pois presumia-se que esta seria responsável pelo progresso mundial e estaria ligada à indústria. Luísa Massarani e Ildeu de Castro Moreira nos mostram que, apesar desse otimismo, no Brasil esse interesse estaria restrito a uma pequena elite, pois 80% da população era analfabeta e ainda existia escravidão.¹⁰

Os autores sinalizam que, nas décadas seguintes, as atividades de divulgação científica, a categoria nativa que passa a ser utilizada no Brasil da ocasião, dinamizaram-se e especialmente na década de 1920, com diversificação do público, ações, instituições e personagens envolvidos nesses empreendimentos. Na dissertação de mestrado de Luisa Massarani, "A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20"¹¹, acompanhamos o exame detido desse aumento e da variedade de meios de comunicação que passaram a ser utilizados, como jornais, revistas, livros, o rádio, além de conferências acessíveis a diferentes estratos da população. Em seu texto, Massarani enfatiza o engajamento de cientistas e intelectuais nessas ações específicas, afirmando que esse "grupo de elite constituiu o embrião da comunidade científica brasileira que, em um movimento

⁸ SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

⁹ Idem; p.91.

¹⁰ MASSARANI, L., e Moreira, I. C. *Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil*. In L. Massarani, I. C. Moreira & F. Brito (Eds.) *Ciência e público: Caminhos da divulgação científica no Brasil* (pp. 43-64). Rio de Janeiro, RJ: Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2002.

¹¹ MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20*. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em C&T, Escola de Comunicação, UFRJ, 1998.

organizado, tentava criar condições para o desenvolvimento de pesquisa científica no país.”¹² Esses intelectuais buscavam criar condições para o desenvolvimento da pesquisa básica no Brasil.

Massarani concentra seus estudos nas atividades de quatro cientistas, dentre eles, dois participaram da direção da A.B.E., Álvaro Ozório de Almeida e Amoroso Costa. Além de Edgard Roquette-Pinto (Museu Nacional) e Henrique Morize (Sociedade Brasileira de Ciências e Rádio Sociedade), que eram de outras instituições, mas tinham um relacionamento ativo com a Associação, promovendo um intercâmbio de informações e atividades.

Apesar de a A.B.E. não ser seu foco, Luisa Massarani também analisa as palestras promovidas pela Associação, que seriam relacionadas à divulgação científica na década de 1920. Os eventos foram importantes e eram publicados em jornais cariocas, recebiam um grande público e ainda possibilitavam a apresentação de cientistas de renome, inclusive do exterior, como Marie Curie, Paul Rivet e Paul Langevin. Os assuntos destas conferências não se limitavam aos especialistas, mas visavam também o público leigo e eram de temas variados.

Como vimos por essas obras, a divulgação científica vem sendo vista sobretudo como componente indissociável da própria história da profissionalização da carreira científica no Brasil. Quanto à sua articulação com a temática nacional, os estudos indicam fortemente essa perspectiva¹³, mas nenhum deles dedicou-se até agora à A.B.E..

A mais ampla pesquisa sobre a Associação Brasileira de Educação, e que de fato a tomou como objeto, é a de autoria de Marta Maria Chagas de Carvalho. Minha dissertação de mestrado dela se diferencia pelo meu interesse imediato em estudar as ações em divulgação das ciências na A.B.E., com ênfase nos temas de saúde, sem procurar me ater à história da educação. Em sua tese, depois transformada em livro, “*Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*”¹⁴, Carvalho buscou produzir um olhar alternativo aos estudos sobre o pensamento educacional das décadas de 1920 e 1930 através das propostas da Associação Brasileira de Educação. A autora busca desmistificar a memorialística sobre a A.B.E. e a história da educação no período

¹² Idem, p54.

¹³ Esse viés é trabalhado nos capítulos que compõem, por exemplo, a coletânea a seguir: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda (orgs.). *Antropologia Brasileira – Ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora UFMG / Editora Fiocruz, 2008. Além do artigo: DUARTE, Regina Horta. *Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34)*. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, Abril 2004.

¹⁴ CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Molde nacional e Forma Cívica: higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1986.

indicado. Carvalho afirma que a A.B.E. não nasceu da crença no poder do progresso da educação, mas de uma tentativa fracassada da formação de um partido político (Ação Nacional). A autora sustenta que a mudança de um projeto político para um projeto pedagógico foi necessária para evitar embates com o governo de Artur Bernardes, que prendeu Everardo Backeuser, Mário de Brito e Ferdinando Labouriau por causa da oposição manifestada ao presidente Bernardes.¹⁵

Carvalho possui a intenção de mostrar que esse interesse na educação era apenas uma forma encontrada para que esses intelectuais impusessem suas regras e unificassem os costumes, homogeneizando a população inculta e incapaz, pois era necessário modernizar o Brasil, igualando-o aos padrões internacionais da sociedade industrial e estabelecer a ordem social.

A meu ver, a visão de Marta Carvalho limita a compreensão das ações e atividades promovidas na década de 1920 pela A.B.E., por considerar que todo o movimento era “ideológico”, ou seja, não tinha autêntico interesse na educação como forma de progresso, mas era apenas uma maneira de dirigir a sociedade. Como vimos nos textos discutidos até aqui, a divulgação em ciências, na passagem do século XIX ao XX, era vista como atividade intelectual indissociável do papel público que os cientistas assumiam na ocasião. Além de estarem se profissionalizando e se especializando, os cientistas se projetavam na cena pública como os agentes da modernização e da civilização do país, e a ciência, no seu dizer, constituía um dos instrumentos privilegiados para a constituição deste “mundo novo”, ancorado na firme confiança no progresso técnico que esta encarnava. Não à toa, o seu engajamento na formulação de propostas que visavam “popularizar” a ciência. Esta era uma pré-condição, a seu ver, tanto do patamar especializado e hermético que projetavam para a sua atividade profissional quanto para “catapultar” o Brasil para o nível do século. Defendo, então, que suas ações em divulgação das ciências concentradas na A.B.E. tanto espelham quanto explicam o processo de profissionalização da carreira científica em curso naqueles anos. Tratava-se de delimitar as atribuições do ‘cientista’, e divulgar ciências de modo a apressar a chegada do futuro “civilizado”. Esse é o contexto no qual a Associação Brasileira de Educação foi criada e a chave de leitura básica que orienta essa dissertação de mestrado.

Defendo que a A.B.E. foi criada por intelectuais de diferentes formações e buscou ser um pólo aglutinador entre instituições, escolas e pessoas interessadas em discutir a "educação

¹⁵ Sobre esse tema, ver também Júlio Cesar Paixão Santos. *Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz; 2008.

nacional", em perspectiva aproximada à divulgação científica, ou seja de ampla difusão de temas de ciência em diferentes estratos sociais. Evidência dessa minha afirmativa é o fato de que, nos documentos analisados e produzidos por intermédio da instituição, os intelectuais da A.B.E. usavam as expressões “divulgação científica” e a “educação nacional” como componentes de um mesmo campo semântico. No seu dizer, a atividade de promoção da ciência, como veículo de modernização e civilização do país, deveria atingir diferentes setores da população e contagiar integralmente agentes e modalidades formais e não-formais de ensino. Por isso, a sua militância, como veremos, nas escolas, mas também nas fábricas; no uso do rádio e do cinema, mas também das revistas; na instrução dos escolares, mas também na incorporação dos próprios professores primários ao projeto de expandir o acesso a preceitos e conhecimentos de ciência. Como se percebe, as expressões e projetos dos cientistas enunciados nas fontes privilegiadas têm valor heurístico nesta pesquisa.

Assim, como podemos ver, a A.B.E. ainda não mereceu estudos detidos que compreendam as suas atividades e produtos em divulgação das ciências, e sobretudo no esforço de articulá-la aos movimentos intelectuais e nacionalistas de promoção da educação e da saúde naqueles anos¹⁶. Do meu ponto de vista, as atividades da Associação precisam ser examinadas de modo, exatamente, a explicar o recrudescimento da divulgação das ciências nos anos 1920, tal como aponta a historiografia dedicada ao tema. Seu alcance e efetividade precisam ser melhor investigados e tampouco se sabe com detalhes sobre as contribuições de cientistas da ocasião¹⁷ na implementação e funcionamento desta instituição. É, pois, para sanar essas lacunas da historiografia que proponho esta pesquisa.

Quanto ao recorte temporal, concentra-se de 1924, ano de criação da A.B.E., a 1932, quando a instituição se reconfigura, assumindo perfil distinto daquele que marcou as suas atividades até então.

A própria Marta Maria Chagas Carvalho, em outro trabalho,¹⁸ nos mostra que, a partir de 1932, a instituição se reorganiza devido à crescente hegemonia do grupo dos chamados "profissionais da educação". A partir de 1932, a A.B.E. passa a ser organizada em âmbito

¹⁶ Como veremos mais à frente, a rigor, há trabalhos, entre apresentações em congressos e teses de doutorado, que analisam a promoção à saúde veiculada pela A.B.E., mas sua ênfase recai na Educação Física e no esporte. Minha opção é a de discutir saúde e higiene em perspectiva mais ampla, com a inclusão da educação física, mas sem me circunscrever a ela, tal como preconizada na fala de meus personagens, e em articulação ao projeto nacionalista de ampliar o acesso a informações de cunho científico.

¹⁷ Busquei fornecer ao leitor informações biográficas sobre os principais personagens citados, mas não foi possível reuní-las para todos os intelectuais ligados à A.B.E.

¹⁸ CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930)*. Cadernos de Pesquisa, n.º 66, p. 4-11., agosto, São Paulo, 1988.

nacional¹⁹ quando os chamados 'Pioneiros da Educação Nova'²⁰ passam a dominar a instituição. "O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova lançado em 1932, no contexto da preparação da Assembleia Nacional Constituinte de 1933, com o sugestivo título 'A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao Governo', pode ser considerado o marco inicial da preocupação com um projeto nacional de educação, com visão sistêmica, de totalidade."²¹ Tratava-se, pois, a partir de então, de visar exclusivamente ações e instituições de educação formal e de reformar todo o aparato educacional brasileiro, inclusive com a criação de universidades. O foco no sistema de ensino nacional tornou menos frequente a ação policêntrica e polivalente que caracterizou a A.B.E. nos seus primeiros anos e nas atividades que, exatamente, qualificamos como “divulgação científica”.

Dentre as diversas ações promovidas e temáticas privilegiadas pela A.B.E., a higiene foi uma das mais destacadas. 'Educação em higiene e para a saúde' era um dos motes principais do nacionalismo militante que marcou a produção intelectual brasileira nos anos 1920. Intelectuais definiam a sua atuação como missão política e social de conhecimento da realidade nacional e defesa dos interesses coletivos. A saúde era uma dessas principais bandeiras nacionais e por isso será examinada mais especialmente neste trabalho.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, a Associação Brasileira de Educação foi apresentada, buscando mostrar quem eram seus membros, quais seus fins e sua estrutura e organização interna. No segundo capítulo procuro analisar a gênese do movimento sanitarista brasileiro (a partir da repercussão das grandes expedições científicas no interior do país) e a apropriação da questão da saúde no Brasil no início do século XX, levando em conta o debate promovido pelos intelectuais em torno da construção de um projeto para a nação. Nesse capítulo tive como foco as ações em prol da saúde, da educação em saúde e da divulgação de preceitos de profilaxia da seção de Higiene e Educação Física da

¹⁹ A reconfiguração nacional da ABE acompanhou os movimentos da política nacional. Em 1930, o Governo Provisório criou o Ministério da Educação e Saúde Pública sob responsabilidade de Francisco Campos, que implementou o deslocamento de uma política educacional de âmbito local e estadual para a esfera federal. In: ARAÚJO, Marta Maria de. *Tempo de balanço: organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: nº5, jan./jul., 2003, p.9-41.

²⁰ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova propunha a criação de um sistema nacional de ensino que se configurou nos anos 1930. A discussão sobre a educação que se efetiva por meio da publicação em 1932 do Manifesto já vinha sendo gestada antes deste período, sobretudo no que se refere à amplificação das políticas para a democratização do acesso à educação e reorganização dos currículos para incorporação de disciplinas científicas. In: IVASHITA, Simone Burioli e VIEIRA, Renata de Almeida. *Os Antecedentes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Campinas, SP; 2009.

²¹ GOMES, Lêda e Queiroz, Arlindo. *O Planejamento Educacional no Brasil*. Fórum Nacional de Educação; junho de 2011. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf> Acesso em: 28 de abril de 2013.

A.B.E. No terceiro capítulo analisei os mecanismos e as formas de divulgação de que a Associação Brasileira de Educação fazia uso, como a utilização do professor como divulgador, o *Boletim da A.B.E.*, o uso do cinema e do rádio, a realização de cursos e palestras, a Semana de Educação, a produção de folhetos educativos e os inquéritos e as Conferências Nacionais de Educação.

CAPÍTULO 1 – A MISSÃO

“Só pode ter fé nos destinos de um país, quem sabe o seu passado e compreende o seu presente.”²²

1.1 – Legião de Precursores

Os intelectuais do início do século XX estavam inseridos em um ideal de missão social para "salvar" o Brasil do atraso em que, presumiam, o país se encontrava. Viam-se como os condutores da nação e acreditavam que deveriam buscar conhecer, revelar e solucionar os problemas da realidade brasileira, conferindo a esse conhecimento um papel social de modernização do país. E para ser moderno, a aproximação com o mundo ocidental, era crucial.²³ De acordo com a socióloga Lúcia Lippi, "dos anos 20 ao Estado Novo estabelece-se uma dinâmica de aproximações sucessivas que congrega diferentes correntes e autores no ideal comum de modernizar o país."²⁴ Havia diversos grupos com diferentes visões sobre a construção do Brasil e essas propostas nacionalistas se colocavam em uma posição de salvadoras da nação.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial e suas repercussões no cenário político e social brasileiro, movimentos nacionalistas multiplicaram-se, pois a pauta da defesa dos interesses nacionais ganhou a ordem do dia. Visava-se à “salvação” do país pela ação política, para dar combate a mazelas da população brasileira, que passaram a ser qualificadas, então, como “problemas nacionais” – doenças, analfabetismo e pobreza. Diferentes movimentos nacionalistas diziam atuar em prol de um novo projeto nacional. A década de 1920, sobretudo, reuniu médicos, engenheiros, advogados e educadores que criaram diferentes movimentos com o objetivo de eliminar "os verdadeiros males do país". Esses nacionalistas acreditavam que a cura para esses males seriam, basicamente, a saúde e a educação.²⁵

No que se refere especialmente à saúde, a maior expressão nacionalista do período foi o movimento pelo saneamento dos sertões. A campanha denunciava a ausência do Estado

²² Um dos princípios da A.B.E. In: *O Malho*; edição 1238; junho de 1926; p.5.

²³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional da Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 208p.; 1990; p.190.

²⁴ Idem; p.197.

²⁵ Idem; p.197.

brasileiro e de médicos nas regiões interioranas do país. A produção historiográfica da saúde afirma que a década de 1920 foi o período “auge da campanha pelo saneamento no Brasil” e a esse tema voltaremos no capítulo seguinte.²⁶ Quanto à educação, Lippi nos mostra que “A questão da salvação nacional através da educação no pós-Primeira Guerra foi seminal para o movimento de reformas educacionais implantadas nos anos 20, que nos anos 30 ficaria conhecido como Escola Nova.”²⁷

Lippi também destaca alguns dos movimentos nacionalistas que se organizaram nesse período pós-guerra, como a Liga de Defesa Nacional, fundada em 7 de setembro de 1916, e que tinha como prioridades a educação, o recrutamento militar obrigatório e a defesa nacional, e a Liga Nacionalista de São Paulo, fundada em 1917. Ambos os movimentos acreditavam que, através da alfabetização, a população brasileira poderia votar e mudar a situação do país. Dois outros movimentos que tinham inúmeros princípios coincidentes eram a Propaganda Nativista e a Ação Social Nacionalista. A Propaganda foi movimento fundado em 21 de abril de 1919 por Álvaro Bomilcar e cujo patrono era Floriano Peixoto. Baseava-se na luta pela emancipação econômica e pela defesa das ideias republicanas e democráticas; pretendia ainda despertar a solidariedade entre as nações americanas, defender o mercado de trabalho para os brasileiros e regulamentar a imigração, que deveria ser dirigida apenas para os serviços da lavoura. A Ação Social Nacionalista foi fundada em 1920 e surgiu sob influência da Propaganda Nativista e se dizia uma instituição de defesa nacional, sem cunho político ou religioso, enquanto a Propaganda Nativista se colocava como uma sociedade de caráter político.²⁸

A A.B.E., de sua parte, foi capaz de congrega vários desses intelectuais “missionários”, dispersos em diferentes movimentos, sob a mesma bandeira de popularização das ciências no país, vinculando-a ao projeto de transformação e resolução dos problemas nacionais, com destaque para a educação.

A ideia que levou à criação da Associação Brasileira de Educação nasceu após uma reunião promovida pelo seu mentor principal, o engenheiro e professor da Escola Nacional de

²⁶ Para aprofundamento sobre o tema ver os textos: CASTRO SANTOS, Luiz Antonio, “*O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade*”, Dados: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 28, no. 2, pp. 193-210; 1985. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan, Iuperj/Ucam, 1999. HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, ANPOCS, 1998.

²⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional da Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 208p.; 1990; p147.

²⁸ Para maiores detalhes sobre os movimentos nacionalistas que surgiram antes e durante a Primeira Guerra Mundial ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional da Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 208p.; 1990.

Belas Artes, Heitor Lyra da Silva²⁹ (1887-1926) no Hotel Glória em março de 1924. Esta reuniu intelectuais como Lysimaco da Costa³⁰; Everardo Backeuser (1879-1951)³¹; Edgar Sussekind de Mendonça³² e Francisco Venâncio Filho (1894-1946)³³ para discutir a viabilidade de uma Federação de Associações de Ensino.

Fundada em 16 de outubro de 1924, a A.B.E. contou com a assinatura de alguns intelectuais, com destaque para os engenheiros já citados, além de outros nomes como Tobias Moscoso³⁴, Amoroso Costa³⁵ (1885-1928), Mário Paulo de Brito³⁶ (1884-1974), Ferdinando Laboriau³⁷, Barbosa de Oliveira³⁸ e Dulcídio Pereira³⁹. As mulheres também fizeram parte

²⁹ Bacharel em Ciências e Letras (1896) e formou-se na Escola Politécnica em Engenharia Civil (1911). Lecionou no Colégio Jacobina e no curso de Arquitetura da Escola de Belas-Artes. Colaborou e atuou na construção da Escola Regional de Meriti. In: SANTOS, Júlio Cesar Paixão. *Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz; 2008.

³⁰ Obteve título de engenheiro geógrafo, engenheiro civil e engenheiro arquiteto. Fez parte do Conselho Superior da Universidade do Paraná, local que lecionou cadeiras de química e matemática e, foi eleito Catedrático de Mineralogia e Geologia do Curso de Engenharia Civil. In: ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. *A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político paranaense no cenário da educação brasileira (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

³¹ Engenheiro geógrafo, engenheiro civil, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas e doutor em Ciências Físicas e Naturais. Foi professor de Mineralogia e Geologia da Escola Politécnica do RJ; professor do Colégio Pedro II; professor da Escola Normal de Niterói; do Curso Superior de Geografia da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; do Instituto de Pesquisas Educacionais da Prefeitura do Distrito Federal e do Curso de Pedagogia da Faculdade Católica de Filosofia. In: ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. *A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político paranaense no cenário da educação brasileira (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

³² Professor substituto da Escola Superior de Agricultura e professor de Desenho da Escola Normal. Um dos fundadores da Escola Regional de Meriti junto à sua esposa Armanda Álvaro Alberto e Venâncio Filho. In: ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. *A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político paranaense no cenário da educação brasileira (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

³³ Bacharel em Ciências e Letras e Engenheiro Civil, foi professor da Escola Normal do Rio de Janeiro por 30 anos. In: ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. *A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político paranaense no cenário da educação brasileira (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

³⁴ Engenheiro, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Fonte: Revista Ilustração Brasileira; edição 00060; 1925; p23.

³⁵ Engenheiro, bacharel em ciências físicas e matemática, livre docente de astronomia e geodésia, um dos pioneiros em pesquisas matemáticas no Brasil.

Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ManuACos.htm>> Acesso em: 19 de abril de 2013.

³⁶ Mário Paulo de Brito (1884-1974) formou-se engenheiro, tornando-se professor de Química na Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1924, participou da fundação da Associação Brasileira de Educação, integrando a sua primeira diretoria e outras sucessivas. Ocupou vários cargos públicos. In: Munakata, Kazumi. *Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p. 513-529, set./dez. 2004; p521.

³⁷ Engenheiro, membro da Academia Brasileira de Ciências e professor da Escola Politécnica. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/paim_rio.htm> Acesso em: 19 de abril de 2013.

³⁸ Engenheiro, catedrático da Escola Politécnica e diretor da Escola Normal Wenceslau Bráz. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1803469/dou-secao-1-04-02-1928-pg-40>> Acesso em: 19 de abril de 2013.

dessa empreitada, com nomes como a da professora Isabel Lacombe⁴⁰, a educadora Armanda Álvaro Alberto⁴¹ (1892-1974), Alice Carvalho de Mendonça⁴² (1881-1951), Branca Fialho⁴³ (1896-1965), Bertha Lutz⁴⁴ (1894-1976) e Jerônima Mesquita⁴⁵ (1880-1972).⁴⁶

1.2 – Seus fins e utilidades

A Associação Brasileira de Educação com sede no Rio de Janeiro é uma instituição de caráter privado que funciona ainda hoje de forma independente no centro da cidade do Rio de Janeiro. Sobrevive graças à contribuição de seus sócios e é procurada, principalmente, por estudantes e pesquisadores interessados em seu acervo de documentos referentes à instituição e à história da educação.

No período em foco neste trabalho, tinha como finalidade a difusão e o aperfeiçoamento de iniciativas referentes ao campo da educação; acreditava-se na necessidade de uma reforma na educação nacional, na luta contra o analfabetismo e em prol de uma população capaz de transformar o Brasil e levá-lo a alcançar o patamar das nações ditas civilizadas. Como foi afirmado no *Boletim da A.B.E.* quatro anos após a sua criação:

O fim principal da A.B.E. é desenvolver educação pelo Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, tratando desde o ensino primário até o técnico superior, em

³⁹ Engenheiro civil, professor e catedrático de física da Escola Politécnica. Disponível em: <<http://www.iluminacaoarquitetural.com.br>> Acesso em: 19 de abril de 2013.

⁴⁰ Fundadora do Colégio Jacobina (primeira década do século XX) e presidente da A.B.E., (1928-1929). In: *Boletim da A.B.E.*; ano V; nº13; maio de 1929; p7.

⁴¹ Educadora, fez parte da Associação Cristã Feminina (ACF), vice-presidente da Liga Brasileira contra o Analfabetismo e foi uma das fundadoras da Escola Regional de Meriti. In: SANTOS, Júlio Cesar Paixão. *Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz; 2008.

⁴² Formou-se na Escola Normal de São Paulo. Foi presidente da Federação das Bandeirantes do Brasil, no período de 1930 à 1945. (<http://www.abe1924.org.br>)

⁴³ Educadora, membro fundadora da A.B.E. e do Instituto Brasil-Estados Unidos. Foi agraciada com a Medalha Rui Barbosa. Participou dos movimentos em prol da ampliação dos direitos femininos. In: SCHUMAHER, Schuma e BRASIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

⁴⁴ Formou-se em botânica, ciências naturais, zoologia, embriologia, química e biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, Sorbonne. Foi ativa participante do movimento feminista no Brasil, sendo a segunda mulher a ingressar nos quadros do serviço público brasileiro, tornando-se mais tarde naturalista da seção de botânica do Museu Nacional. Disponível em: <www.fgv.br> Acesso em: 19 de abril de 2013.

⁴⁵ Atuante na luta pelos direitos das mulheres. Foi responsável pela fundação do Movimento Bandeirante no Brasil. (<http://www.semira.go.gov.br/post/ver/148206/jeronima-mesquita>)

⁴⁶ Disponível em: <www.abe1924.org.br> Acesso em: 17 de julho de 2013.

todos os seus ramos, guiando os educadores e estudiosos por meio de proveitosos cursos e excursões.⁴⁷

Os principais objetivos práticos da Associação eram: organizar permanentemente a estatística da instrução no Brasil; publicar revista, boletins, e relatórios periódicos sobre questões de ensino; manter museu escolar permanentemente, biblioteca pedagógica, sala de conferências e cursos; promover e premiar a elaboração e a publicação de bons livros didáticos; promover congressos de educação, regionais ou nacionais; promover a representação do Brasil em congressos de educação no estrangeiro; organizar um arquivo de legislação nacional, e estrangeira, sobre ensino e questões correlatas; facilitar a seus sócios a aquisição de livros e de material escolar; cooperar em todas as obras de educação física, moral e cívica; facilitar o desenvolvimento do cinema educativo, de bibliotecas infantis, e de outros institutos auxiliares de ensino; auxiliar a intercorrespondência escolar, nacional e estrangeira; estudar e auxiliar a solução do problema da infância abandonada; estimular a educação popular, quer quanto à cultura intelectual, moral e física, quer quanto à instrução profissional.⁴⁸ Os objetivos da Associação também podem ser percebidos na fala de Levi Carneiro, presidente de A.B.E. de julho a outubro de 1925, “coordenar, orientar esforços; amparar, fortalecer iniciativas nascentes; estimular novos empreendimentos.”⁴⁹

1.3 Estrutura e organização interna

Para conhecermos um pouco mais da Associação Brasileira de Educação, procuro relatar a seguir a estrutura interna da Associação, seus membros e funções principais.

Quanto à primeira diretoria da A.B.E., esta foi composta por Levi Carneiro (primeiro presidente da instituição e advogado); Candido de Mello Leitão⁵⁰ (médico, professor da Escola Normal e catedrático da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária); C.

⁴⁷ *Boletim da A.B.E.*; ano IV; nº12; agosto de 1928; p28.

⁴⁸ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº 1; setembro de 1925; p2.

⁴⁹ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº1; setembro de 1925; p1.

⁵⁰ Para saber mais sobre Mello Leitão ver os textos: Duarte, Regina Horta. *A Biologia Militante: O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 219p; 2010. DUARTE, R. H. . *Coleções de aranhas, redes científicas e política: a teia da vida de Cândido de Mello Leitão (1886-1948)*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 5, p. 417-433, 2010. Duarte, Regina Horta. *Biologia, natureza e República no Brasil nos escritos de Mello Leitão (1922-1945)*. *Revista Brasileira de História* (Impresso), v. 29, p. 317-340, 2009. DUARTE, Regina. *Biologia e sociedade no Brasil dos anos 1930: práticas de escrita e divulgação científica em Cândido de Mello Leitão*. In: Condé, Mauro Leitão; Figueiredo, Betância Golçalves. (Org.). *Ciência, história e teoria*. 1ed. Belo Horizonte: Aurgumentum, v. 1, p. 13-40; 2005.

Delgado de Carvalho (professor do Colégio Pedro II e da Escola Normal) e Heitor Lyra da Silva (engenheiro e professor da Escola Nacional de Belas Artes). Além do secretário Mário Brito (engenheiro e catedrático da Escola Politécnica) e da tesoureira Branca Fialho (educadora e irmã de Álvaro e Miguel Osório de Almeida). Ficou acordado que cada diretor ficaria na presidência por um período de 3 meses do ano social para que pudesse se dedicar ao máximo à Associação.

Nos anos iniciais da fundação da A.B.E., como outras instituições fizeram, seus membros buscaram uma organização interna e, para que isto pudesse ocorrer, criaram um Estatuto próprio que buscava unificar as suas próprias ações. O estatuto delimitava alguns pontos, como a divisão entre os sócios cooperadores e os sócios mantenedores, que assumiam “solidariamente a obrigação de manter a Associação e assegurar-lhe a realização dos objetivos”⁵¹. Os associados mantenedores deveriam dar pagar uma mensalidade mínima de três mil réis por mês⁵² e ainda tinham que se inscrever em alguma das seções da Associação. Os associados cooperadores não tinham poder de voto, mas não tinham restrições à participação nas reuniões, podendo até mesmo integrar as diversas seções ou comissões. Os sócios mantenedores eram escolhidos pelo Conselho Diretor entre os sócios cooperadores, caso considerassem que este poderia prestar à A.B.E. o concurso de sua atividade pessoal. Os sócios consultores, beneméritos e honorários eram pessoas que a diretoria da A.B.E. considerava “de notável competência nos assuntos que interessam à educação, ou que tenham feito jus a um destaque especial em virtude de serviços prestados à A.B.E.”⁵³. Todos os sócios tinham o direito de receber o Boletim da Associação, que foi feito para que os associados pudessem acompanhar as atividades dos departamentos e seções da Associação Brasileira de Educação. Até a data de 1926 foram publicados quatro números do Boletim, cuja tiragem foi de 1500 exemplares, sendo gratuita a sua distribuição. De acordo com Levi Carneiro o Boletim seria um:

simple noticiário de nossos trabalhos, para divulgar e comunicar, com regularidade e exatidão, a todos os nossos associados, criando um meio de intercomunicação sobre os pensamentos que nos aproximam – e procurando, para a obra que, com singeleza e dedicação,

⁵¹ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº 1; setembro de 1925; p2.

⁵² Para se ter uma noção desse valor, podemos comparar com revistas como *O Malho*, que custava 200 réis, e a Revista da Semana, que custava 300 réis. Já a revista *Kosmos*, caracterizada como uma revista mais sofisticada, chegava a custar 2\$000 um número avulso por semana. O semanário *O Tico-Tico* custava por volta de 1\$000 por mês. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 01 de maio de 2013. A mensalidade da associação, pois, não era barata.

⁵³ *Revista Schola*; ano I; volume I; nº2; fevereiro de 1930.

empreendemos, a cooperação de quantos também sentirem o fervor de nossos ideais.⁵⁴

O Boletim não possuía qualquer tipo de propaganda publicitária em suas páginas; era inteiramente voltado à divulgação das ações e atividades da A.B.E. Isso nos leva a crer que era editada exclusivamente graças às contribuições dos sócios.

Além da publicação do Boletim, de 1925 a 1929, a Associação também editou, de janeiro de 1930 a fevereiro de 1931, a revista *Schola* e, a partir de 1939, passou a publicar o periódico *Educação*. A revista *Schola* já possuía propagandas comerciais em seu interior. Além de suas publicações, para estabelecer a comunicação com o público e fazer propaganda das ações e atividades da instituição, a A.B.E. tinha como objetivo organizar uma Conferência Nacional em uma cidade brasileira diferente a cada ano, para que se tivesse conhecimento de todas as atividades dos diversos departamentos e seções da A.B.E., além de buscar reunir pessoas e instituições relacionadas à educação e preocupadas em discutir questões consideradas importantes para o futuro da nação.

O número de sócios da A.B.E. variava, e isso de acordo com o relatório da tesouraria em janeiro de 1926. Nessa ocasião a instituição possuía 53 sócios mantenedores e 101 sócios cooperadores.⁵⁵ Logo depois, em maio do mesmo ano, aumentou o número de sócios: os mantenedores passaram a 62 e os sócios cooperadores a 160. Em 1928, o quadro contabilizava o total de 600 sócios que contribuía com uma média de 5000 réis por mês.

Outra forma de organização interna foi a criação de seções temáticas que tinham como objetivo trabalhar de forma específica diversas áreas de destaque na época. As primeiras seções organizadas foram: ‘Ensino Primário e Normal’, ‘Ensino Secundário’, ‘Ensino Técnico e Superior’, ‘Ensino Profissional e Artístico’, ‘Educação Física e Higiene’, ‘Educação Moral e Cívica’ e ‘Cooperação da Família’, e cada seção teria um presidente eleito e se reuniriam para discutir os assuntos em pauta e questões relativas à área.

A Associação Brasileira de Educação possuía uma biblioteca com obras que recebia de instituições e doações de pessoas da área de educação e das ciências, incluindo revistas especializadas e de interesse científico. Em 1926 a A.B.E. recebia sete revistas estrangeiras, sendo três da Europa, uma dos Estados Unidos da América e três sul-americanas, além de mais quatro revistas nacionais. Dentre as revistas que a A.B.E. possuía assinatura, posso destacar *Bulletin International de la protection de l'enfance*, *Bulletin de la ligue de l'enseignement* e *Ligue pour l'éducation familiale* da Bélgica; *Educational Review* e *The*

⁵⁴ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº 1; Setembro de 1925; p1.

⁵⁵ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº 3; Janeiro de 1926; p8.

Botanican, dos Estados Unidos; *L'educateur* e *L'Ere nouvelle*, da Suíça; *Revista de Pedagogia*, da Espanha; *Education*, da Inglaterra; *Education* e *Nuestros Hijos* do Uruguai; *Levana*, da Itália; *El Monitor de l'educacion común*, da Argentina; *La Escuela Americana* e *Vida Nueva*, do Chile dentre outras revistas que não foram mencionadas nas fontes. Dentre as brasileiras, a Associação Brasileira de Educação recebia *A Escola* do Rio de Janeiro, *Boletim do Rotary Club*, *O Trabalho* e *Revista Brasileira de Ensino*. Em 1929, o presidente da A.B.E. Mello Leitão pediu aos membros do Conselho Diretor que assinassem uma revista de educação para que a biblioteca da Associação pudesse crescer qualitativamente.⁵⁶

Pelo que pude perceber, a biblioteca era acessível a todos que tivessem interesse, mas o público almejado eram os professores. De sua parte, a seção de Cooperação da Família organizou uma biblioteca⁵⁷ no ano de 1928 voltada para crianças e adolescentes. Nesse ano, foram incluídas mais de 510 obras.⁵⁸ A biblioteca contava com uma lista de livros específicos para a idade dos jovens. A lista foi, inclusive, divulgada na revista *O Tico-Tico*⁵⁹, que era voltada para a família e era bastante popular na época, e na própria revista *Schola*. Essa Biblioteca para Crianças e Adolescentes teve como base principal o inquérito sobre Leituras Infantis, realizado pela mesma seção no ano de 1926. Essa lista poderia ser útil tanto para os educadores, quanto para os pais, pois não precisariam "temer" sobre o conteúdo que estariam transmitindo para seus alunos e filhos.

O acervo da biblioteca da Associação foi prejudicado pela falta de material e local adequado para ser guardado, pois a A.B.E. passou por diversos lugares pequenos e sem condições adequadas de manter esse acervo e, por esse motivo, seus livros da biblioteca foram doados a instituições diversas e muitos de seus documentos se deterioraram com o tempo ou se perderam nessas mudanças.

1.4 - A.B.E. nos Estados

Os intelectuais da época pretendiam levar educação e conhecimento para todo o território nacional. Para que isso pudesse se efetivar, a A.B.E. procurou criar departamentos nos estados brasileiros. Além do então Distrito Federal, temos o do Estado do Rio de Janeiro, localizado em Niterói, e o do Rio Grande do Norte, ambos criados no ano de 1925. O do Rio Grande do

⁵⁶ Ata da seção 120 do Conselho Diretor da A.B.E. do dia 29 de julho de 1929.

⁵⁷ *Boletim da A.B.E.*; ano IV; nº12; Agosto de 1928; p11.

⁵⁸ *Revista Schola*; ano 1; nº 2; vol.1; fevereiro de 1930.

⁵⁹ *Revista O Tico-Tico*; edição 1170; 07 de março de 1928; p20.

Sul e o do Espírito Santo foram criados 1926, sendo que a inauguração do Rio Grande do Sul ainda contou com uma conferência de Miguel Couto⁶⁰ sobre os objetivos da Associação e destinos do país. Além dos departamentos, a A.B.E. possuía representantes em outros estados como o Amazonas, que contava com Xavier da Silveira, e Minas Gerais, que tinha à frente o médico Roberto de Almeida Cunha e o Ceará com o também médico Francisco de Paula Rodrigues.

Para uma melhor comunicação e divulgação das atividades desses departamentos e delegações da A.B.E. pelo Brasil foi criada uma coluna no *Boletim da A.B.E.* intitulada “Associação Brasileira de Educação nos Estados”. Devido às distâncias entre os estados brasileiros, esse canal facilitava a comunicação entre os abeanos e proporcionava aos sócios uma visão das atividades e das lideranças da A.B.E. como um todo, não se limitando à sua sede inicial e mais conhecida na cidade do Rio de Janeiro.

1.5 – A.B.E. no Exterior

A A.B.E. foi uma das maiores divulgadoras do pensamento pedagógico europeu e norte-americano no Brasil nas primeiras décadas do século XX.⁶¹ Os Estados Unidos eram constantemente mencionados como o exemplo a ser seguido na questão da educação. A Associação Brasileira de Educação estava inscrita desde 1926 na Associação de Pais e Professores norte-americana. Foi até mesmo discutida em reunião a possibilidade de viagens de intercâmbio para os EUA com o objetivo de se conhecer melhor as práticas que advogavam.⁶² De acordo com Meily Linhales:

"No âmbito da ABE, constituiu-se entre 1929 e 1937, uma afinidade pedagógica com missionários norte-americanos provenientes da Associação Cristã de Moços (ACM) como parte derivada e/ou articulada de uma rede de trocas que a ABE estabeleceu com entidades educacionais norte-americanas. Eram frequentes os intercâmbios com o envio de professores e professoras associados da ABE para cursos de formação pedagógica nos Estados Unidos

⁶⁰ Presidente da Academia Nacional de Medicina (1914), fez parte da Academia Brasileira de Letras, chefiou a clínica da Santa Casa de Misericórdia, no Rio, foi membro do Conselho Superior de Ensino depois de criado o Ministério da Educação e Saúde. Pertenceu à Sociedade de Medicina e Cirurgia da Rio de Janeiro e à Société de Pathologie Exotique de Paris, sócio-correspondente da Société Médicale des Hôpitaux (Paris) e de diversas outras sociedades médicas estrangeiras, representante do Brasil no VII e no VIII congressos pan-americanos de Medicina, realizados respectivamente em Havana e em Buenos Aires; dentre inúmeras outras atividades. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>> Acesso em: 20 de abril de 2013.

⁶¹ CARVALHO; Marta Maria Chagas. *Molde nacional e Forma Cívica: higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; p.31; 1986.

⁶² Ata da seção 30 do Conselho Diretor da A.B.E. do dia 24 de outubro de 1929.

da América. Entre as agremiações participantes dessa rede foi possível identificar: o Institute of International Education, a National Recreation Association, a American Child Health Association, a National Organization for Public Health Nursing e a The Woman's Press, entre outras."⁶³

Dentre os intercâmbios, começaram no ano de 1930 através de uma delegação que a A.B.E. enviou para passar cinco semanas nos Estados Unidos. A viagem foi financiada pela instituição privada Carnegie Endowment⁶⁴ e a programação foi organizada pelo Institute of International Education⁶⁵. Lawrence Duggan, que já havia visitado a A.B.E. no ano de 1929, recepcionou e orientou a delegação brasileira durante o período nos EUA. O intuito dessa viagem era o intercâmbio intelectual entre o Brasil e os Estados Unidos. Faziam parte da delegação: Noemy Silveira, assistente do Gabinete de Psicologia da Escola Normal de São Paulo, que foi estudar 'orientação educacional'; Julieta Arruda, adjunta da Escola Rodrigues Alves, Consuelo Pinheiro, vice-diretora da Escola Manuel Cícero, Maria Reis Campos, inspetora escolar da cidade do Rio de Janeiro, Laura Lacombe, filha de Isabel Lacombe e vice-diretora do Colégio Jacobina, estas foram estudar o 'método de projetos'; o professor Décio Lyra da Silva, cujo objeto de estudo era o 'ensino profissional'; os professores O. B. de Couto e Silva, assistente do laboratório de fisiologia da Escola de Medicina e o médico Othon Leonardos, docente de mineralogia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que foram estudar a organização universitária. Esses oito educadores foram escolhidos e enviados pela A.B.E. Ainda tinham dois outros membros da delegação que foram escolhidos pelo Governo de São Paulo: a professora Eunice Caldas e a educadora de higiene Carolina do Rego Rangel, que foi estudar a sua especialidade.⁶⁶

Da mesma forma que se criou a coluna “Associação Brasileira de Educação nos Estados”, no *Boletim da A.B.E.* foi criada uma coluna intitulada de “Associação Brasileira de Educação no Estrangeiro”. Esta coluna divulgava as relações, intercâmbios, congressos, conferências, cursos e palestras que ocorriam no exterior e até algumas das quais seus membros participavam fora do país como, por exemplo, o “IV Congresso Internacional de Educação Moral” em 1926. Também se podia perceber as relações da A.B.E. com instituições

⁶³ LINHALES, M. A. . *Na Associação Brasileira de Educação, o trânsito de sujeitos e métodos norteamericanos para o ensino da educação física dentro e fora da escola*. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá - MT. VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e fronteiras na história da educação no Brasil. Cuiabá - MT: Universidade Federal de Mato Grosso, v. 1. p. 001-015; 2013.

⁶⁴ Carnegie Endowment for International Peace (1910) é uma organização privada sem fins lucrativos, dedicada a promover a cooperação entre as nações e promover o engajamento internacional ativo pelos Estados Unidos. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/about/?fa=centennial>> Acesso em: 01 de maio de 2013.

⁶⁵ Institute of International Education (1919): instituição privada sem fins lucrativos no intercâmbio internacional educacional.

⁶⁶ *Revista Schola*; ano 1; nº 3; 1930.

no exterior, como a “Bureau International d’Education” (BIE), da qual a A.B.E. era correspondente. O BIE foi fundado em Genebra como uma organização não governamental privada, em 1925. Seu objetivo era a centralização da documentação relacionada com a educação pública e privada, com interesse na investigação científica no campo da educação, além de servir como um centro de coordenação para as instituições e as sociedades envolvidas com a educação.⁶⁷ A Associação buscava fazer intercâmbios de conhecimentos e chegou a enviar abeanos para participarem de atividades, como na Conferência de Locarno, organizada pela BIE, para a qual Laura Lacombe seguiu como representante. A A.B.E. recebeu convites de eventos no exterior, como para participar da reunião bienal da World Federation of Education Associations realizada em Toronto no ano de 1927. Esse convite foi importante, pois a participação da A.B.E. nesse evento marcou a sua entrada na Federação Mundial de Educação e o início da criação de um núcleo sul-americano.

Outra forma de intercâmbio entre a A.B.E. e outras instituições era através do envio de livros, convites, revistas, dentre outros, para divulgar suas atividades e ações. Dentre os inúmeros temas, procuro destacar algumas destas relações da área da saúde, como as publicações intituladas ‘Clínicas das crianças em idade pré-escolar’ e ‘puericultura’. Além destas, a Associação recebia de sua associada dos Estados Unidos, Nancy Hold, as publicações da “Social Hygiene American Association”, cujo destaque eram as publicações sobre educação sexual.

Convites eram feitos pela Associação Brasileira de Educação e trouxeram especialistas do exterior para eventos no Brasil. A Associação recebeu visitas como a de Stephen Gaselee e Angus Sommerville Fletcher, ambos do Foreign Office ou Ministério do Exterior britânico, sendo que o primeiro ainda era professor da Universidade de Cambridge.⁶⁸ Charles Redard, encarregado dos negócios da Suíça, veio participar de um evento que homenageava Pestalozzi (pedagogo suíço e educador pioneiro da reforma educacional). O professor J. A. Mackay, da Universidade de Lima, que participou de uma reunião da A.B.E. e de um curso oferecido por Roquette-Pinto (1926).⁶⁹ Os professores Theodore Simon, da Universidade de Paris; Jeanne Wilde, professora da Escola de Belas Artes de Bruxelas; Walker, professor de orientação profissional e psicológica do trabalho do Instituto Jean Jacques Rousseau de Genebra e a professora Artus Perrelet, do Instituto Jean Jacques Rousseau e da Escola Superior de Genebra foram contratados pelo governo de Minas Gerais para fazerem parte do

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.ibe.unesco.org/en/about-the-ibe/who-we-are/history.html>> Acesso em: 29 de abril de 2013.

⁶⁸ Dossiê Relatórios da A.B.E.; vol.1; 1925 a 1945; abril de 1931.

⁶⁹ *Boletim da A.B.E.*; ano II; nº 7; setembro-outubro de 1926; p9.

corpo docente da escola de aperfeiçoamento para professoras em Belo Horizonte. Esses professores foram convidados pela A.B.E. e passaram dois dias na capital federal com a finalidade de conhecer e dialogar com os abeanos, dentre os assuntos, destaco a BIE. Outros nomes que vieram ao Brasil foram Nieto Caballero, do Ginásio Nacional de Bogotá (1925); o professor Alfredo Ferrera, da Universidade de La Plata (1927); Johnn Sivggett, da World Federation of Education Associations; a escritora alemã Lina Hirsch, que realizou uma palestra sobre os problemas sociais femininos na Alemanha.⁷⁰ Pelo que pude perceber as palestras e eventos organizados pela A.B.E. eram financiadas pelos próprios abeanos, às vezes em parceria com outras instituições ou até mesmo pessoas físicas, como Guilherme Guinle⁷¹.

Heloise Brainerd era chefe seção de educação da União Pan-americana em Washington, nos Estados Unidos e participou de algumas reuniões da A.B.E.⁷², além de se comunicar com a Associação através de carta, informando que enviaria regularmente à Associação Brasileira de Educação uma série sobre educação que eles produziam, além de pedir que enviassem o Boletim da A.B.E. para os EUA.

A A.B.E. também recebia convites, como para enviar representante para a Comissão Organizadora da reunião da Inter American Federation of Educational Association, em Havana, no ano de 1932. O diplomata, ensaísta, biógrafo e historiador, Hélio Lobo (1883-1960) foi o escolhido.⁷³

1.6 - Um centro de aglomeração e divulgação

A A.B.E. merece referência devido ao seu caráter particular de buscar a difusão e o intercâmbio de conhecimentos científicos e de estabelecer um diálogo entre alunos e professores, instituições e governos, tendo destaque em um período em que a bibliografia

⁷⁰ *Boletim da A.B.E.*; ano IV; nº 12; agosto de 1928; p4.

⁷¹ Engenheiro civil e empresário, presidiu a Companhia Docas de Santos (1918-1960), dedicado às atividades filantrópicas, organizou em 1923 a Fundação Gaffrée Guinle, com o objetivo de prestar assistência médica à população carioca. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br> Acesso em: 15 de junho de 2013. Sobre as atividades filantrópicas e o patronato de Guinle para a ciência ver SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: filantropia, mecenato e práticas científicas, Rio de Janeiro - 1920-1940*. 261 f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

⁷² Periódico *O Paiz*; 06 de janeiro de 1928; edição 15935.

⁷³ Disponível em: <<http://www.academia.org.br>> Acesso em: 29 de abril de 2013.

aponta como de recrudescimento das iniciativas de divulgação científica, e que contou com o engajamento de cientistas e acadêmicos de diversas instituições brasileiras.⁷⁴

Como diferencial, a Associação Brasileira de Educação não fazia pesquisas científicas como, por exemplo, o Museu Nacional e o Instituto Oswaldo Cruz; seu objetivo era ser um centro de divulgação e comunicação entre as instituições, escolas e pessoas interessadas em discutir a educação nacional. A Associação buscava mobilizar o maior número possível de pessoas, instituições e governos para legitimar sua prática. A busca por alianças com instituições, escolas e governos pode ser vista como uma medida para se ganhar o maior número de adeptos à causa educacional, pois a educação do povo era vista como um problema nacional e que precisava ser resolvido com urgência, pois a "ignorância representa atraso, pobreza e inferioridade de uma nação"⁷⁵.

Meily Linhales expõe em seu texto "Médicos Sanitaristas e Educadores na 'Secção de Educação Physica e Hygiene' da Associação Brasileira de Educação: A Construção de uma Mentalidade Médico-Pedagógica para a Educação Física (1926-1937)"⁷⁶ que tanto ela, quanto Marta Carvalho investigaram a ABE como um lugar de sociabilidade, com uma dinâmica própria, "na qual vários sujeitos e grupos envidaram esforços de reunião, agregação de interesses e inovação, demarcando identidades e projetos que se reorganizavam continuamente."⁷⁷ Um movimento político e cultural intenso que, em várias de suas práticas, traduzia o que o país estava enfrentando em busca de uma modernidade idealizada no período.

De acordo com Levi Carneiro, primeiro presidente da A.B.E., os membros criadores dessa instituição desejavam todo tipo de auxílio e cooperação daqueles que se preocupavam com o problema educacional, pois para obter o "êxito de vastíssima obra de propaganda, de orientação, de estudo"⁷⁸ que desejavam, seria necessário o maior número de auxílios e apoios possíveis. Inclusive Carneiro afirmou que, para tal obra social, seria preciso organizar um quadro de todas as sociedades que já existiam no país e que teriam objetivos próximos aos ideais da A.B.E. para que pudessem trabalhar em conjunto.

⁷⁴ MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em C&T, Escola de Comunicação, UFRJ, 1998.

⁷⁵ Texto da conferência feita na A.B.E. pelo professor Miguel Couto e publicado na revista *Ilustração Brasileira*; edição 0084; ano VIII; agosto de 1927; p20.

⁷⁶ LINHALES, M. A.; LIMA, C. D.; OLIVEIRA, L. T. *Médicos sanitaristas e educadores na "Secção de Educação Physica e Hygiene" da Associação Brasileira de Educação: a construção de uma mentalidade médico-pedagógica para a Educação Física (1926-1937)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracajú. *Anais...* Aracajú SBHE, 2008.

⁷⁷ Idem; p2.

⁷⁸ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº 2; setembro de 1925; p1.

A Associação Brasileira de Educação passou por algumas transformações do ponto de vista institucional devido aos diferentes contextos perpassados em sua história, mas nos discursos de seus membros, sempre buscaram se mostrar isentos de partidarismos políticos, como foi afirmado pelo presidente em exercício da Associação, o advogado Levi Carneiro, em uma circular aos diretores de instrução pública publicada no *Boletim da A.B.E.* em 1925. De acordo com este documento a A.B.E. buscava:

promover um grande movimento de caráter nacional, continuado e intenso, em prol da educação. Sem subordinação de qualquer natureza, sem nenhum caráter oficial ou partidário, se quer sem unidade de doutrina desejavam que, sob os mesmos amplos moldes comuns, dominados somente por uma mesma preocupação elevada e nobre, se reunissem em todos os pontos do País, em centros autônomos, algumas pessoas, dotadas de idealismo e de sentimento de dedicação, que se comunicassem impressões, estudos, observações, dados estatísticos, sobre as modalidades inumeráveis do problema da educação, empreendessem na localidade as iniciativas convenientes e possíveis, procurassem criar o ambiente propício ao êxito de novos empreendimentos congêneres.⁷⁹

Esse ideal de aglomeração sempre esteve presente nos discursos dos abeanos, como o da professora Isabel Jacobina Lacombe, quando assumiu a presidência em maio de 1929. Esta afirmou que, através da união em torno de um mesmo sentimento de ‘boa vontade’ e da divulgação dos conhecimentos científicos, poderia gerar sentimentos de probidade, sinceridade, amor ao próximo e formar o caráter do povo enquanto nação, pois a A.B.E. visava à educação e não apenas à instrução.⁸⁰ Pois, além de apoiar e complementar a formação básica, havia uma grande preocupação com a conduta da população, de acordo com a moral e os bons costumes que os abeanos valorizavam.

O registro das associações de fins congêneres à nossa – de que precisamos para as votações do prêmio anual e para com todas elas entabularmos relações frequentes e regulares – exigirá um longo trabalho, que vença certa reserva, comumente verificada entre nós.⁸¹

Este trecho foi retirado de um discurso do presidente da A.B.E. no ano de 1925. Levi Carneiro solicitou informações sobre as diversas instituições brasileiras e contou ainda com os esforços do secretário da A.B.E., Mário de Brito, que se dirigiu diretamente a algumas instituições de maior destaque.

⁷⁹ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº 2; novembro de 1925; p17.

⁸⁰ *Ibidem*; ano V; nº13; maio de 1929; p7.

⁸¹ *Ibidem*; p10.

Outra forma de aproximação e conhecimento das atividades das seções da A.B.E. era a organização de jantares com os sócios da instituição, além de convidados de instituições diversas com as quais a A.B.E. tinha interesse em trabalhar de forma conjunta em prol da educação, como o presidente da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, do Rotary Club e do Club dos Bandeirantes. A imprensa também participava, pois era importante divulgar e atrair cada vez mais pessoas para a causa da A.B.E. A participação de diversas instituições mostra o caráter de centro aglomerador em que a A.B.E. procurava se colocar no cenário nacional.

Para que tivesse uma ação mais efetiva, a A.B.E. buscava agir sobre leis e encomendava consultorias, tais como a organização de inquéritos, ofícios, circulares como forma de convocar um grande número de pessoas interessadas no fim educacional.⁸² Como exemplo pode-se citar o 'Ofício aos governadores, sobre Cinematografia e Radiofonia' (outubro de 1925); 'Circular aos donos de estabelecimentos cinematográficos desta capital' (outubro de 1925); 'Ofício ao Senado Federal sobre o projeto do Código de Menores' (10 de outubro de 1925); 'Circular aos diretores de instrução pública' (14 de outubro de 1925); 'Inquérito sobre o Ministério da Educação, professores estrangeiros e fundo escolar'; 'Inquérito sobre a leitura preferida dos 8 aos 17 anos' (1926); 'Inquérito sobre a mocidade feminina' e ainda uma 'Circular para a primeira série de inquéritos' (15 de setembro de 1925), que ainda contou com um questionário para localizar alguns dos pontos mais relevantes do problema educacional, visando orientar a legislação e a atividade com o fim de provocar realizações convenientes.⁸³

Outro questionário produzido pela A.B.E. foi sobre a Estatística do Ensino Primário Geral. Este, como se pode perceber no anexo I, é bem detalhado e tinha como objetivo reunir dados para o levantamento da Estatística Nacional do Ensino Primário Geral, cujo foco seria abranger todos os estabelecimentos de ensino que tivessem esse tipo de curso. Pretendia-se aperfeiçoar e uniformizar as estatísticas em todo o território nacional, e isso só foi possível devido à aprovação do Decreto n. 20.826, que aprovou o termo do Convênio Interadministrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas, firmado em 20 de dezembro de 1931 entre a União Federal e todas as unidades políticas.⁸⁴ Em publicação no periódico *Jornal do Commercio*⁸⁵, encontramos informações sobre o 'Inquérito sobre o Ensino Secundário' (1929). Este foi realizado por Barbosa de Oliveira em nome da Associação Brasileira de

⁸² *Boletim da A.B.E.*; ano II; nº4; abril de 1926; p7.

⁸³ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº2; novembro de 1925; p15.

⁸⁴ GIL, Natália. *Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica*. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 134, p. 479-502, 2008.

⁸⁵ *Jornal do Commercio*, 06 de outubro de 1929.

Educação e contou com um volume de mais de 300 páginas, contendo o parecer da comissão e a resposta de mais de 42 professores, especialistas e instituições, com o título "O Problema Brasileiro da Escola Secundária". O volume seria útil para o estudo da situação da escola secundária, considerada problema na época. A reportagem no jornal também divulga que havia uma forte tendência para a modernização, contendo indicações para a escola única⁸⁶, para a separação em setores, para a introdução em disciplinas técnicas e para os trabalhos manuais. O jornal, inclusive, discordava da visão da A.B.E. sobre a escola única, pois se baseava na realidade da época, na qual os alunos mal completavam o ensino primário, portanto, o ensino secundário deveria ser somente para aqueles que pretendessem entrar no ensino superior. Para aqueles que não pretendessem o superior, restava-lhes o ensino técnico ou comercial. De acordo com a reportagem, esse ideal da escola única dependeria de condições demográficas, econômicas e financeiras que o país ainda estaria longe de alcançar. Primeiro, o trabalhador deveria ser preparado para a sua função de uma maneira mais rápida e focada em sua profissão. Porém, é destacada a importância do inquérito pela sua transformação e modernização na escola e nos educadores, que seriam os responsáveis pelas mudanças na mentalidade do país.

A seção de Ensino Normal da A.B.E. enviou aos diretores de Instrução Pública dos estados brasileiros um ofício sobre a necessidade de um inquérito para que pudessem publicar um volume sobre o ensino normal para a IV CNE. As perguntas foram as seguintes: Quantas escolas normais possui o estado? Há escolas normais particulares? Sob que regime? Quantos professores possuem? Como são organizados os cursos? Como é feita a prática pedagógica? Como é orientada a educação física? Como são organizados os museus? Existem laboratórios para observações de psicologia experimental? Como são organizados os gabinetes de ciências? Dentre outras perguntas.⁸⁷

Outra ação da A.B.E. foi a redação da seção de assuntos educacionais da revista *A Bandeira*, publicada pelo Club dos Bandeirantes, que era uma das instituições que discutiam a educação nacional, tal como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro; ambas reuniam intelectuais com ideais nacionalistas e educacionais.⁸⁸ O Club dos Bandeirantes buscava difundir o esporte como um dos "signos de um modo de vida moderno, moldado em costumes norte-americanos,

⁸⁶ A escola única pregava um "ensino primário obrigatório, limiar do ensino secundário; e este, gratuito, preparatório das especializações de curso superior: está aí a "escola única", como a prevê os desejos de justiça e igualdade de nossas democráticas sensibilidades." In: TEIXEIRA, Anísio. *A propósito da "Escola Única"*. *Revista do Ensino*. Salvador, v.1, n.3, 1924.

⁸⁷ *Revista Schola*; ano 1; nº 1; janeiro de 1930; p.31.

⁸⁸ LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a energização do caráter: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)*. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social) Faculdade de Educação; UFMG; 2006.

propunha-se a renovar a mentalidade brasileira elaborando um ‘estado de consciência para a nação brasileira’⁸⁹. De acordo com o *Boletim da A.B.E.*, esta parceria seria mais uma boa oportunidade de ação conjunta em prol dos ideais patrióticos. Uma das atividades que a A.B.E. realizou com as bandeirantes foi um curso sobre a necessidade da aplicação de noções científicas na vida doméstica. Este curso contou com a participação de nomes como o dos professores Fernando Magalhães, Cândido de Mello Leitão, Edgar Sussekind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho.⁹⁰

A partir de 1915, se propagou “uma ampla campanha e uma multiplicidade de realizações configurando um novo momento caracterizado por Jorge Nagle⁹¹ como de entusiasmo pela educação,”⁹² segundo o qual levar educação para toda a população brasileira era a solução para o Brasil se tornar um país civilizado. Baseado nessa crença, os membros fundadores da A.B.E. tentaram criar departamentos em todos os estados brasileiros, com plena autonomia e subdividido em seções, com o objetivo de alcançar o maior número de pessoas possíveis e visando que a instituição realmente se tornasse nacional. Os abeanos pretendiam reunir os representantes desses departamentos em uma conferência uma vez ao ano em cidades diferentes. Esta reunião seria o órgão central da Associação.

Enquanto centro aglomerador de instituições que lutavam em prol da educação e do conhecimento, a A.B.E. recebeu do presidente do Conselho Administrativo do Departamento da Criança no Brasil, Moncorvo Filho⁹³, o resultado do registro das instituições brasileiras que se destinavam à proteção direta ou indireta da infância. A questão da saúde na infância recebeu destaque, como a ‘Puericultura Intrauterina’, com o serviço de assistência domiciliar ao parto; ‘Puericultura Extrauterina’, que proporcionava consultas de lactantes, creches e serviços de exames e atestação de amas de leite; ‘Infância Doente’, com clínicas de doenças de infância, hospitais infantis, sanatórios, instituto de ortopedia; ‘Profilaxia’, com institutos de

⁸⁹ Idem, p98.

⁹⁰ *Boletim da A.B.E.*; ano III; nº11; maio-junho de 1927; p.7.

⁹¹ NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/ MEC, 1976.

⁹² VERGARA, Moema Rezende. *A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Tese (Doutorado em História Social de Cultura). Rio de Janeiro: PUC; 2003, p.50.

⁹³ Em março de 1880, Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro, uma instituição privada, mas que pretendia se tornar pública. Em março de 1919, idealizou o Departamento da Criança, um apêndice do Instituto, que deveria atuar como uma agência de pesquisa e recolhimento de dados. Todas as informações coletadas seriam disponibilizadas pelo governo federal. O Departamento foi declarado de utilidade pública pelas autoridades do município do Rio de Janeiro 1920, circunstância que o credenciou para receber heranças e donativos, mas essa conquista foi revogada em 1922. Apenas no ano de 1940, o governo federal criou o Departamento Nacional da Criança, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja finalidade era fornecer os mesmos serviços que o Departamento da Criança de Moncorvo Filho. In: WADSWORTH, James E.. *Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil*. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 19, n. 37, Setembro de 1999.

produção de vacinas; essas instituições totalizaram 3090. A A.B.E. pedia a ajuda de todos os brasileiros que pudessem enviar e ajudar o “Departamento da Criança no Brasil” com informações sobre instituições brasileiras que se destinavam à proteção da infância.

Outra importante ação em divulgação científica foram os cursos promovidos pela Associação Brasileira de Educação. Dentre os inúmeros cursos que a A.B.E. realizou desde sua fundação, dou destaque para os cursos de Alta Cultura e de Especialização (ou vulgarização como foi também chamado) promovidos pela Seção de Ensino Técnico e Superior. Estes cursos eram diferentes dos costumeiros, pois os temas eram tratados de forma específica e voltados para um público não leigo no assunto. Estes cursos foram realizados pela primeira vez na primeira metade do ano de 1926, pelo então presidente da seção de Ensino Técnico e Superior, o professor Ferdinando Laboriau. Devido ao grande sucesso e ao crescente público participante, no ano seguinte foi organizado pelo presidente da seção naquele ano, o professor Amoroso Costa.

Estes cursos tinham como foco a divulgação das ciências e da cultura e contavam com a participação de professores renomados em suas áreas, como por exemplo, Álvaro Osório de Almeida, que realizou o curso ‘Estudos sobre o Metabolismo’; Ferdinando Laboriau com o curso de ‘Siderurgia’; o curso de “Elementos de Filosofia Médica”, realizado pelo professor Fernando Magalhães. Além dos cursos havia as conferências que contaram com a participação de Edgard Roquette-Pinto, cujo tema foi ‘A função educadora dos museus’; A.J. de Sampaio com a palestra sobre ‘As florestas brasileiras’; Fróes da Fonseca com o tema ‘A fisionomia’, dentre inúmeros outros e em áreas diversas. Dentre os palestrantes à frente desses cursos, havia um destaque para a quantidade de participantes do Museu Nacional, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina. Estes cursos eram realizados no anfiteatro de Física da Escola Politécnica e foram irradiados pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro⁹⁴. A participação nesses cursos era livre e não era preciso inscrição ou convite.

Numa tentativa de organização do Brasil enquanto nação, baseada na crença da educação da sociedade, a Associação Brasileira de Educação nasceu da necessidade que se tinha de organizar as iniciativas educacionais que estavam espalhadas pelo Brasil. A meu ver, a A.B.E. tinha a intenção de se tornar um centro de divulgação e comunicação entre as instituições que já existiam e a todos que tivessem o interesse na causa educacional, como

⁹⁴ A Rádio Sociedade, primeira rádio brasileira, foi fundada em abril de 1923 por cientistas e intelectuais da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e atualmente é chamada de Rádio MEC. In: <http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>. Para maior aprofundamento sobre o tema ver: MASSARANI, Luísa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20*. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em C&T, Escola de Comunicação, UFRJ, 1998.

professores, escolas, governos, etc. Com isso, a constante busca por alianças era fundamental e esse ideal de aglomeração esteve presente nos discursos dos abeanos durante todo o período estudado. Frequente nos seus discursos também era pauta da educação em higiene e saúde, e esse é o tema ao qual me dedicarei no capítulo seguinte.

“A saúde, isto é, a normalidade da vida, é condição imprescindível de eficiência, de aperfeiçoamento incessante e de rendimento útil de qualquer ser organizado – vegetal, animal ou o homem”⁹⁵.
Belisário Penna

CAPÍTULO 2 – “Vitalizar pela educação e pela higiene”⁹⁶

Este capítulo analisa a apropriação da questão da saúde no Brasil no início do século XX, levando em conta o debate promovido pelos intelectuais que associaram o tema estreitamente à promoção da educação e da ciência no Brasil. Daremos foco especial à construção da seção de Educação Física e Higiene da A.B.E. e suas ações em prol da saúde, da educação em saúde e da divulgação de preceitos profiláticos. Analisaremos também a gênese do movimento sanitarista brasileiro (a partir da repercussão das grandes expedições científicas no interior do país) e a articulação que propunham entre educação e saúde. Contextualizaremos também a conjuntura na qual esses processos ocorreram, levando em conta a relevância dos movimentos sociais para elucidar aquele momento histórico.

Inserido em um ideal modernizador, em fins do século XIX e início do XX, o governo brasileiro promoveu obras e financiou viagens científicas com o intuito de conhecer, ocupar e povoar todo o território nacional para torná-lo produtivo e aumentar o potencial econômico do país, sobretudo do interior. Para que isso fosse possível, estabeleceu alianças com instituições como o Instituto Oswaldo Cruz e o Museu Nacional.⁹⁷

Essas viagens científicas acompanhavam obras de infraestrutura nas áreas de transporte e comunicação, e contribuíram para construir a imagem de abandono, por parte dos poderes públicos, das populações do interior do Brasil. A imagem que esses relatórios mostraram do Brasil era a de um país doente e que não possuía sentimento de nacionalidade, pois amplas parcelas da população encontrariam-se isoladas e abandonadas pelos

⁹⁵ PENNA, Belisário. *Porque se impõe a primazia da Educação Higiênica Escolar?* Livro da I Conferência Nacional de Educação; tese nº 1; 1927; p.29.

⁹⁶ COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1927.

⁹⁷ Ver: LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan, Iuperj/Ucam, 1999.

representantes do governo. Com esses relatórios, as imagens anteriores idealizadas do brasileiro foram desmistificadas, tanto a ufanista⁹⁸, quanto a negativa⁹⁹.

Como exemplo de destaque das viagens pelo Brasil, temos a promovida no ano de 1912, pelo Instituto Oswaldo Cruz, por requisição da Inspetoria de Obras contra as Secas, do Ministério da Viação, e realizada pelos médicos Arthur Neiva¹⁰⁰ (1880-1943) e Belisário Penna¹⁰¹ (1868-1939). O relatório desta expedição foi o de maior repercussão na intelectualidade em fins da década de 1910, sendo considerado marco do movimento sanitaria. De acordo com Castro Santos:

A missão científica de Neiva e Pena não provocou mudanças imediatas nas políticas de saúde, até então restritas às mais importantes áreas urbanas do país. Entretanto, a publicação do Relatório atraiu a atenção de setores das elites, e reacendeu no Congresso e no Palácio do Catete o interesse pelos sertões – já esquecidos desde o episódio de Canudos.¹⁰²

A repercussão do relatório não se restringiu à área médica e científica, também foi divulgado e debatido em jornais e revistas¹⁰³. O relatório defendia que os sertanejos eram atrasados e fracos devido a doenças, mas que essas doenças poderiam ser controladas e tratadas se o governo fornecesse assistência e ampliasse o número de médicos nas áreas interioranas do território nacional. Esses cientistas buscavam mostrar que a causa dos males

⁹⁸ Termo utilizado para se referir à corrente que propunha a autocongratulação dos brasileiros. In: LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996.

⁹⁹ Imagem exemplificada pelo personagem de Monteiro Lobato, Jeca Tatu, que via o brasileiro como a praga nacional. In: LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996.

¹⁰⁰ Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1903). Foi cientista do Instituto Oswaldo Cruz (1903-1942); diretor-geral do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo (1916-1920); diretor do Museu Nacional (1923-1927); chefe da Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira do Estado de São Paulo (1924-1927); diretor-superintendente do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal do mesmo estado (1928-1930 e 1932); secretário estadual da Secretaria dos Negócios do Interior de São Paulo (1930-1931); interventor federal do Governo do estado da Bahia (1931); dentre outras atividades após esse período. <www.fgv.br> Acesso em: 05 de abril de 2013.

¹⁰¹ Formou-se em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1890. Trabalhou na Diretoria Geral de Saúde Pública (1904); foi diretor do Serviço de Profilaxia Rural (1918); diretor de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde (1920); percorreu o Brasil como chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (1927 e 1928); foi diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (1930) e ministro interino da Educação e Saúde (1931 e 1932). Ingressou na Ação Integralista Brasileira, organização política brasileira inspirada no fascismo italiano (1932). (Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>> Acesso em: 05 de abril de 2013)

¹⁰² SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *O pensamento sanitaria na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade*. Dados. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985; p.8.

¹⁰³ SÁ, Dominichi Miranda de. *Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, supl. 1, p. 183-203, 2009.

do Brasil não tinha relação com a miscigenação racial, mas sim por essa população se encontrar abandonada, às margens da sociedade, sem qualquer tipo de assistência, tais como médica ou educacional. É interessante perceber o lugar de destaque que a doença ocupou nesse período na sociedade brasileira. Gilberto Hochman e Nísia Lima retiraram um trecho do relatório de Penna e Neiva que deixa bem clara a visão desses autores sobre os sertanejos:

"Vivem eles abandonados de toda e qualquer assistência, sem estrada, sem polícia, sem escolas, sem cuidados médicos nem higiênicos (...) sem proteção de espécie alguma, sabendo de governos porque se lhes cobram impostos de bezerros, de bois, de cavalos e burros."¹⁰⁴

A divulgação dessa interpretação entre a intelectualidade inserida num contexto de mudanças sociais das primeiras décadas do século XX, e que possuía um “intenso desejo de intervir no processo de formação da vida política e social do país”¹⁰⁵, foi primordial para que se debatesse acerca de um projeto que visasse à reconstrução da nação¹⁰⁶. Parte dessa intelectualidade, Miguel Pereira proferiu em seu discurso no ano de 1916 a célebre frase “O Brasil é um imenso hospital”. Discurso que foi, na década de 1920, “crescentemente interpretado como tributário e herdeiro do diagnóstico de Neiva e Penna para o país”¹⁰⁷. Pereira procurou mostrar em seu discurso, de saudação ao professor Aloysio de Castro na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), que a “realidade sanitário-educacional no interior do país desmentia a retórica romântico-ufanista sobre o caboclo e o sertanejo”¹⁰⁸. Gilberto Hochman e Nísia Trindade nos mostram que a imagem do Brasil doente foi uma espécie de “redescoberta do Brasil”, no plano da produção intelectual, pois exporia o que na

¹⁰⁴ Penna, Belisário e Neiva, Arthur. Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 8:74-224; 1916 apud LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996; p.30.

¹⁰⁵ SOUZA, V. S. *Arthur Neiva e a 'questão nacional' nos anos 1910 e 1920*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 16, p. 249-264, 2009; p.250.

¹⁰⁶ LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996.

¹⁰⁷ SÁ, Dominichi Miranda de. *Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, supl. 1, p. 183-203, 2009; p.189. Sobre o discurso de Miguel Pereira, seus vínculos posteriores com o relatório Neiva e Penna e sua repercussão como uma das expressões-síntese dos males do país, a consagrar a interpretação de que os problemas de saúde seriam os grandes desafios nacionais, ver SÁ, Dominichi Miranda de. *A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o 'imenso hospital'*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, p. 333-348, 2009.

¹⁰⁸ LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. *Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país*. *Ciência saúde coletiva* [online]. vol.5, n.2, pp. 313-332; 2000; p.316.

ocasião era considerada e aclamada como ‘a real situação do interior brasileiro’, como dito anteriormente.

Portanto, com a convicção na transitoriedade das doenças por meio da intervenção decidida da ciência médica, ou de que o brasileiro “não é assim: está assim”¹⁰⁹, e através da recusa do determinismo racial e climático como explicação para os males brasileiros, a saúde passou a ser vista como instrumento central para a reforma do Brasil.¹¹⁰ Uma população desnutrida e doente não seria capaz de elevar o Brasil ao nível econômico, científico e cultural desejado. Portanto, a melhora na qualidade de vida da população era imprescindível e urgente. Havia um ideal civilizatório que deveria ser alcançado e que visava incorporar os sertões à nação. É nesse sentido que a questão sobre a saúde se tornou tema-chave na produção intelectual da ocasião e nos projetos de construção da identidade nacional. O traço mais distintivo do movimento sanitarista brasileiro é a relação entre saúde pública e nacionalidade.¹¹¹

De acordo com Nísia Lima e Gilberto Hochman, a campanha pelo saneamento do Brasil foi iniciada em 1916, mesmo que de forma não organizada e depois foi ampliada em 1918, quando importantes setores das elites intelectual e política se uniram na fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Dessa maneira, "a saúde se tornara uma questão central no debate político nacional."¹¹²

2.1 - Educação higiênica em foco

Percebendo a necessidade de modificação da situação brasileira, essa geração de intelectuais do início do século XX encontrou na educação a chave-mestra para essa reforma. A A.B.E. elegeu como seus instrumentos de transformação social tanto a educação formal e a informal. Moacir Gadotti delimita educação formal e não-formal para melhor entendimento:

¹⁰⁹ Alusão à frase de Monteiro Lobato sobre seu personagem Jeca Tatu: "O Jeca não é assim: está assim." LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996.

¹¹⁰ HOCHMAN, Gilberto e Bomeny, Helena. "A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações". Constelação Capanema: intelectuais e política. Rio de Janeiro: Ed. FGV.; 2001; p.130.

¹¹¹ SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade*. Dados. *Revista de Ciências Sociais*; Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

¹¹² LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996.

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.¹¹³

Já a educação informal é definida no texto de Mercês Navarro Vasconcellos de acordo com o pesquisador Jaume Trilla Bernet:

[...] estaríamos ante um caso de educação informal quando o processo educativo acontece indiferenciada e subordinadamente a outros processos sociais, quando aquele está imiscuído inseparavelmente em outras realidades culturais, quando não surge como algo distinto e predominante em curso geral da ação em que transcorre tal processo, quando é imanente a outro cometido, quando carece de um contorno nítido, quando tem lugar de maneira difusa [...] Normalmente, em uma família não existem horários e espaços fixos e distintos para a educação, não se dão mudanças aparentes de condutas; a educação na família não é algo separável, distinguível de sua vida cotidiana, do clima que nela se vive.¹¹⁴

Essas definições conceituais, ainda que baseadas em circunstâncias atuais, permitem refletir sobre o amplo raio de ação pretendido pela A.B.E. e reunir, no mesmo projeto de popularização científica para a modernização do país, as múltiplas e diversas instituições e agentes que a Associação procurou mobilizar.

Apesar das diferenciações sobre os caminhos e as formas de educar, os abeanos buscaram abarcar todos que identificaram, pois seu objetivo era alcançar o maior número de pessoas em um período menor de tempo. Apesar de a A.B.E. procurar englobar diferentes formas de ensino, as suas campanhas de divulgação visavam, principalmente, as escolas, por serem consideradas primordiais centros de difusão de conhecimento. Ainda em seu texto, Vasconcellos nos mostra que "a instituição escola tem sido fundamental tanto para os processos de conformação quanto para os de transformação social."¹¹⁵ A escola tinha o poder de legitimar o discurso socialmente construído, no caso, por médicos-sanitaristas, se tornando, portanto, uma ferramenta imprescindível para este projeto intelectual. Para que as reformas

¹¹³ GADOTTI, Moacir. *A questão da educação formal/não-formal*. Sion: Institut Internacional des Droits de 1^o Enfant, 2005; p.2.

¹¹⁴ BERNET (1998) apud VASCONCELLOS, Maria das Mercês Navarro. *Educação em Museus: Qual é a especificidade deste campo? Qual é a importância de se respeitar de forma rigorosa as especificidades do mesmo?* Dossiê sobre Educação em Museus. *Ensino em Re-vista*. Universidade Federal de Uberlândia, 2012; p.2.

¹¹⁵ VASCONCELLOS, Maria das Mercês Navarro. *Educação em Museus: Qual é a especificidade deste campo? Qual é a importância de se respeitar de forma rigorosa as especificidades do mesmo?* Dossiê sobre Educação em Museus. *Ensino em Re-vista*. Universidade Federal de Uberlândia, 2012; p.2.

sanitaristas pudessem ocorrer, era necessário não só médicos e engenheiros, mas professores preparados para difundir esses conhecimentos. Além disso, na área da saúde, era vista como crucial a divulgação dos preceitos profiláticos de higiene através de palestras, cursos, conferências, distribuição de panfletos, etc. A politização do cotidiano da população brasileira era fundamental na visão nacionalista dos intelectuais que integravam o movimento.

É interessante perceber essa divulgação inserida em um papel político-social, ou seja, como um instrumento de mudança social.¹¹⁶ Dessa forma, a divulgação das ciências realizada pela A.B.E. nesse estudo insere-se em um contexto baseado na crença da educação como instrumento transformador da sociedade. A A.B.E. divulgava os conteúdos científicos que eram considerados importantes na época e os supostos benefícios de sua “utilização” pela sociedade. A divulgação científica que se fazia na A.B.E. buscava ampliar o conhecimento do público leigo sobre determinada questão, e através da transmissão da informação científica, pretendia-se mudar os hábitos e os costumes dessa população, pois a "higiene deveria invadir todos os rituais, até os amorosos".¹¹⁷ Pretendia-se organizar e criar normas para toda a população.

Dentre as inúmeras ações promovidas pela A.B.E., procurei destacar a seguir uma das seções da instituição que tinha como foco a educação em saúde e a divulgação científica de conhecimentos profiláticos para a população brasileira.

2.2 - A seção de Educação Física e Higiene da A.B.E.

Como já registrei, após a criação da A.B.E., a primeira diretoria procurou dividir a instituição em seções temáticas diferenciadas para que se pudesse ter uma maior organização interna e para que cada seção focasse com mais objetivo e eficiência em temas de importância na época. Foi com essa intenção que a A.B.E. organizou uma seção específica de “Educação Física e Higiene” que possuía como princípio divulgar, promover e unir as ações nessa área. Além das reuniões periódicas, eram organizadas conferências, cursos preparatórios para professores e a produção de documentos, como inquéritos e relatórios.

¹¹⁶ MENDES Marta Ferreira Abdala. *Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista-divulgador José Reis (1948-1958)*. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde; 2006.

¹¹⁷ LABRA, Maria Eliana. *O movimento sanitário nos anos 20: da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985; p.255.

A seção foi primeiramente presidida pelo médico José Paranhos Fontenelle, que foi um ator de destaque na área da saúde no período. Fontenelle foi bolsista da Fundação Rockefeller na Escola de Higiene e Saúde Pública da Universidade Johns Hopkins (1925-1926); era especialista em Administração Sanitária; foi inspetor sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública e professor do Curso Especial de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Seu nome estava ligado ao processo de institucionalização da especialização em saúde pública e a história dos primeiros cursos para formação de profissionais na área de saúde pública no Brasil.¹¹⁸ Fontenelle fez parte de uma geração que acreditava na educação sanitária e na prevenção de doenças. Apesar de ter sido um dos médicos defensores das causas higienistas do período, sua participação na Associação Brasileira de Educação foi efêmera e a seção de Educação Física e Higiene não pôde apresentar maiores resultados no ano de 1925 devido a sua ausência por estar no exterior.¹¹⁹

Após Fontenelle, o médico Faustino Espozel foi convidado para organizar a seção em 1925 e as reuniões foram iniciadas em 1926. Espozel tinha como resolução inicial o estudo do problema da educação sexual, como veremos mais à frente neste capítulo. Em seguida, a direção da seção passou a Belisário Penna, o principal líder do movimento sanitário, em 20 de julho de 1927. Outros médicos presidiram a seção de Educação Física e Higiene, como Gustavo Lessa¹²⁰, que a assumiu de 1928 a 1930, Jorge de Moraes¹²¹ de 1930 a 1932, e Renato Pacheco de 1933 a 1935. Outros médicos também participaram das reuniões da seção, como Victor Lacombe, Eder Jansen de Mello, Carlos Sá (criador dos “Pelotões de Saúde”¹²² que demonstram o aspecto militarista da educação sanitária brasileira, que buscava anular de qualquer forma a oposição aos preceitos sanitários) e o médico-sanitário Savino Gasparini; além de professores como Ambrósio Torres¹²³, Gabriel Skinner e Celina Padilha¹²⁴. É

¹¹⁸ SANTOS, L. A. de Castro e FARIA, Lina. *O Ensino da Saúde Pública no Brasil: Os Primeiros Tempos no Rio de Janeiro. Trabalho, Educação e Saúde*, v. 4, n. 2, p. 291 – 324, 2006.

¹¹⁹ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº 2; novembro de 1925; p.6.

¹²⁰ Gustavo Lessa (1888-1962) foi médico e sanitário. Assumiu a diretoria da A.B.E. várias vezes a partir de 1928, assumiu cargos na administração pública, quase sempre ao lado de Anísio Teixeira. In: Munakata, Kazumi. *Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p. 513-529, set./dez. 2004; p.516.

¹²¹ Amazonense, médico legista da Polícia, Médico Cirurgião da Santa Casa de Misericórdia, Cirurgião do Hospital São Bento em Salvador, Diretor do Laboratório de Análise, Membro da Comissão de Saneamento de Manaus, professor, deputado federal (1905-1908) e senador (1909-1911). Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 21 de junho de 2013.

¹²² As escolas costumavam manter os chamados "Pelotões da Saúde", que eram alunos selecionados pelos professores e que tinham a função de 'vigiar' a higiene pessoal dos colegas, tais como a existência de piolhos e sarna, além da limpeza do espaço. Pretendia-se, com isso, que a prática se transformasse em hábito.

¹²³ Ambrósio Torres: foi professor da Escola de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e associado de presença regular ao longo de todos os anos de existência da Seção de Educação Física e Higiene da A.B.E.

¹²⁴ Professora da Escola Normal do Rio de Janeiro e diretora da Escola Manuel Cícero, no Distrito Federal. In: PEREIRA, Heloísa Helena Daldin. *Programa saúde e prevenção nas escolas: políticas e gestão da educação*

interessante perceber como “as diferentes matrizes científicas que orientavam médicos e educadores se colocavam em diálogo e em negociação de interesses para consolidar um projeto de educação e saúde para a população por meio da educação”.¹²⁵

Uma das ações de Belisário Penna na direção da seção foi propor, em 20 de julho de 1927, um plano de campanha para serem divulgados os problemas da educação física e higiene. Esta campanha foi dividida em ações junto às escolas e à população em geral. Ainda em sua gestão, Penna apresentou na I CNE o relatório da seção de Educação Física e Higiene¹²⁶. De acordo com Penna, os membros da seção não compareciam muito às reuniões por serem pessoas de grandes e variadas ocupações, incluindo a sua pessoa, que sempre estava viajando pelo Brasil em prol da divulgação da educação higiênica, visitando no ano de 1927 o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Minas, São Paulo e Paraná. Realizando nessas localidades divulgação de vinte e oito assuntos de higiene e profilaxia (os assuntos não foram divulgados nas fontes), sempre utilizando projeções luminosas, fixas e animadas, seguidas de distribuição de folhetos ilustrados sobre o assunto da palestra, além de quatro no Paraná na sede da associação de operários.¹²⁷ Outro membro que participou das atividades foi o secretário da seção, o doutor Savino Gaspari, que realizou também no Paraná diversas conferências sobre alcoolismo, doenças venéreas, tuberculose e higiene infantil. O programa de Belisário Penna, de educação higiênica escolar e popular, visava ao combate das verminoses, do alcoolismo, do impaludismo e da lepra, que ele considerava como sendo as maiores calamidades endêmicas do Brasil rural na época. Penna acreditava no caráter moralizante da saúde, pois geraria vitalidade e estímulo ao trabalho e à produção, fatores de riqueza e progresso para a nação. Sem a saúde não haveria como manter o “equilíbrio da mentalidade coletiva para formar a consciência nacional”¹²⁸. Esse era o pensamento que predominava entre os ativistas com relação à educação higiênica.

De acordo com Gustavo Lessa, a Associação Brasileira de Educação era, principalmente, um órgão de estudos.¹²⁹ Por esse motivo, era importante a leitura de livros e folhetos sobre educação higiênica entre os membros da seção. Lessa pediu para que estas

sexual. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2006. Padilha também já foi presidente da seção de Ensino Primário no ano de 1927.

¹²⁵ LINHALES, M. A.; LIMA, C. D.; OLIVEIRA, L. T. *Médicos sanitários e educadores na "Secção de Educação Physica e Hygiene" da Associação Brasileira de Educação: a construção de uma mentalidade médico-pedagógica para a Educação Física (1926-1937)*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5., 2008, Aracajú. Anais... Aracajú SBHE, 2008.

¹²⁶ Livro da I CNE; tese nº VIII; p.87.

¹²⁷ Idem; p.87.

¹²⁸ Ibidem; p.88.

¹²⁹ Ata do Conselho Diretor da A.B.E.; 14 abril de 1929.

leituras fossem resumidas pelos membros e que, nos dias de reunião, fossem distribuídas entre os presentes. Alguns exemplos dos folhetos: “La salud y el desarrollo físico de los niños de escuela”; “Inspeccione sanitária escolar” e “A direção da saúde escolar”.

As principais ideias discutidas por esse grupo da A.B.E. podem ser exemplificadas pelas conclusões a que chegaram, eles próprios, quando reunidos na seção de educação sanitária, durante a II Conferência Nacional Educação em 1928. A citação é longa, mas bastante ilustrativa, a meu ver, dos planos e diagnósticos da A.B.E sobre educação e saúde:

- 1) *“A consciência sanitária do povo é a garantia do ideal de beleza e de força, porque tem por base a saúde.*
- 2) *Só se consegue a formação da consciência sanitária de um povo instruindo as massas e educando as crianças nas escolas, com o objetivo de formar hábito higiênico.*
- 3) *Incutir na criança a aspiração da brasilidade, sempre mais feliz e mais forte, pela saúde de cada um e para o aperfeiçoamento da raça.*
- 4) *A educação sanitária no Brasil deve ser, de preferência, iniciada com intensidade na escola primária, que é centro irradiador para os lares e a coletividade e ponto de convergência, onde encontramos um número considerável de pessoas em idade favorável à fixação de hábitos sadios e maiores oportunidades para o desenvolvimento prático dos princípios eugênicos.*
- 5) *O elemento de mais eficiência para a educação sanitária na escola primária é a professora, satisfatoriamente instruída nas modernas práticas de Saúde Pública e capaz de atuar, pelo ensino e pelo exemplo.*
- 6) *O ensino gradativo e prático dos preceitos gerais de higiene deverá ser obrigatório em todas as escolas.*
- 7) *A conquista de hábitos higiênicos e a correção dos que forem perniciosos à saúde constituirão os principais objetivos da educação sanitária.*
- 8) *A criação de pelotões de saúde, a distribuição de prêmios entre os mais diligentes no cumprimento dos preceitos de higiene, a distribuição dos alunos em partidos antagônicos constituirão recursos preciosos para a implantação de hábitos higiênicos.*
- 9) *A ignorância das mães sobre as noções de puericultura é uma das causas da mortalidade infantil.*

- 10) *As noções de puericultura devem ser ministradas desde os últimos anos da escola primária.*
- 11) *É de grande necessidade a disseminação dos cursos de puericultura por todo o Brasil, como uma das medidas que se impõe para a melhoria da saúde da criança brasileira.*
- 12) *A diminuição da mortalidade infantil e, portanto, o aumento da população, dependendo, em grande parte, dos conhecimentos da puericultura, a difusão desses conhecimentos referentes é um problema vital para o país.*
- 13) *Todos os males brasileiros se reúnem numa crise de educação.*
- 14) *A moderna pedagogia sanitária indica a escola como um meio eficaz para a promoção de hábitos sadios, dado o pouco ou nenhum aproveitamento do reduto que não mostra tendência em modificar aqueles hábitos que, pouco a pouco, se integram na sua personalidade.*
- 15) *Da higienização dos nossos infantes depende o futuro da nacionalidade; revelá-la a um segundo plano é um grave erro pedagógico e um crime de lesa-pátria.*
- 16) *A educação sexual pode ser ministrada no Brasil.*
- 17) *Ela compreenderá três fases – uma preliminar, que se destina a preparar a infância para a compreensão esclarecida dos destinos do sexo; outra, que se propõe ministrar aos educandos, nas próprias salas de aulas de ciências naturais no curso secundário, o conhecimento das personalidades fundamentais; e uma última que proporcionará ao adolescente, fora de qualquer curso coletivo e especialização complementar, que constitui a educação sexual propriamente dita.*
- 18) *O II Congresso Nacional de Educação solicita dos poderes competentes a criação de cursos de puericultura nas escolas normais, professorais, colégios e outros estabelecimentos de educação e, bem assim, de cursos especiais para os professores que vão se encarregar da difusão desses conhecimentos.*
- 19) *Os Centros de Saúde constituem um centro de educação sanitária, estendendo sua ação benéfica sobre as escolas, domicílios, fábricas, etc.;*
- 20) *A II Conferência Nacional de Educação lembra a conveniência de se disseminar o centro de saúde em todos os estados, como fator preponderante para melhorar as condições de saúde do povo.*

Esses vinte tópicos principais resumem os objetivos e crenças que os membros da seção acreditavam ser fundamentais para a melhoria do país, e essa melhoria dependeria da saúde da população. Por exemplo, almejava-se impetrar uma consciência sanitária nacional para que a população pudesse se cuidar e cuidar do seu espaço, mas esta consciência só seria alcançada através da instrução e da educação dessa massa. É nesse sentido que se ressalta a importância da escola e, principalmente, da professora primária para a formação dessa população. Além disso, acreditava-se que esse ideal de saúde deveria ser associado ao sentimento nacionalista. Acreditava-se que este sentimento seria necessário para que houvesse uma identificação social e os ideais nacionais postos em questão pudessem se realizar. De acordo com os membros da comissão, o futuro da nação dependia da saúde e da higiene.

Como vemos, o discurso da seção era, sobretudo, moralizante e de politização de todas as esferas da vida cotidiana. Ações como a distribuição de cartões com conselhos e regras a respeito das atividades físicas convenientes às meninas é um dos exemplos que podemos citar.

2.3 – Campanhas

Durante as inúmeras presidências com que a seção contou, cada presidente buscava focar seus esforços em alguns temas da área da saúde que considerava de maior urgência no período ou com as quais tinha maior afinidade. Dessa forma, alguns temas como higiene escolar, educação sexual, puericultura e educação física tiveram certo destaque nas campanhas de higienização popular e nos debates promovidos pela seção de Educação Física e Higiene da A.B.E. Abaixo, busquei desenvolver cada um desses temas de forma específica para que possamos ter uma visão da produção e das atividades da seção de Educação Física e Higiene da A.B.E. no período.

Higiene nas Escolas

Junto às escolas, algumas decisões foram tomadas, como a produção de um inquérito sobre educação física; a organização por meio da seção de um programa de higiene para as escolas primárias; também ficou decidida a confecção de trabalhos sobre assuntos de higiene destinados a aumentar o conhecimento dos professores sobre o assunto; a confecção de livros de higiene para a infância; a fundação de um curso de férias facultativo para os professores;

além de buscar o entendimento junto aos médicos escolares para colaborarem com a A.B.E. em tudo que se fizesse em benefício da higiene e da educação física nas escolas.

Durante a presidência de Fontenelle e Penna, que foi nos anos de 1925 e 1927, respectivamente, tinham destaque nas discussões da seção de Educação Física e Higiene assuntos relativos à campanha de higienização popular e aos cursos de aperfeiçoamento em higiene escolar, destinados ao professorado primário. Penna também deixou a cargo dos senhores Alayr Antunes e Savino Gasparini a organização de um programa para o curso de férias destinado aos professores do Rio de Janeiro, limitando a matéria do curso às “doenças transmissíveis”, buscando a maneira mais prática de trabalhar as lições de higiene com as crianças.¹³⁰

Durante a gestão de Espozel, em 1926, a seção contou com uma das grandes parceiras na divulgação dos preceitos de saúde e higiene, a Escola Regional de Merity. Esta foi criada em 1921 por uma das fundadoras da A.B.E., a educadora Armanda Álvaro Alberto, juntamente com Edgar Sussekind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho, também membros da A.B.E.. Armanda Alberto foi líder destacada e presidente da seção de Cooperação da Família (1925 a 1927). De acordo com Santos, a educadora procurou relacionar sua experiência pedagógica e a questão familiar que vivenciou na Escola Regional de Merity para aplicar na seção de Cooperação da Família da A.B.E., sendo a Escola de Merity, uma espécie de laboratório para Armanda Alberto. Por outro lado, a Escola se favorecia com a participação de professoras da seção, principalmente, no Círculo de Mães.¹³¹

Dentre as ações junto à A.B.E., a Escola Regional de Merity, realizando seu programa de educação popular de acordo com as necessidades da zona rural do Rio de Janeiro, encerrou uma série de conferências que veio realizando durante o ano sobre assuntos de higiene, tais como opilação, impaludismo, sífilis, etc. O evento contou ainda com uma palestra sobre tuberculose, sob os auspícios do professor Floriano de Araújo Góes em conferência presidida por Belisário Penna.¹³²

Em maio de 1929,¹³³ a seção de Educação Física e Higiene foi reestruturada após a designação de um substituto ao ex-presidente, Belisário Penna, em 26 de novembro de 1928,

¹³⁰ Ata da 9ª reunião do Conselho Diretor da A.B.E.; 29 de julho de 1927.

¹³¹ Para maior aprofundamento sobre a Escola Regional de Merity, ver: SANTOS, Júlio Cesar Paixão. *Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Merity (1921-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz; 2008.

¹³² *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº 3; janeiro de 1926; p.5.

¹³³ *Boletim da A.B.E.*; ano V; nº 13; maio de 1929.

sendo então nomeado Gustavo Lessa que ficou à frente da seção até 1930, sendo ativo participante nas reuniões e debates sobre a questão da higiene.

De acordo com a seção, a solução para a educação se baseava na reforma dos métodos de ensino e reforma do professor, tarefa remetida aos interessados nas mudanças do país. Essa linha era seguida desde os tempos de Heitor Lyra da Silva, um dos defensores dessa causa. Logo que entrou na seção fez a exposição do plano de trabalho que pretendia executar durante sua presidência. Lessa pretendia fazer um inquérito no Brasil sobre a maneira como era feito o ensino de higiene; pretendia organizar as bases de um programa de higiene e educação física para ser adaptado em todo o Brasil; além de buscar organizar um curso de aperfeiçoamento de higiene, destinado às professoras primárias, cujo programa contava com os seguintes temas: orientação do ensino da higiene na escola primária; doenças contagiosas comuns, seu reconhecimento e profilaxia; tuberculose; impaludismo; verminoses; animais nocivos; ensino de puericultura na escola primária; a nutrição na idade pré-escolar; higiene mental, os maus hábitos, sua profilaxia e organização higiênica do ensino; educação sexual; higiene dos órgãos dos sentidos e os cuidados corporais; a higiene do edifício e do material escolar; as funções da conferência escolar; as funções do médico escolar; o papel da saúde pública na vida de uma cidade.

Quanto à organização do inquérito sobre o ensino de higiene, Lessa buscou dividir os estados brasileiros entre os membros da seção. Gustavo Lessa ficou encarregado do estado de Minas Gerais; Carlos Sá ficou com o Ceará e a Bahia; Gabriel Skinner escolheu o Rio Grande do Norte; Celina Padilha se encarregou do Rio Grande do Sul e de São Paulo; Margarida Freyle ficou com Santa Catarina e o Paraná; Cecília Muniz escolheu o Rio de Janeiro e Consuelo Pinheiro ficou encarregada do Amazonas e Acre.

Higiene nas Fábricas

Outra campanha promovida pela seção de Educação Física e Higiene da A.B.E. foi a de higiene nas fábricas, que, por serem um aglomerado considerável, era uma forma de divulgação eficiente. Para que essa campanha fosse realizada, a seção de Educação Física e Higiene da A.B.E. entraria em contato com os diretores dessas fábricas para que fossem realizadas conferências populares sobre higiene. Estas deveriam ser ilustradas com projeções luminosas fixas e móveis, em dias previamente determinados. Porém, esse tipo de divulgação parece não ter sido tão abrangente como se desejava devido às economias limitadas da seção,

que teve de ser objetiva e focar mais no professorado, assunto que será tratado de forma mais específica no capítulo seguinte. Infelizmente, não há informações nas fontes disponíveis que me permitam afirmar se essa modalidade de divulgação foi, de fato, realizada, quais as fábricas porventura visitadas, ou em quais regiões do país.

Educação Sexual

Outra questão importante era sobre o problema da educação sexual, ou melhor, o problema sexual na educação, que era considerada um dos desafios mais importantes e urgentes na época. E o tema era amplo: relacionava-se a discussões de aprimoramento da raça brasileira, a “maus hábitos” e “perversão sexual” – como masturbação, por exemplo – aos “riscos” oferecidos pela sífilis, ao alcoolismo, tuberculose e outros episódios considerados como degenerativos. A prostituição, a boemia, a pobreza, “vícios elegantes” (como o uso de drogas) e o adultério também eram problemas a serem enfrentados pela educação sexual no dizer dos médicos da ocasião.¹³⁴ A A.B.E. defendia, principalmente, a divulgação dos conhecimentos e a educação sexual das mães, para que estas se tornassem as propagadoras desses conhecimentos junto aos filhos. A educação sexual era vista como necessária devido ao despreparo da família quanto aos ensinamentos de conhecimentos científicos da vida sexual.

Durante a presidência do médico Faustino Espozel a educação sexual foi discutida em algumas das reuniões da seção. Espozel ficou encarregado de estudar o problema da educação sexual, que foi discutido na 3ª reunião, em junho de 1926. Na 6ª reunião, datada em 3 de agosto de 1926, ficou decidido enviar um inquérito sobre educação sexual aos interessados pelo assunto. O inquérito produzido pela A.B.E. obteve resposta de Savino Gasparini, do professor Lafayette-Côrtes e do Conego Mae Dowel.¹³⁵

O médico Fernando Magalhães foi um dos que foram ativos participantes na campanha de educação sexual, realizando palestras sobre o tema e a produção de folhetos educativos. Além de já ter sido presidente da A.B.E., Magalhães possuía um histórico profissional que perpassava diversas instituições de renome na época: se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1899, tornando-se professor e diretor desta

¹³⁴ Sobre o tema, ver principalmente: FELICIO, Leandro Alves. *A moralização do sexo: os debates sobre a educação sexual para o Projeto de Nação Brasileira na I Conferência Nacional de Educação, 1927*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

¹³⁵ *Boletim da A.B.E.*; ano II; nº 7; setembro-outubro de 1926; p.11.

faculdade e reitor da então Universidade do Rio de Janeiro (1931-1934). Foi autor de obras de ginecologia e obstetrícia, chegando a fazer parte da Academia Brasileira de Letras (1926) e da Academia Nacional de Medicina (1900). O médico recebeu diversos prêmios e foi membro de conselhos, associações e sociedades em diversas partes do mundo ao longo de sua vida. Em geral, suas palestras buscavam mostrar a necessidade da educação sexual como uma forma de defesa da juventude contra os “males inseparáveis da civilização moderna”.¹³⁶

A professora Celina Padilha também escreveu sobre Educação Sexual¹³⁷ e apresentou uma teoria que foi apresentada na I Conferência Nacional de Educação. A tese de Padilha tratava do medo de mudanças da sociedade brasileira na questão da educação sexual. A professora buscava defender uma educação sexual para as crianças na escola a partir dos onze anos, para que, no futuro, pudessem também transmitir esses conhecimentos aos seus filhos. A polêmica de sua tese rendeu uma charge¹³⁸ na revista *O Malho* de 1928, que ironizava a educação dita "moderna" que Padilha defendia.

Ainda na I CNE, a tese do professor da Escola Normal de Natal, Luiz Antonio dos Santos Lima foi destacada no jornal *O Paiz*¹³⁹ em janeiro de 1928 devido a importância que o tema já possuía nos Estados Unidos e Europa. A reportagem destacou um trecho da fala do professor: "A educação sexual deve constituir um dos objetivos da escola primária, visando o aperfeiçoamento do pudor, do respeito a si e aos outros". Na fala de Santos Lima percebemos a importância que era dada ao tema na tentativa de que a educação sexual fizesse parte da sala de aula, para que a mentalidade dos alunos pudesse ser mudada.

Puericultura

Dentre as inúmeras ações que foram realizadas nessa área, encontramos um curso de puericultura realizado pelo professor Mello Leitão para o Círculo de Pais e Professores.¹⁴⁰ Esse curso foi realizado em novembro e dezembro de 1925 e contava com 10 lições sobre o tema: puericultura e eugenia; puericultura pré-natal; o recém nascido; o lactante; aleitação natural e mista; alimentação artificial; o desmame; a criança de 1 a 2 anos; o pré escolar e doenças mais comuns na escola. O curso contou com um número limitado de participantes,

¹³⁶ *Boletim da A.B.E.*; ano V; nº 3; maio de 1929; p.38.

¹³⁷ Livro da I Conferência Nacional de Educação; 1927; p.429.

¹³⁸ Anexo 2 - Charge sobre Educação Sexual. In: revista *O Malho*; edição 1356; 08 de setembro de 1928; p.60.

¹³⁹ Periódico *O PAIZ*; 11 de janeiro de 1928; edição 15788.

¹⁴⁰ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº 3; Janeiro de 1926; p.5.

foram 19 senhoras e foi realizado na sede da A.B.E., na Pró-Matre, na Policlínica de Crianças do Hospital José Carlos Rodrigues e na Casa dos Expostos.

Um curso sobre o qual temos referência em nossas fontes foi realizado em outubro de 1929, por iniciativa da A.B.E. com o nome de Curso para Mães. O curso era gratuito e poderiam frequentar mulheres com mais de quatorze anos. O curso previa ensinar os conhecimentos necessários para se cuidar de uma criança desde o seu nascimento até completar quatorze anos. Ainda aconteceram aulas práticas para confecção de enxoval, aprender tricô e fazer um berço simples e barato.

Para se ter um panorama geral das instituições preocupadas com a proteção da criança, um registro foi realizado em parceria com o Departamento da Criança no Brasil. Essas instituições foram totalizadas em 3090 e foram separadas em puericultura intrauterina; recolhimentos e estabelecimentos de ensino; infância doente e proteção à infância em geral. A A.B.E. se comprometia com a causa divulgando essas instituições e pedindo que se comunicassem a existência de outras instituições em todo o Brasil.¹⁴¹

Educação Física

A partir do final do século XIX, a preocupação com a cultura do esporte e do corpo ganhou certa visibilidade devido a sua inserção nos propósitos modernizadores da época, ou seja, estava inserido na questão moderna da higiene e passou a ser associado à promoção da saúde e à eficiência no trabalho. É nesse sentido que percebemos a extensão do discurso higienista, que era um discurso moral acima de tudo, aos diversos aspectos da vida humana, inclusive o físico.¹⁴² Meily Linhales nos mostra que, além da escola, outros espaços na área urbana eram valorizados para tal fim, como quadras em praças para a prática de esportes ou playgrounds. Acreditava-se que a prática de jogos na infância contribuiria para a democracia e para a convivência. Como dito anteriormente, a partir de 1929, a A.B.E. estreitou suas relações com a Associação Cristã de Moços e também com a Associação Cristã Feminina (A.C.F.), que passaram a frequentar as reuniões do Conselho Diretor da A.B.E. e, principalmente, a seção de Higiene e Educação Física.

¹⁴¹ *Boletim da A.B.E.*; ano III; nº 11; maio-junho de 1927; p.4.

¹⁴² LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a energização do caráter: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)*. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social) Faculdade de Educação; UFMG; 2006.

Quando se fala sobre educação física, não se pode deixar de fazer referência às instituições militares. A participação dos militares nas questões da educação física foi uma constante no Brasil na primeira metade do século XX, vale ressaltar, a “Instrução Física” sempre foi tida como parte do processo de formação militar.¹⁴³ O cientista social Celso Castro¹⁴⁴ nos mostra que o exército se via como guardião e formador da nação. No início do século XX, a relação entre defesa nacional e educação física era estreita, pois esta era vista como uma responsabilidade militar. O serviço militar obrigatório foi instituído por lei¹⁴⁵ no ano de 1908 e é um ótimo exemplo do papel do exército na chave nacionalista dos anos 1920: a instituição era vista como uma escola de civismo, como instrumento para fornecer a ‘ideia de Pátria’ à juventude e promover fortalecimento moral e físico, disciplina hierárquica e social, renúncia aos interesses individuais em favor do coletivo, senso de dever e de sacrifício pela pátria¹⁴⁶; donde a convicção na necessidade do adensamento de suas fileiras e na ampliação da oferta de atividades físicas.

No ano de 1926, durante a direção de Faustino Espozel na seção de Educação Física e Higiene, uma das ações na área de educação física no ano foi realizada. A seção requereu e conseguiu que a A.B.E. fosse reconhecida junto à Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA) como instituição de utilidade e beneficência¹⁴⁷, para que pudessem entrar em contato com os diversos clubes desportivos do Rio de Janeiro e pedir que estes cedessem uma vez por semana os seus campos para que as crianças das escolas do bairro pudessem fazer exercícios físicos sob a orientação de instrutores do próprio clube ou de membros da seção de Educação Física e Higiene da A.B.E.

Desde a sua fundação, a seção de Educação Física e Higiene tinha como preocupação principal a higiene, porém, no ano de 1929, houve um crescente interesse nas questões de educação física, tais como na organização do currículo e na formação de professores. Nesse mesmo ano, o presidente da seção Gustavo Lessa comunicou que a seção seria dividida em

¹⁴³ CARVALHO, Danila Freitas de. “O Inquérito sobre o problema da Educação Física no Brasil: A trama e o processo de implantação do método francês (1929)”. Monografia. UFMG. 2009.

¹⁴⁴ CASTRO, Celso. *In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil*. Antropolítica, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1997.

¹⁴⁵ Lei nº 1860 de 04 de janeiro de 1908. Disponível em: < <http://www.3rm.eb.mil.br>> Acesso em: 24 de maio de 2013.

¹⁴⁶ Sobre o tema, ver, por exemplo: MCCANN, Frank D.. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Sobre as relações da campanha do recrutamento militar obrigatório com a temática da saúde na ocasião ver: SÁ, Dominichi Miranda de. *A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o 'imenso hospital'*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, p. 333-348, 2009. Para as décadas posteriores, consultar MONTEIRO, Vitor. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”: Saúde, Recrutamento Militar e Identidade Nacional na Revista Nação Armada (1939-47)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.

¹⁴⁷ *Boletim da A.B.E.*; ano II; nº 4; abril de 1926; p.7.

duas, uma que trataria apenas de higiene e a outra que seria de educação física. A divisão ocorria para que esta última ficasse confiada a um especialista no assunto, o deputado e médico amazonense Jorge de Moraes, e aquela sob a presidência do próprio Lessa.¹⁴⁸ Jorge de Moraes possuía um grande envolvimento com a cultura física e isso o levou a se aproximar da A.B.E., como se pode perceber em seu pronunciamento:

Há longos anos agitei no seio do Congresso Nacional, vários aspectos do problema do qual decorre, inexoravelmente, o futuro, a eficiência da nossa nacionalidade, (...) a energia física e mental do homem. Ligo essas duas maneiras de ser pela sua forçosa indivisibilidade em face dos ensinamentos da fisiopatologia e das lições salutares da higiene. Da primeira feita propus a criação de duas escolas de educação física, uma civil e outra militar. [...] No momento em que sugeri este patriótico alvitre, recordo-me ter salientado a necessidade imperiosa de reservar o poder público espaço que servisse para jogos ao ar livre, tendo em vista certa infância e juventude.¹⁴⁹

Porém, as questões relativas à seção de Educação Física continuaram sendo tratadas junto à seção de Higiene, pois Jorge de Moraes não presidiu as sessões de Educação Física. Tanto que foi Lessa, com a ajuda de Margarida Fryer, que conseguiu a colaboração de Helen C. Paulison, da Associação Cristã Feminina (A.C.F) para ministrar um curso de educação física destinada às professoras primárias.¹⁵⁰

Em 23 de maio de 1929 'O Jornal' noticiou a promoção de cursos de educação física em parceria com a A.C.F.:

Sob a direção da especialista Miss Helen C. Paulinson, da Associação Cristã Feminina, começa hoje, 23 o curso de educação física para professoras, planejado pela Seção de Educação Física e Higiene. Graças à gentileza do Club de Regatas do Flamengo, o curso será dado no rink do mesmo club, à rua Paissandu, 267. Funcionará o mesmo, todas as quintas-feiras, às 11 horas, durante uma hora. A inscrição foi aberta para professoras de escolas quer públicas, quer particulares. O programa será o seguinte: 1º) táticas de marcha; 2º) ginástica; 3º) jogos; 4º) danças regionais.¹⁵¹

¹⁴⁸ Ata do Conselho Diretor da A.B.E.; 18 de outubro de 1929.

¹⁴⁹ BRASIL. Congresso Nacional. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Organizados pela Diretoria da Tachygraphia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1928; p. 481-482 apud LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a "energização do caráter": projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)*. Tese de Doutorado UFMG, 2006; p.77.

¹⁵⁰ *Boletim da A.B.E.*; ano V; nº 13; maio de 1929; p.37.

¹⁵¹ LINHALES, M. A. . *Na Associação Brasileira de Educação, o trânsito de sujeitos e métodos norte-americanos para o ensino da educação física dentro e fora da escola*. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá - MT. VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e fronteiras na história da educação no Brasil. Cuiabá - MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. v. 1. p. 001-015; p.3.

Paulinson fez sua primeira participação na A.B.E. em janeiro de 1929 divulgando um curso de educação física para professores primários.¹⁵²

Ainda em 1929, a seção de Educação Física e Higiene da A.B.E. critica a elaboração e o envio ao Congresso Nacional, pelo Ministério da Guerra do Governo de Washington Luís, cujo ministro era o general Nestor Sezefredo¹⁵³, um anteprojeto de lei relativo à Educação Física no Brasil. De acordo com Celso Castro, o projeto:

“tornava a educação física obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos, para ambos os sexos. Além disso, deveria ser criado um Conselho Superior de Educação Física, que teria por finalidade “centralizar os trabalhos elaborados pelos órgãos técnicos, estudar os documentos provindos do estrangeiro, coordenar todos os elementos próprios à criação do Método Nacional de Educação Física, e, finalmente, vulgarizar por todos os meios e modos tudo que disser respeito ao assunto”. Um artigo deste anteprojeto de lei estabelecia que, enquanto não fosse criado o Método Nacional, seria adotado em todo o território brasileiro o Método Francês.”¹⁵⁴

Este projeto não contou com o apoio da A.B.E., pois seus membros discordavam do chamado Método Francês¹⁵⁵ nas escolas brasileiras como uma forma de militarização da sociedade. A A.B.E. organizou um inquérito em julho de 1929 com nove professores de educação física no qual expunha a defesa da introdução da educação física nas escolas. Esta proposta estava incluída num projeto de reforma do ensino secundário elaborado nesse mesmo ano pela Associação. O parecer elaborado pela seção de Educação Física e Higiene foi publicado na revista *Schola* (março de 1930) se opondo ao projeto elaborado pelo Ministério da Guerra. A proposta da A.B.E. previa a criação de uma escola de educação física anexa à Universidade do Brasil, cujo objetivo seria formar civis e, conseqüentemente, não deixar que os militares dominassem a escola.

Celso Castro considera esse anteprojeto de lei de 1929 como o ponto de partida para o uso da educação física pelos militares como instrumento de intervenção na realidade

¹⁵² Ata da Seção de Educação Física e Higiene, 13ª reunião, 18/01/1929. In: LINHALES, M. A. . *Na Associação Brasileira de Educação, o trânsito de sujeitos e métodos norte-americanos para o ensino da educação física dentro e fora da escola*. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá - MT. VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e fronteiras na história da educação no Brasil. Cuiabá - MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. v. 1. p. 001-015; p.3.

¹⁵³ CARVALHO, Danila Freitas de. “*O Inquérito sobre o problema da Educação Física no Brasil: A trama e o processo de implantação do método francês (1929)*”. Monografia. UFMG. 2009.

¹⁵⁴ CASTRO, Celso. *In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil*. Antropolítica, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997; p.6.

¹⁵⁵ Com o intuito de fortalecer a raça, o Método Francês tinha como verdadeiro pressuposto a preparação do corpo para o trabalho e enfatizava as qualidades desejáveis em um bom militar, trazendo à tona o comprometimento do homem com a nação, obtido através da disciplina constante do método. In: CARVALHO, Danila Freitas de. “*O Inquérito sobre o problema da Educação Física no Brasil: A trama e o processo de implantação do método francês (1929)*”. Monografia. UFMG; 2009.

educacional e social do país.¹⁵⁶ Mesmo com a mobilização e a união de forças para criar um inquérito, que contou com a ajuda de especialistas no assunto, o anteprojeto de lei elaborado pelos militares foi implantado em 1931.¹⁵⁷

Após 1929, a seção se reuniu poucas vezes, e ficou sem reuniões de setembro de 1930 a 1933. Foi um momento de reestruturação de toda a A.B.E. e a seção passou até mesmo a ter a participação de militares em suas reuniões. Em 1933, o médico Renato Pacheco tomou posse como presidente da Seção de Educação Física e permaneceu nesse cargo até 1935. Desde sua entrada, os assuntos da seção eram sobre a questão da educação física em âmbito nacional, pois buscavam criar um Plano Nacional de Educação Física.

Higiene Mental

Na ocasião, vários fatores eram apontados como causas das perturbações nervosas, como o álcool, as infecções, as autointoxicações, a hereditariedade e os casamentos consanguíneos. Nessa perspectiva, essas 'perturbações da mente' precisavam ser controladas. A psiquiatria brasileira na década de 1920 estava mais centrada na prevenção, anterior a qualquer sinal de desequilíbrio mental. O programa curativo da medicina mental experimentava uma crise na ocasião, por isso a defesa de uma perspectiva de medicina mental preventiva, chamada exatamente de higiene mental, e que procurava atuar sobre inúmeras instâncias do social, como a família, o trabalho e a escola, tidas como locais potenciais de emergência da loucura¹⁵⁸. E para que isso fosse possível, era necessária a divulgação dos preceitos e conhecimentos da Higiene Mental para toda a população brasileira e, principalmente, para os professores. Apontava-se a importância de uma mente sadia para a orientação educacional infantil. Se a criança possuísse uma mente sadia, ela poderia resistir às influências de um método educacional vicioso, caso contrário, o seu quadro poderia ser agravado. Nesses casos, apelava-se a uma educação especial, com professores especializados.

¹⁵⁶ CASTRO, Celso. *In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil*. Antropolítica, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997; p.7.

¹⁵⁷ LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a energização do caráter: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)*. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social) Faculdade de Educação; UFMG; 2006.

¹⁵⁸ PEREIRA, Maurício. *Racismo na Educação: Estratégia do estado & uma possibilidade de Superação*. PUC-SP; Mestrado em Educação; São Paulo; 2009. Essa perspectiva também se relaciona às razões que levavam os médicos a privilegiar a criança na educação em higiene mental. Via-se nela um “pré-cidadão”, “o homem do futuro”. Sobre esse debate ver: REIS, J. R. F.. *De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental*. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, VII (1): 135-157, mar-jun. 2000.

Segundo Laerthe Junior e Eliane de Carvalho¹⁵⁹, essa defesa da necessidade de o professor conhecer os preceitos da higiene mental seria fundamental devido ao seu contato direto com as crianças. A ideia era que o professor deveria se tornar responsável por identificar e selecionar crianças para colocá-las em classes separadas, segundo supostos níveis de anomalias mentais.

Álvaro Guimarães Filho¹⁶⁰ até mesmo se utilizava da experiência dos Estados Unidos para demonstrar que uma educação especial em certos casos poderia trazer bons frutos para o país, pois os considerados doentes mentais poderiam alcançar a fase adulta com bons modos e ainda trabalharem na indústria ou na agricultura provendo o próprio sustento, ou seja, não seriam um “peso” para a sociedade.

A Associação Brasileira de Educação procurou promover o debate na área da higiene mental, mas não há fontes que mostrem ações efetivas da A.B.E. nessa área.

¹⁵⁹ JUNIOR, Laerthe de Moraes Abreu e CARVALHO, Eliane Vianey de. *O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX*. Trab. Educ. Saúde; Rio de Janeiro, v.10 n.3, p.427-451, nov. 2012; p.441.

¹⁶⁰ Graduou-se pela Faculdade de Medicina de São Paulo, em 1925, defendendo tese intitulada "Higiene Mental e sua Importância em Nosso Meio". Disponível em: <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br>> Acesso em: 24 de maio de 2013.

CAPÍTULO 3 – “PÍLULAS CIENTÍFICAS”

Como já mencionado nos capítulos anteriores, a Associação Brasileira de Educação possuía algumas formas de divulgação e comunicação de suas atividades entre seus sócios, instituições e pessoas interessadas nas questões educacionais. Dentre elas temos a utilização do professor como divulgador, o *Boletim da A.B.E.*, o uso do cinema e do rádio, a Semana de Educação e as Conferências Nacionais de Educação, que eram o pólo nacional de discussões das ações da A.B.E. Esses mecanismos utilizados faziam parte do objetivo da A.B.E. de se tornar um centro de discussão e divulgação de assuntos educacionais e científicos. Por esses motivos, procuro analisar neste capítulo essas formas de divulgação e comunicação.

3.1 – Professor como divulgador

Mesmo com as constantes mudanças na direção da seção de Educação Física e Higiene, a linha de ação principal da seção era agir junto ao professorado. O professor era o instrumento fundamental da campanha da A.B.E., pois era visto como parte vital de uma ampla cadeia de conhecimentos, atingindo desde as crianças, até seus familiares e amigos. A imagem do professor, como uma figura que teria o direito de exercer a autoridade e determinar as ações dos alunos, era vista como uma das formas mais eficientes de divulgação pelos abeanos, que concentraram seus trabalhos neles:

A nossa linha de ação principal parece-me dever ser junto ao professorado. Se nos lembrarmos de que o Brasil tem 40 milhões de habitantes, logo veremos que a predica junto a algumas centenas de pessoas pouco adiantará, a menos que essas centenas de pessoas estejam colocadas nas melhores posições estratégicas para transmitirem eficazmente o que receberam, vale dizer, exerçam o magistério.¹⁶¹

Nessa perspectiva, acreditava-se, os professores receberiam, através de cursos e conferências realizados pelos cientistas e intelectuais da ABE, o conhecimento necessário sobre o conteúdo e o modo de ensinar. Esses intelectuais eram os mediadores do conhecimento científico com os professores, e esses professores seriam os divulgadores desse conhecimento científico para os alunos, que, por sua vez, transmitiriam esses conhecimentos

¹⁶¹ *Boletim da A.B.E.*; ano V; maio de 1929; nº 13; p.37.

aos familiares e amigos. Buscava-se criar uma espécie de corrente de transmissão de conhecimentos, tal como destacado no trecho abaixo:

o professor não deve contentar-se com a instrução de seus alunos, mas deve procurar inculcar-lhes tão profundamente essas ideias de profilaxia, que os transforme em propagandistas de seus princípios no seio da família. Se a obra do professor for perseverante, como sempre o é, em algumas dezenas de anos aqueles que aprenderam a higiene nas escolas se transformarão em chefes de família que se tornarão, por sua vez, os baluartes da profilaxia, conseguindo assim a Higiene alcançar o seu fim.¹⁶²

Para alcançar esse "contingente precioso", a A.B.E. enviou no ano de 1925 cerca de 2000 fichas aos professores de todo o Brasil para que pudessem ter informações sobre o trabalho e a condição em que esses professores se encontravam. No mesmo ano, 127 fichas tinham sido devolvidas respondidas; no ano de 1926 tinham sido devolvidas cerca de 300 fichas respondidas.

Dentre os cursos realizados temos o de higiene geral, focado para o professorado primário do Rio de Janeiro, que foi realizado no dia 28 de novembro de 1928 e estava previsto para ter 28 aulas e no qual mais de 40 professoras se inscreveram. O curso tinha como objetivo ser o mais prático possível e, de acordo com os abeanos, contou com alguns dos melhores higienistas do período, mas não temos referências de quem foram. Além desse, foi realizado um curso de educação física também destinado às professoras primárias. O curso foi realizado uma vez na semana e teve duração de dez meses, tendo como professora Helen Paulison, da Associação Cristã Feminina.¹⁶³

Um exemplo do interesse da divulgação entre o professorado é a participação de algumas professoras nas reuniões da seção de higiene; elas eram vistas como intérpretes das necessidades das escolas brasileiras. Estas professoras pediram ao presidente da seção para que ele realizasse uma conferência para orientar o professorado primário sobre os métodos indicados no ensino de higiene¹⁶⁴. Em uma dessas reuniões no ano de 1929, Lessa expôs os métodos empregados nos Estados Unidos para o ensino de higiene nas escolas primárias.

Esses e outros investimentos no professorado se deviam à crença na posição privilegiada que o professor se encontrava na sociedade. Em suas mãos estaria a salvação da nação e eles seriam os responsáveis por preparar o "espírito da juventude" para tal fim.

¹⁶² Livro da I CNE; tese nº 82; 1927; p.469.

¹⁶³ *Boletim da A.B.E.*; ano V; nº 13; maio de 1929; p.36.

¹⁶⁴ *Ata da A.B.E.*; setembro de 1929;

3.2 - Semanas de Educação

A seguir a memorialística da A.B.E. a Semana de Educação foi uma iniciativa que surgiu após o convite do norte-americano Glen Lawin Sweggett¹⁶⁵, representante da Associação Americana de Educação, dos Estados Unidos, que veio ao Brasil sugerir à A.B.E. a promoção desse evento. De acordo com entrevista publicada no *Jornal do Brasil* (dia 04 de outubro de 1929), Mello Leitão falou sobre o nascimento dessa ideia, que havia se cristalizado nos Estados Unidos (1927), “com o fim de estimular não somente o governo, mas também os pais, professores e alunos, a população em geral, para facilitar a disseminação do ensino por todas as classes da sociedade. Essa cruzada benemérita obedece às novas diretrizes da pedagogia moderna, que visa ao mesmo tempo que a divulgação do conhecimento, a facilidade da assimilação desse conhecimento pelo sistema intuitivo.”

A Semana de Educação tinha como finalidade chamar a atenção da população e dos governos para a necessidade da educação e da colaboração de todos.¹⁶⁶ Esse evento buscava uma maior compreensão, por parte da população, do papel da educação em um país democrático e sua contribuição para a formação da juventude:

A nação que melhor vele pela meninice dominará a todas as outras em saúde, inteligência, moralidade, eficiência e felicidade. Alcançará os mais altos anos de prosperidade nacional, tanto material como espiritual.¹⁶⁷

A I Semana de Educação foi realizada de 8 a 14 de outubro de 1928 e a comissão escolhida pelo Conselho Diretor da A.B.E. para organizar o evento foram Carlota de Oliveira Lyra da Silva, a professora Celina Padilha e o zoólogo e professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Cândido de Mello Leitão. Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho este evento foi prestigiado pelo Conselho Diretor da A.B.E. da mesma forma que as Conferências Nacionais de Educação, apesar de ter menor amplitude no cenário nacional.

Para que os ideais do evento atingissem todo o território brasileiro, a A.B.E. pediu que as associações com fins congêneres à ela realizassem um programa pré-estabelecido, mas adaptável às condições locais: anúncios do evento (exemplo de cartaz, “Educar-se é vencer”); venda de livros sobre educação e com as vendas subordinadas ao título do evento; venda de

¹⁶⁵ SIMONINI; Luciene de Almeida. *Para o “brilhanismo” das semanas de educação (1928-1935): o apoio concedido à iniciativa na correspondência da Associação Brasileira de Educação*. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação; 2006.

¹⁶⁶ *Boletim da A.B.E.*; ano 4; nº 12; agosto de 1928; p.26.

¹⁶⁷ Idem; p26.

um selo comemorativo do evento em prol da A.B.E.; exposições pedagógicas regionais realizadas pelos colégios primários; visitas às escolas pelos pais, para que entrassem em contato mais íntimo com o local de estudo dos filhos e com os professores; sessões literárias em todas as escolas; pequenas conferências diárias sobre o papel social da educação; visitas das escolas ao Jardim Botânico, Museu Nacional, Escola de Belas Artes e o Museu Histórico, sob a orientação de professores ou membros da A.B.E. Esse programa foi publicado em jornal oficial pelo diretor de Instrução Pública Municipal, Fernando de Azevedo.

Este plano geral foi distribuído pelos dias da semana, que, por sua vez, foram organizados por temas. Cada estado estabeleceu sua programação da Semana e o relatório da A.B.E. nos mostra como foram as atividades na cidade do Rio de Janeiro: a segunda feira foi o "Dia da Saúde", que ficou sob responsabilidade de Savino Gasparini, que promoveu apresentação de filmes de propaganda sanitária; visitas a repartições sanitárias, com exposições de higiene e distribuição de folhetos de educação sanitária; Belisário Penna realizou uma conferência sobre a febre amarela; houve conferência sobre higiene e saúde na Associação Cristã de Moços; conferência para operários sobre "Elementos Fundamentais para a Saúde", realizada pelo próprio Gasparini; palestra sobre higiene pessoal para soldados do exército e a Rádio Sociedade transmitiu uma conferência do médico Fontenelle sobre alimentação. Além disso, formou-se um grande número de "pelotões de saúde" nas escolas. Ainda foi fundado no Rio de Janeiro um curso para mães voltado para a classe operária e contou com 23 alunos. No "Dia da Saúde" foram distribuídos 2500 folhetos de propaganda sanitária. Algumas instituições da capital federal colaboraram com o evento, como a Faculdade de Direito, a Escola de Belas Artes, o Jardim Botânico, o Museu Nacional, a Escola Alemã, a Escola Normal, o Museu Histórico, o Colégio Pedro II e o Colégio Jacobino.

A Semana ainda contou com o "Dia do Lar", o "Dia do Mestre", o "Dia da Vocação e do Escotismo", o "Dia da Criança", o "Dia da Natureza e da Arte" e o último dia foi o encerramento. A Semana recebeu adesão do estado de São Paulo (Sociedade de Educação e Departamento da A.B.E. em Piratininga), Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraná.¹⁶⁸

A II Semana de Educação foi de 7 a 13 de outubro de 1929 e contou com o "Dia da Educação Doméstica", dirigida pela professora Cassilda Martins¹⁶⁹; o "Dia da Educação Intelectual", por Branca Fialho; o "Dia da Educação Profissional", dirigido pelo engenheiro

¹⁶⁸ Relatório da I Semana de Educação promovida no Brasil pela Associação Brasileira de Educação. Arquivo da A.B.E.; 1928.

¹⁶⁹ Diretora da Fundação Osório e da primeira revista feminina *'O Nosso Jornal'*. Fonte: Jornal *'A Noite'*; edição 06936; 19 de março de 1931.

Salvador Fróes; o "Dia da Educação Física", com o professor Ambrósio Torres; o "Dia da Educação Artística" conduzida pelo arquiteto Corrêa Lima¹⁷⁰; o "Dia da Educação Cívica", dirigido por Fernando de Magalhães e o "Dia da Educação Moral" com Vera Delgado de Carvalho, esposa do geógrafo Carlos Delgado de Carvalho. Dessa vez, a semana não contou com o "Dia da Saúde" como na I Semana.

A III Semana de Educação¹⁷¹ foi realizada entre os dias 12 a 18 de maio de 1930. Os dias estavam divididos em "Dia do Lar", "Dia da Fraternidade", "Dia da Escola", "Dia da Saúde"¹⁷², "Dia do Dever"¹⁷³, "Dia da Natureza" e o "Dia da Boa Vontade". A programação do "Dia da Saúde"¹⁷⁴ foi organizada pelo professor Ambrósio Torres, no Rio de Janeiro, e realizada no campo do Fluminense Football Club e contou com desfile, ginástica e corridas. No dia seguinte, houve sessão de cinema com filmes de educação física. Sobre o "Dia da Saúde", buscou-se mostrar a saúde como um bem e a educação física como base da saúde. Vale ressaltar que durante a III Semana de Educação, o "Dia da Fraternidade" mobilizou 12.500 crianças no Rotary Club e pregavam pela igualdade da instrução para todos os cidadãos.¹⁷⁵

A IV Semana de Educação foi realizada entre os dias 13 a 20 de maio de 1931 e sua temática foi mais específica, tendo como foco a educação rural, visando os meios para desenvolver essa educação e, dessa forma, como aumentar a riqueza nacional. Como tema geral ficou decidido desenvolver o seguinte: "A escola regional, particularmente, no seu aspecto mais relevante o da educação agrícola: meios de desenvolver essa educação e de assim aumentar a riqueza nacional." Os dias ficaram divididos em subtemas: "A emancipação mental do Brasil: problemas sociais e políticos correlacionados com a educação popular, especialmente pelo ensino agrícola."; "A escola regional nos seus aspectos: urbano, rural, marítimo e fluvial. A prosperidade nacional pela educação no trabalho apropriado às diversas zonas do país."; "A escola marítima e fluvial e os seus recursos de pesca. Aparentamento necessário a esses estabelecimentos de educação e futuro imenso dessa indústria."; "A educação rural. O problema brasileiro e a sua enorme importância social e econômica."; "A educação no perímetro urbano. A escola ativa acessível aos pequenos recursos financeiros das

¹⁷⁰ Atílio Corrêa Lima (1901-1943) formou-se arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes (1925) e fez o curso de urbanismo no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Foi um dos pioneiros do paisagismo no Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1251.pdf> Acesso em: 24 de abril de 2013.

¹⁷¹ Relatório de planejamento da III Semana de Educação organizada pela A.B.E.; 1930.

¹⁷² Periódico *O Jornal*; 15 de maio de 1930; *Correio da Manhã*, 15 de maio de 1930; *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1930.

¹⁷³ *Jornal do Brasil*, 16 de junho de 1930.

¹⁷⁴ *O Jornal*, 15 de maio de 1930.

¹⁷⁵ Periódico *A Ordem*; 13 de maio de 1930 e *Jornal O Globo*; s/d.

municipalidades."; "A educação dos adultos. Importância do ensino e métodos específicos relativos aos meios urbanos e rurais." e "A cruzada emancipadora do Brasil pela coordenação de forças sociais como a opinião pública, a cooperação das famílias, o prestígio das associações de classe".¹⁷⁶ O dia 18 de maio ficou decidido ser o "Dia da Boa Vontade" e alguns colégios fizeram uma programação especial para esse dia. A A.B.E., inclusive, organizou uma confraternização no auditório do Colégio Normal, que contou com alguns colégios selecionados para comemorar esse dia. Houve música, discursos, filmes e representações de grupos de nacionalidades estrangeiras. O objetivo dessa confraternização era para promover o espírito de boa vontade internacional e a paz entre diversos países, já que em 18 de maio de 1899 foi realizada a I Conferência de Paz, em Haya.¹⁷⁷

A V Semana de Educação foi a última a ser realizada pela A.B.E. e ocorreu nos dias 19 a 25 de novembro de 1933. Os temas foram: "Balanço da Educação Nacional", "A Saúde pela Educação", "O Livro e a Imprensa a Serviço da Educação", "As Invenções Modernas a Serviço da Educação", "A Influência da Educação" e "A Paz pela Educação".

As Semanas de Educação foram amplamente divulgadas em jornais para promoverem os eventos e suas repercussões.¹⁷⁸ Alguns jornais até mesmo ressaltavam os temas dos dias, como o "Dia da Saúde" publicado no dia 15 de maio de 1930 nos periódicos *Jornal do Brasil* e *O Jornal*; o "Dia do Dever" do dia 16 de maio de 1930, no jornal *Correio da Manhã*; o "Dia da Fraternidade", do dia 13 de maio de 1930, no jornal *A Ordem*; o "Dia da Escola" do dia 14 de maio de 1930, nos periódicos *A Batalha*, *A Esquerda* e *Jornal do Brasil*; o "Dia da Natureza" do dia 15 de maio de 1930, no jornal *O Globo*.

3.3 – Folhetos Educativos

O uso de folhetos ilustrados era comum por parte da A.B.E. e seus membros faziam uso desse instrumento de divulgação em todas as suas seções para temas de destaque. Havia folhetos com temas de higiene e profilaxia para serem distribuídos nas escolas ou nas fábricas; folhetos de educação sexual, como, por exemplo, um produzido pelo professor Fernando de Magalhães divulgando a importância da educação sexual para a saúde da

¹⁷⁶ Documento organizado pela A.B.E. com a programação das Semanas de Educação no Brasil; 2004. Arquivo da A.B.E.

¹⁷⁷ Correspondência enviada pela A.B.E. durante a 4ª semana de educação; pasta da Semana de Educação; 1931.

¹⁷⁸ *Jornal do Brasil*; *Jornal O Globo*, 13 de maio de 1930 e 14 de maio de 1930; *O Jornal*, 15 de maio de 1930; Revista O Tico-Tico, edição 1210, 1928; *A Esquerda*, 15 de maio de 1930.

população. Outro exemplo foi a distribuição de folhetos nas escolas (15.000 folhetos foram impressos) sobre conhecimentos científicos da lepra. Os folhetos eram vistos como uma espécie de corrente: pretendia-se que aqueles que a eles tivessem acesso os repassassem a familiares e amigos.

Infelizmente, no acervo da Associação Brasileira de Educação não há mais exemplares desses folhetos distribuídos para que pudesse analisar e detalhar; o pouco que se sabe está divulgado no *Boletim da A.B.E.*

3.4 – O cinema e o rádio

Nos EUA e em países da Europa, o cinema educativo já era um auxiliar dos professores para as aulas e, no Brasil, no início do século XX, passou-se a incentivar o uso do cinema para fins educativos. Tal como o rádio, o cinema era símbolo do progresso, sendo uma das primeiras iniciativas da A.B.E., após a sua criação, o envio aos governos estaduais um ofício-circular, juntamente com as bases que pretendiam regulamentar a utilização do cinema e do rádio como veículos de educação popular:

A Associação Brasileira de Educação, no empenho de servir a maior das causas nacionais, elaborou, por seu Conselho Diretor, as bases – que com este cabe-me a honra de apresentar a V. Ex. como aos presidentes de todos os demais estados do Brasil – de um plano de utilização sistemática do cinematógrafo e da radiofonia em proveito da educação dos nossos concidadãos.

Esses dois preciosos instrumentos vão sendo, em toda a parte, aproveitados para fins análogos, com resultados maravilhosos. No Brasil, a enorme área territorial em que se dissemina a população escassa, e a grande porcentagem de adultos destituídos de cultura, até mesmo analfabetos – aconselham, ainda mais, a adoção generalizada, sistemática e intensiva desses meios de difusão de ensinamentos.

Nem é preciso dizer a V. Ex. que, através dessa difusão de ensinamentos, se há de conseguir, ao mesmo tempo, reafirmar e revigorar a solidariedade nacional, estreitando os pensamentos comuns que unem todos os brasileiros.

A A.B.E. inspirou-se, fundamentalmente, em outros países civilizados atendendo, porém, as peculiaridades das nossas próprias condições. Evitou, no entanto, formular um projeto de lei uniforme, detalhado e

completo, para que, em cada caso, em cada estado, seja possível estabelecer dispositivos atinentes às circunstâncias locais.¹⁷⁹

As bases para a legislação estadual sobre o emprego da radiotelefonia e cinematografia para a educação foram aprovadas em 1925 e visavam a organização de um programa diário de transmissão, abrangendo informações sobre o Brasil, sua história, geografia, organização política, higiene, educação, etc. tudo isso com uma linguagem simples e clara para que o maior número de pessoas possíveis pudesse entender a mensagem. O rádio e o cinema eram vistos como fontes de transmissão de cultura e informação.

Como já dito, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi criada em 1923 por intelectuais com ideais em comum e contava com o apoio da Academia Brasileira de Ciências. Esta foi convidada a dirigir a seção de Radiocultura criada pela A.B.E. Em 1927, o presidente da Rádio Sociedade, Álvaro Osório de Almeida, aceitou a direção da seção de Radiocultura. O rádio era considerado de extrema importância para a divulgação das ciências, das artes e da literatura pela A.B.E. devido ao seu amplo alcance educativo, tendo a intenção de irradiar conferências, cursos e até mesmo sessões da Academia Nacional de Medicina, do Instituto Politécnico Brasileiro, do Instituto da Ordem dos Advogados e outras instituições e corporações. A A.B.E. contribuía com a campanha da Rádio Sociedade em prol da divulgação da cultura e das ciências.¹⁸⁰

Dos sócios efetivos da Rádio Sociedade, muitos também eram atuantes na A.B.E., como Álvaro Osório de Almeida, Ferdinando Laboriau e Dulcídio Pereira, dentre outros. Estes eram ativos participantes e organizadores das campanhas que ocorreram com o uso do rádio e do cinema. Sanitaristas como Belisário Penna e Arthur Neiva faziam uso das transmissões para suas campanhas de conscientização sanitária e de higiene.¹⁸¹

A Rádio Sociedade estava de portas abertas, inclusive, para o governo que a utilizou a seu favor como no dia 24 de julho de 1927, local onde o chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária¹⁸² (SPES), Henrique Autran foi fazer conferência¹⁸³. A incorporação da educação sanitária nos programas de saúde teve sua efetiva institucionalização com a criação do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES) em 1923, apesar de as primeiras

¹⁷⁹ *Boletim da A.B.E.*; ano I; nº 2; novembro de 1925; p.13.

¹⁸⁰ *Boletim da A.B.E.*, ano III; nº 10, março-abril de 1927, p.4.

¹⁸¹ COSTA, Patrícia Coelho da. *Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹⁸² Órgão criado em 1923 e que foi substituído pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES) em 1941. In: SOUZA, Érica Mello de. *Educação sanitária: orientações e práticas federais desde o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (1920-1940)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 115. f.; 2012.

¹⁸³ *O Imparcial*; edição 05880; 24 de julho de 1927; p.82.

ações sistemáticas para a educação sanitária terem sido iniciadas no final do século XIX e início do século XX, pela necessidade de domínio das endemias nos centros urbanos.¹⁸⁴

No ano de 1927, os debates sobre o uso da rádio e do cinema entre a diretoria da A.B.E. se intensificaram. Essa relação entre A.B.E. e Rádio Sociedade do Rio de Janeiro pôde ser percebida nas atas e no Boletim da Associação. Por exemplo, em fins de 1926, Mello Leitão comunicou aos abeanos que a direção do Museu Nacional estava organizando uma sala de exibição de filmes sobre ciências naturais e instrutivos. De acordo com Leitão, o Museu contava com o apoio da A.B.E. para realizar cursos utilizando o cinema junto às escolas, uma vez na semana.¹⁸⁵ Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional e principal idealizador da criação da Rádio Sociedade, ainda conseguiu arranjar transporte para os estudantes se deslocarem até o Museu. A A.B.E. também ficou responsável pela indicação das escolas que gostariam de frequentar as “exibições científicas” no Museu.¹⁸⁶

A A.B.E. também entrou em acordo com proprietários de cinemas para a escolha de filmes. Dessa forma, a A.B.E. passou a indicar filmes para as crianças; estes deveriam ser “instrutivos, didáticos e recreativos, quando de acordo com a mentalidade da criança.”¹⁸⁷

Em 1927, um dos membros da diretoria da A.B.E., o engenheiro Ferdinando Labouriau, buscou mostrar as vantagens do íntimo intercâmbio entre a Rádio e a A.B.E. e ficou como responsável pelas “Pílulas Científicas”¹⁸⁸, que teria como fim a divulgação científica no tempo de 15 minutos diariamente. Para que esse tipo de divulgação científica pudesse ocorrer, fez um apelo a todos os membros da A.B.E. para participarem do programa.

3.5 – Boletim da A.B.E.

O *Boletim da A.B.E.* foi idealizado e criado pelos membros da Associação Brasileira de Educação com o fim de se tornar o veículo de comunicação e propaganda dos eventos, ideais e atividades tanto da Associação, quanto de instituições e pessoas ligadas ao pensamento abeano. Essa publicação nos proporciona uma visão ampla dos principais projetos e ações promovidos e apoiados pela A.B.E. em território nacional. O Boletim teve

¹⁸⁴ SOUZA, Érica Mello de. *Educação sanitária: orientações e práticas federais desde o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (1920-1940)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 115f.; 2012; p12.

¹⁸⁵ Ata da A.B.E.; 26 de novembro de 1926.

¹⁸⁶ Ata da A.B.E.; 3 de dezembro de 1926.

¹⁸⁷ Idem; 10 de dezembro de 1926.

¹⁸⁸ Ibidem; 1 de julho de 1927.

três fases: a primeira durou de 1925 a 1929 e foram publicados 13 números (25 de setembro de 1925, novembro de 1925, janeiro de 1926, abril de 1926, maio de 1926, julho de 1926, setembro/outubro de 1926, novembro/dezembro de 1926, janeiro/fevereiro de 1927, março/abril de 1927, maio/junho de 1927, agosto de 1928 e maio de 1929). A segunda fase foi de 1972 a 1974, que contou com a publicação de 11 números. A terceira fase foi 1979 a 1986 e contou com a publicação de 5 números.

O Boletim foi criado em 24 de agosto de 1925 e entrou em circulação em setembro do mesmo ano. Até maio/junho de 1927 tinham sido publicados 11 números do Boletim. É, como já disse, a fonte fundamental das movimentações da Associação.

É interessante perceber que, ao contrário das atas e cartas, o *Boletim da A.B.E.* possuía informações já debatidas entre o Conselho Diretor e o presidente, ou seja, são provisões já aceitas na Associação.

As publicações no Boletim eram bem variadas. Logo no primeiro número encontramos a imagem que se pretendia passar da A.B.E. É nessa primeira publicação que se apresenta a instituição aos seus sócios através da publicação dos objetivos e dos extratos dos estatutos, além da apresentação da diretoria inicial e das atividades e ações que se tinham desenvolvido até aquele momento.

É no Boletim que se tomava conhecimento das mudanças internas, como as trocas de direção, a parte financeira, a quantidade de sócios, a quantidade de público nas atividades, notícias sobre as diversas gestões e seções, etc. Além disso, eram publicados resumos sobre as Conferências Nacionais de Educação.

Muitos dos cursos, palestras e atividades de toda a Associação eram publicados no Boletim, porém muitos deles não foram concretizados, mas através do Boletim, temos a noção dos que realmente foram postos em prática. Como no Boletim de maio de 1929 encontramos a publicação das atividades das seções. De acordo com a seção de Ensino Técnico e Superior, os cursos e conferências organizados pelo professor Álvaro Ozório de Almeida e Ferdinando Laboriau superaram as expectativas, já de conhecimento de todos da época, o que se ressaltava era a escolha dos melhores “homens de ciências e letras” para esses eventos, transmitindo confiança aos espectadores e “que o simples anúncio de uma conferência, sem propaganda nem convites especiais, era o suficiente para garantir-lhes numeroso auditório, atento e interessado”¹⁸⁹

¹⁸⁹ *Boletim da A.B.E.*; Ano V; nº 13; maio de 1929; p35.

3.6 - Conferências Nacionais de Educação

Um dos maiores eventos educacionais da década de vinte foi promovido pela Associação Brasileira de Educação a partir de 1927. Foi realizada uma série de conferências nacionais que versavam sobre temas de interesse patriótico subordinadas à educação nacional. Estas conferências tinham como objetivo manter os profissionais atualizados, divulgando textos e trabalhos de todo o Brasil e realizando, dessa forma, um intercâmbio de informações. As CNE contavam com a presença de políticos ilustres do período, como o presidente da República e governadores de diversos estados da federação.

A I Conferência Nacional de Educação, organizada pelo professor Lysímaco Ferreira da Costa, então diretor geral da Instrução Pública do Paraná, foi realizada em Curitiba, no ano de 1927, iniciando uma campanha em prol da unidade do ensino nacional. Essa primeira conferência representou uma série de outros encontros periódicos e o objetivo era realizar uma vez por ano essas conferências em lugares diferentes em todo o Brasil. Foi com a I Conferência Nacional de Educação que a A.B.E. e sua bandeira educacional ganharam maior destaque no cenário nacional, sendo um importante mecanismo de divulgação dos preceitos higiênicos.

A I CNE contou ainda com o apoio dos governos, por exemplo, a Inspetoria de Ensino do Paraná distribuiu circulares sobre o evento, sem contar a escolha e o envio de professores escolhidos por alguns estados.

A Conferência contou com a participação de 300 congressistas, e as teses apresentadas não eram especificamente sobre educação escolar. Algumas dessas teses tiveram destaque “pelos aplausos que suscitaram ou pelas discussões”¹⁹⁰, dentre elas algumas tinham relação com a área da saúde, como por exemplo, a “Política Agrossanitária Colonizadora e Educadora” e “Plano de Educação Higiênica” de Belisário Penna; “A Assistência Médica à Infância Escolar”, de Muniz de Aragão; três teses sobre educação sexual da professora Celina Padilha, Renato Kehl e do professor Luiz Antonio dos Santos Lima; duas teses do professor e Inspetor Escolar do Distrito Federal Deodato de Moraes, “A Higiene pelo Hábito” e “Pelotões de Saúde e a Psicanálise na Educação”; “Defesa contra a Lepra” escrita por Alice Tibiriçá; “A Higiene na Escola” do médico Heitor Borges de Macedo¹⁹¹.

¹⁹⁰ *Boletim da A.B.E.*; Ano IV; nº 12; agosto de 1928.

¹⁹¹ PYKOSZ, Lausane Corrêa. A circulação das idéias médicas sobre educação: congressos de educação na década de 1920 no Brasil. XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2007.

Após a Conferência, Lourenço Filho foi questionado em entrevista sobre as teses alheias à A.B.E., onde afirmava:

(...) o princípio de que os trabalhos apresentados que tratassem de matéria puramente científica não seriam discutidos. A Conferência não fora organizada para isso, mas tão somente para iniciar a fixação de certos pontos capitais de uma política nacional em matéria de educação, o que se conseguiu.¹⁹²

Para eles, o sentido de educação não se limitava à escola, esses intelectuais buscavam formar uma consciência acerca dos problemas educacionais brasileiros e solucioná-los.

O jornal *O Paiz*¹⁹³ publicou no dia 20 de janeiro de 1928 uma reportagem sobre a I CNE que mostrava a importância da publicação de um livro intitulado "Vida Higiênica", cuja distribuição foi recomendada nas escolas por Belisário Penna em sua conferência.

As teses do evento versaram sobre o aperfeiçoamento técnico e científico, além de terem iniciado um forte debate em torno de questões de higiene, profilaxia, educação sexual, obras de assistência médica, entre outras. Além de buscaram versar sobre esses diversos pontos, várias foram as propostas para que se propagasse o conhecimento científico e, dessa forma, a população tivesse como se cuidar e cuidar de sua comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira.

A II Conferência Nacional de Educação foi realizada no ano de 1928¹⁹⁴ em Belo Horizonte. O programa da conferência contou com temas como: educação sanitária, educação agrícola, educação doméstica, educação política, uniformização do ensino nacional, organização do ensino secundário, revisão dos compêndios do ensino primário e Federação Brasileira das Associações de Educação¹⁹⁵.

Como nosso interesse é na educação sanitária, podemos destacar a participação de inúmeros médicos como conferencistas, como André Dreyfus da Faculdade de Medicina de São Paulo; Miguel Ozório de Almeida, do Instituto Oswaldo Cruz e da Escola Superior de Agricultura; o médico Costa Cruz do Instituto Oswaldo Cruz; o médico Ademar Carvalho de Mendonça; o médico Zopyro Goulart (médico escolar), Estevão Pires Ferrão, Ernani Agrícola (Diretor do Serviço Nacional de Leprosia, membro do Conselho Nacional de Saúde e do Quadro de Leprologistas da Organização Mundial de Saúde); Raul de Almeida Magalhães (médico sanitário do Ministério da Educação e Saúde); Fernando Magalhães; Miguel Couto;

¹⁹² Livro da I Conferência Nacional de Educação; 1927; p.692.

¹⁹³ Periódico *O Paiz*; 15 de janeiro de 1928; edição 15792.

¹⁹⁴ *Boletim da A.B.E.*; ano V; nº 13; maio de 1929; p.37.

¹⁹⁵ Periódico *O Paiz*; 01 de junho de 1928; edição 15930.

Severino Lessa (um dos fundadores da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia; diretor de Higiene da cidade de Campos). Até mesmo o presidente da comissão geral de "Educação Sanitária" era o médico Francisco Figueira de Mello, diretor do Serviço de Saúde Escolar do Departamento de Educação. Educadores também participavam, como a professora primária Maria Antonieta de Castro, Maria Esther da Silva; Antonia Ribeiro de Castro Lopes e Victor Lacombe. Outros profissionais como o jurista Carlos Sussekind de Mendonça e a ativista Alice de Toledo Tibiriçá também participavam das conferências sobre saúde.

Além dos conferencistas nacionais, participaram o biólogo francês Maurice Caullery, do Instituto de França e o etnólogo francês Paul Rivet, do Museu de Paris, que realizou duas conferências. Este ficou bastante interessado nos trabalhos da A.B.E., participando de reuniões da diretoria e até mesmo palestrando na mesma. Outro participante das atividades da A.B.E. foi Paul Langevin, do Collège de France, conhecido pelos seus trabalhos de física e por ter sido o introdutor da teoria de Albert Einstein na França. Langevin realizou duas conferências na A.B.E.

Através da análise dos personagens que participavam dos eventos organizados pela A.B.E., percebemos a variedade desses profissionais que divulgavam questões da área da saúde; suas profissões não se limitavam à área médica, demonstrando o interesse e preocupação da intelectualidade brasileira em geral com a promoção da educação e da saúde.

As teses de Educação Sanitária que foram comunicadas à Comissão Executiva da II CNE foram: Educação Sexual, proferida por Fernando de Magalhães; Educação Sanitária, da professora Antonia de Castro Lopes; Educação Sanitária, do médico Zopyro Goulart; Escotismo e Educação Sanitária, de Victor Lacombe; O Problema do Álcool e a Instrução Primária, de Severino Lessa; Educação e Eugenia, de Renato Kehl; A Arte da Enfermeira, de Maria Esther da Silva; Da Necessidade do Ensino Oficial Obrigatório da Puericultura nas Escolas, de Ademar Carvalho de Mendonça; Educação Sanitária, de Estevão Pires Ferrão; Pelotões de Saúde, de Judith de Freitas; Subsídios para a Educação Sexual, de Carlos Sussekind de Mendonça; Educação Sanitária, do médico Miguel Couto; Educação Sanitária nas Escolas Primárias, de Ernani Agrícola e Educação Sanitária, de Ruth de Almeida Magalhães.

A III Conferência Nacional de Educação foi realizada a partir do dia 7 de setembro de 1929 em São Paulo, sob o patrocínio do governo paulista. A III CNE foi inaugurada pelo governador do Estado de São Paulo, Júlio Prestes e presidida pelo diretor do Departamento de Ensino, Aloysio de Castro. Diversos estados confirmaram a participação, como Rio Grande do Sul, Ceará, Santa Catarina, Pernambuco, Rio de Janeiro, Piauí, Maranhão, Minas Gerais,

Paraná, Espírito Santo e Pará. O evento contou com preleções de no máximo 40 minutos sobre o ensino secundário, primário, profissional e educação sanitária.

Fernando Magalhães escreveu para o jornal *O Estado de São Paulo*¹⁹⁶ sobre a III Conferência Nacional de Educação e diz que ocorreram visitas à Faculdade de Medicina, à Escola Politécnica, à Inspetoria de Educação Sanitária, ao Centro de Saúde, dentre outras instituições. Ainda foi realizado um desfile com 20.000 jovens e apresentação de ginástica para demonstração da cultura física. Esse desfile era nos moldes militaristas e em comemoração do dia 7 de setembro. Destaco ainda a conferência realizada pelo médico Antonio Carlos Pacheco e Silva, realizada na sede do Club de Regatas Tietê, sobre "Esporte e Sistema Nervoso". O médico procurou mostrar as relações entre a saúde física e mental, valorizando a necessidade do esportista de cultivar a higiene mental, que enfraqueceria o corpo. Nesse período já se percebe um valorização da cultura física, por parte da A.B.E. através da realização de provas de corrida, apresentação de ginástica coletiva, desfiles das associações esportivas, partidas de futebol, provas de ciclismo, provas náuticas, entrega de prêmios, dentre outras atividades esportivas no evento. Inclusive, na II CNE, havia uma Comissão de Demonstração de Cultura Física.¹⁹⁷

A seção de Educação Sanitária, sob a presidência de Gustavo Lessa e o professor Waldomiro de Oliveira¹⁹⁸ contou com a palestra "Considerações sobre a higiene pré-natal e Inspeção Médico Escolar" da médica Carmela Juliani; a professora Sebastiana Sampaio, com a conferência "Educação Sanitária e o futuro do Brasil"; o médico pediatra da Inspetoria de Assistência e Proteção à Infância do Serviço Sanitário de São Paulo, Sylvio Curupira realizou a conferência "Febre Amarela e Educação Sanitária" e o médico Figueira de Mello, que falou sobre "Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo, sua organização". Ainda ocorreu uma solenidade da formatura da 4ª turma de educadores sanitários do Instituto de Higiene de São Paulo, totalizando 33 professores diplomados.

A IV Conferência Nacional de Educação ocorreu de 13 a 20 de dezembro de 1931 em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Como tema geral foi escolhido "As Grandes Diretrizes da Educação Nacional". Contou com o patrocínio do Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo ministro era Francisco Campos¹⁹⁹, pois, depois de 1930, com Getúlio Vargas, o governo federal passou a interferir de forma mais direta nas questões da educação. A partir de então, nos diz a pedagoga Natália Gil, "a distinção entre a A.B.E. e o Ministério da Educação era

¹⁹⁶ *O Estado de São Paulo*; 31 de março de 1929.

¹⁹⁷ Idem; 7 de agosto de 1929.

¹⁹⁸ Diretor do Serviço Sanitário de São Paulo.

¹⁹⁹ Periódico *Correio da Manhã*; 19 de julho de 1931; edição 11224.

uma linha tênue de difícil demarcação"²⁰⁰, pois diversos membros da A.B.E. ocupavam cargos no novo governo, como Teixeira de Freitas²⁰¹.

Foi durante a IV CNE que o Governo solicitou a laboração das diretrizes para uma política nacional de educação, o que não ocorreu devido à falta de consenso em torno das questões discutidas, como ensino leigo, escola pública, etc. Foi então que o documento “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” foi escrito.

Também originado dos debates da IV Conferência Nacional de Educação foi o decreto N. 20.772, assinado em 20 de dezembro de 1931, que instituiu o Convênio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o território do Acre, "para o desenvolvimento e padronização das estatísticas educacionais"²⁰².

As Conferências Nacionais de Educação contaram com ampla divulgação em jornais²⁰³ como O Paiz²⁰⁴, Correio Paulistano, Correio da Manhã²⁰⁵, Diário Nacional, Jornal do Brasil²⁰⁶, Diário da Manhã, A República, dentre outros, desde seu primeiro evento. As reportagens convidavam para o evento e davam informações sobre o mesmo antes, durante e depois das CNE. As reportagens ressaltavam a importância da realização do encontro para a

²⁰⁰ GIL, Natália. *Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)*, v. 134, p. 479-502, 2008; p.494.

²⁰¹ Formado em direito (1911), ingressou no serviço público na antiga Diretoria-Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Em 1920, foi nomeado Delegado Geral do Recenseamento de MG. Em 1930, com o Governo Provisório, foi para a capital federal colaborar na organização do Ministério de Educação e Saúde Pública, à frente da diretoria de Informações, Estatística e Divulgação. In: *Encontro Comemorativo do Centenário de Teixeira de Freitas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 80p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 2); p.11.

²⁰² Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/>> Acesso em: 15 de junho de 2013.

²⁰³ Esses foram os jornais que tive acesso pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

²⁰⁴ Periódico *O PAIZ*: 29 de março de 1923, edição 14039; 04 de setembro de 1927, edição 15659; 24 e 25 de outubro de 1927, edição 15709 e 15710; 03 de novembro de 1927, edição 15719; 09 de novembro de 1927, edição 15725; 12 de novembro de 1927, edição 15728; 30 de novembro de 1927, edição 15746; 01 de dezembro de 1927; edição 15747; 03 de dezembro de 1927, edição 15749; 04 de dezembro de 1927, edição 15750; 16 de dezembro de 1927, edição 15762; 21 de dezembro de 1927, edição 15767; 22 de dezembro de 1927, edição 15768; 28 de dezembro de 1927, edição 15774; 07 de janeiro de 1928, edição 15784; 11 de janeiro de 1928, edição 15788; 15 de janeiro de 1928, edição 15792; 20 de janeiro de 1928, edição 15797; 26 de fevereiro de 1928, edição 15834; 10 de maio de 1928, ed15908; 27 de maio de 1928, edição 15925; 01 de junho de 1928, edição 15930; 02 de junho de 1928, edição 15931; 06 de janeiro de 1928, edição 15935; 22 de junho de 1928, edição 15951; 02 de agosto de 1928, edição 15992; 29 de agosto de 1928, edição 16019; 06 de setembro de 1928, edição 16027; 06 de outubro de 1928, edição 16057; 12 de outubro de 1928, edição 16063; 13 de outubro de 1928, edição 16064; 14 de outubro de 1928, edição 16065; 19 de outubro de 1928, edição 16070; 21 de outubro de 1928, edição 16072; 24 de outubro de 1928, edição 16075; 27 de outubro de 1928, edição 16078; 25 de janeiro de 1930, edição 16533; 29 de janeiro de 1930_edição 16537; 17 de julho de 1930, edição 16705; 23 de julho de 1930, edição 16711.

²⁰⁵ Periódico *Correio da Manhã*: 13 de abril de 1927, edição 09888; 09 de novembro de 1927, edição 23083; 19 de novembro de 1927, edição 23092; 24 de dezembro de 1927, edição 23122; 28 de dezembro de 1927, edição 23125; 29 de dezembro de 1927, edição 23126; 20 de junho de 1930, edição 10887; 18 de julho de 1930, edição 10911; 29 de abril de 1931, edição 11154; 19 de julho de 1931, edição 11224; 20 de agosto de 1931, edição 11251.

²⁰⁶ Periódico *Jornal do Brasil*: 25 de outubro de 1927, edição 00254; 17 de janeiro de 1930, edição 00015; 26 de janeiro de 1930, edição 00023; 10 de abril de 1930, edição 00086.

educação brasileira e parabenizava os organizadores e a contribuição dos estados para que o evento se realizasse.

Ao todo foram 13 conferências nacionais de educação realizadas pela Associação Brasileira de Educação. A última ocorreu no ano de 1967.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi um desafio, pois muitas das fontes não existem mais, estavam incompletas ou ilegíveis. No início isso me incomodou, mas pude perceber que essa ausência faz parte da história da A.B.E. e contribuiu para a história que propus contar. Mesmo com os percalços pelos quais a A.B.E. passou, como as inúmeras mudanças de sede, a falta de apoio governamental, a escassez financeira, a limitação espacial e até mesmo os constantes conflitos internos, sua história mostra uma instituição diferenciada e de destaque na década da 1920.

Muitos dos estudos que temos sobre a Associação Brasileira de Educação mostram uma instituição de discussão sobre educação inserida em uma causa cívico-educacional. Porém, a análise da história desta instituição no período delimitado na dissertação me fez perceber o projeto da A.B.E. de uma maneira mais ampla, como uma instituição de comunicação e divulgação educacional e científica, promovida por intelectuais do período e que estava inserida em um contexto de mudanças e desejos de progresso por parte da intelectualidade brasileira.

A Associação Brasileira de Educação destacou-se na época, pois não havia outra instituição no mesmo modelo. Existiam instituições de educação, de saúde, de ciências e cultura, porém, a A.B.E. conseguiu reunir todas essas frentes em prol da educação nacional, que tanto preconizava. Um país para crescer teria que conseguir alcançar uma educação que não se restringiria ao cenário escolar. Era uma busca por uma educação científica e moral que acreditavam ser capaz de mudar o país.

No início da década de 1920, predominava no corpo da A.B.E. profissionais das engenharias, médicos e educadores. Apesar dos diferentes interesses e dos diversos grupos (católicos, militares...) que fizeram parte desse contexto do início do século XX, a Associação Brasileira de Educação buscou contribuir para a conscientização da importância das ciências e do conhecimento entre os mais diferentes níveis sociais que constituíam a população do Brasil. Era preciso essa conscientização para que a ciência e a educação de forma geral se desenvolvessem e o país pudesse chegar ao patamar dos países da Europa e os EUA.

Os intelectuais que eram membros da Associação também faziam parte de outras instituições como o Museu Nacional ou o Instituto Oswaldo Cruz, estes homens letrados também exerciam cargos em governos nos estados ou cidades brasileiras e usavam sua posição e renome para conseguirem algumas mudanças. Edgard Roquette-Pinto, por exemplo,

foi diretor do Museu Nacional e fundador da Rádio Sociedade e manteve uma relação bem próxima com a A.B.E. através de ajuda mútua nos projetos e atividades de ambas as instituições, pois tanto o Museu Nacional quanto a A.B.E. visavam o uso do cinema e do rádio como agentes educativos para a divulgação de conhecimentos científicos e morais.

Os principais temas, que os intelectuais debatiam, dependiam de seus interesses e das necessidades da época, como no caso da saúde que destacou temas como higiene, higiene mental, educação sexual, puericultura e educação física. Nos primeiros anos da A.B.E., a seção de Educação Física e Higiene tinha uma preocupação maior com a higiene, mas a partir de 1929 o foco das discussões mudaram para a questão da educação física. Isso não quer dizer que os outros temas tenham sido esquecidos, mas só não eram o foco da seção.

Havia uma grande preocupação com as questões da saúde na década de 1920, pois havia a crença na saúde como solução para os problemas da nação. Buscou-se mudar a visão que se tinha do povo brasileiro como inferior devido à miscigenação para uma população doente e abandonada. Visão esta influenciada pelo movimento sanitarista que contou com a A.B.E. como instituição de divulgação e comunicação. Muitos dos abeanos eram ativistas do movimento sanitarista e usavam a instituição para seus fins.

Através da análise da história da A.B.E. pretendi contribuir e compreender parte importante da divulgação das ciências no início do século XX, procurando mostrar que a Associação Brasileira de Educação foi um lugar de encontro de intelectuais e cientistas do período.

Admito que foi difícil na minha visão de professora e educadora ter diligência analítica, ser crítica ou mesmo ir contra os ideais de reforma proposto pelos intelectuais do período. Acredito que inúmeros problemas e dificuldades encontrados atualmente em nossa sociedade são devido ao descaso de nossos governantes com a educação de nosso povo, e essa era, exatamente, uma das bandeiras da instituição. Identifico-me com seus ideais, apesar de muitos não saírem do campo das ideias, ou terem perfil altamente moralizante e autoritário. Acredito, portanto, que o projeto de popularização das ciências da ABE precisa ser analisado e compreendido nos termos da época, até para que conheçamos capítulo importante da história do programa nacional de ensino que seria implementado no país a partir dos anos 1930. Parte do Brasil que formularam, sim, saiu do papel.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes:

Arquivo Carmem Jordão - Associação Brasileira de Educação, Rio de Janeiro

Periódicos

A Esquerda, 15 de maio de 1930.

A Ordem; 13 de maio de 1930.

'*A Noite*'; edição 06936; 19 de março de 1931.

Correio da Manhã, 15 de maio de 1930.

Jornal do Brasil, 15 de maio de 1930.

Jornal do Brasil, 16 de junho de 1930.

Jornal do Brasil; 25 de outubro de 1927; edição 00254;

Jornal do Brasil; 17 de janeiro de 1930, edição 00015;

Jornal do Brasil; 26 de janeiro de 1930, edição 00023;

Jornal do Brasil; 10 de abril de 1930, edição 00086.

Jornal do Commercio, 06 de outubro de 1929.

O Estado de São Paulo; 31 de março de 1929.

O Estado de São Paulo; 7 de agosto de 1929.

O Globo; s/d.

O Globo, 13 de maio de 1930.

O Globo; 14 de maio de 1930.

O Jornal; 15 de maio de 1930.

Boletim da A.B.E.

Boletim da A.B.E.; ano I; nº 1; setembro de 1925.

Boletim da A.B.E.; ano I; nº 2; setembro de 1925.

Boletim da A.B.E.; ano I; nº 2; novembro de 1925.

Boletim da A.B.E.; ano I; nº 3; Janeiro de 1926.

Boletim da A.B.E.; ano II; nº 4; abril de 1926.

Boletim da A.B.E.; ano II; nº 7; setembro-outubro de 1926.

Boletim da A.B.E.; ano II; nº4; abril de 1926.

Boletim da A.B.E.; ano III; nº 10, março-abril de 1927.

Boletim da A.B.E.; ano III; nº11; maio-junho de 1927.

Boletim da A.B.E.; ano IV; nº12; agosto de 1928.

Boletim da A.B.E.; ano V; nº13; maio de 1929.

Revista Schola

Revista Schola; ano I; volume I; nº2; fevereiro de 1930.

Revista Schola; ano 1; volume I; nº 3; 1930.

Atas

Ata da 9ª reunião do Conselho Diretor da A.B.E.; 29 de julho de 1927.

Ata do Conselho Diretor da A.B.E.; 14 abril de 1929.

Ata da seção 120 do Conselho Diretor da A.B.E. do dia 29 de julho de 1929.

Ata da A.B.E.; setembro de 1929;

Ata da seção 30 do Conselho Diretor da A.B.E. do dia 24 de outubro de 1929.

Ata do Conselho Diretor da A.B.E.; 18 de outubro de 1929.

Ata da A.B.E.; 26 de novembro de 1926.

Ata da A.B.E.; 3 de dezembro de 1926.

Ata da A.B.E.; 10 de dezembro de 1926.

Ata da A.B.E.; 1 de julho de 1927.

Relatórios

Dossiê Relatórios da A.B.E.; vol.1; 1925 a 1945; abril de 1931.

Livro da I Conferência Nacional de Educação; 1927.

Relatório de planejamento da III Semana de Educação organizada pela A.B.E.; 1930.

Documento organizado pela A.B.E. com a programação das Semanas de Educação no Brasil; 2004.

Correspondência

Correspondência enviada à A.B.E. pela chefe da seção de Cooperação Internacional Heloisa Brainerd, datada em 18 de novembro de 1929.

Arquivo digital da Biblioteca Nacional - Hemeroteca - <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Periódicos

Correio da Manhã; 13 de abril de 1927, edição 09888.

Correio da Manhã; 09 de novembro de 1927, edição 23083.

Correio da Manhã; 19 de novembro de 1927, edição 23092.

Correio da Manhã; 24 de dezembro de 1927, edição 23122.

Correio da Manhã; 28 de dezembro de 1927, edição 23125.

Correio da Manhã; 29 de dezembro de 1927, edição 23126.

Correio da Manhã; 20 de junho de 1930, edição 10887.
Correio da Manhã; 18 de julho de 1930, edição 10911.
Correio da Manhã; 29 de abril de 1931, edição 11154.
Correio da Manhã; 19 de julho de 1931, edição 11224.
Correio da Manhã; 20 de agosto de 1931, edição 11251.
O Imparcial; edição 05880; 24 de julho de 1927.
O Malho; edição 1238. Junho de 1926.
O Malho; edição 1356; 08 de setembro de 1928.
O Paiz; 06 de janeiro de 1928; edição 15935.
O Paiz; 29 de março de 1923, edição 14039.
O Paiz; 04 de setembro de 1927, edição 15659.
O Paiz; 24 e 25 de outubro de 1927, edição 15709 e 15710.
O Paiz; 03 de novembro de 1927, edição 15719.
O Paiz; 09 de novembro de 1927, edição 15725.
O Paiz; 12 de novembro de 1927, edição 15728.
O Paiz; 30 de novembro de 1927, edição 15746.
O Paiz; 01 de dezembro de 1927; edição 15747.
O Paiz; 03 de dezembro de 1927, edição 15749.
O Paiz; 04 de dezembro de 1927, edição 15750.
O Paiz; 16 de dezembro de 1927, edição 15762.
O Paiz; 21 de dezembro de 1927, edição 15767.
O Paiz; 22 de dezembro de 1927, edição 15768.
O Paiz; 28 de dezembro de 1927, edição 15774.
O Paiz; 07 de janeiro de 1928, edição 15784.
O Paiz; 11 de janeiro de 1928, edição 15788.
O Paiz; 15 de janeiro de 1928, edição 15792.
O Paiz; 20 de janeiro de 1928, edição 15797.

- O Paiz*; 26 de fevereiro de 1928, edição 15834.
- O Paiz*; 10 de maio de 1928, edição 15908.
- O Paiz*; 27 de maio de 1928, edição 15925.
- O Paiz*; 01 de junho de 1928, edição 15930.
- O Paiz*; 02 de junho de 1928, edição 15931.
- O Paiz*; 06 de janeiro de 1928, edição 15935.
- O Paiz*; 15 de janeiro de 1928; edição 15792.
- O Paiz*; 01 de junho de 1928; edição 15930.
- O Paiz*; 22 de junho de 1928, edição 15951.
- O Paiz*; 02 de agosto de 1928, edição 15992.
- O Paiz*; 29 de agosto de 1928, edição 16019.
- O Paiz*; 06 de setembro de 1928, edição 16027.
- O Paiz*; 06 de outubro de 1928, edição 16057.
- O Paiz*; 12 de outubro de 1928, edição 16063.
- O Paiz*; 13 de outubro de 1928, edição 16064.
- O Paiz*; 14 de outubro de 1928, edição 16065.
- O Paiz*; 19 de outubro de 1928, edição 16070.
- O Paiz*; 21 de outubro de 1928, edição 16072.
- O Paiz*; 24 de outubro de 1928, edição 16075.
- O Paiz*; 27 de outubro de 1928, edição 16078.
- O Paiz*; 25 de janeiro de 1930, edição 16533.
- O Paiz*; 29 de janeiro de 1930_edição 16537.
- O Paiz*; 17 de julho de 1930, edição 16705.
- O Paiz*; 23 de julho de 1930, edição 16711.
- O Paiz*; 06 de janeiro de 1928; edição 15935.
- O Paiz*; 11 de janeiro de 1928; edição 15788.
- Revista *O Tico-Tico*; edição 1170; 07 de março de 1928.

Revista *O Tico-Tico*, edição 1210, 1928.

Revista *Ilustração Brasileira*; edição 00060; 1925.

Revista *Ilustração Brasileira*; edição 0084; ano VIII; agosto de 1927.

Endereços eletrônicos consultados:

<<http://www.dec.ufcg.edu.br>>

<<http://www.schwartzman.org.br>>

<<http://www.jusbrasil.com.br>>

<<http://www.iluminacaoarquitetural.com.br>>

<<http://www.abe1924.org.br>>

<www.fgv.br>

<<http://cpdoc.fgv.br/>>

<<http://carnegieendowment.org>>

<<http://www.ibe.unesco.org>>

<<http://www.academia.org.br> >

<www.academiamedicinasaopaulo.org.br>

<http://legis.senado.gov.br/>

<http://hemerotecadigital.bn.br/>

Referências bibliográficas:

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. *A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político paranaense no cenário da educação brasileira (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

ARAÚJO, Marta Maria de. *Tempo de balanço: organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: nº5, jan./jul., p.9-41, 2003.

BENSAUDE-VINCENT, Bernadette. *A Genealogy of the increasing gap between science and the public*. Public Understanding of Science, 10, 99–113, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Molde nacional e Forma Cívica: higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1986.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930)*. Cadernos de Pesquisa, n.º 66, p. 4-11, agosto, São Paulo, 1988.

CARVALHO, Danila Freitas de. *O Inquérito sobre o problema da Educação Física no Brasil: A trama e o processo de implantação do método francês (1929)*. Monografia. UFMG. 2009.

CASTRO, Celso. *In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil*. Antropolítica, Niterói, RJ, n.º 2, p.61-78, 1997.

COSTA, Patrícia Coelho da. *Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do Povo* (Coletânea de conferências e artigos). Rio de Janeiro, Tip. Jornal do Comércio, 1933.

DUARTE, Regina Horta. *Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34)*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2004 .

DUARTE, R. H. . *Biologia e sociedade no Brasil dos anos 1930: práticas de escrita e divulgação científica em Cândido de Mello Leitão*. In: Condé, Mauro Leitão; Figueiredo, Betância Golçalves. (Org.). *Ciência, história e teoria*. 1ª ed.; Belo Horizonte: Aurgumentum, v. 1, p. 13-40, 2005.

Duarte, Regina Horta . *Biologia, natureza e República no Brasil nos escritos de Mello Leitão (1922-1945)*. Revista Brasileira de História (Impresso), v. 29, p. 317-340, 2009.

_____. *A Biologia Militante: O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 219p., 2010.

_____. *Coleções de aranhas, redes científicas e política: a teia da vida de Cândido de Mello Leitão (1886-1948)*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 5, p. 417-433, 2010.

Encontro Comemorativo do Centenário de Teixeira de Freitas. Rio de Janeiro: IBGE, 80p., 1991. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 2).

FELICIO, Leandro Alves. *A moralização do sexo: os debates sobre a educação sexual para o Projeto de Nação Brasileira na I Conferência Nacional de Educação, 1927*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

GADOTTI, Moacir. *A questão da educação formal/não-formal*. Sion: Institut Internacional des Droits de 1° Enfant, 2005.

GIL, Natália. *Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica*. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 134, p. 479-502, 2008.

GOMES, Lêda e Queiroz, Arlindo. *O Planejamento Educacional no Brasil*. Fórum Nacional de Educação, junho de 2011. Acesso: 28 de abril de 2013. http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, ANPOCS, 1998.

HOCHMAN, Gilberto e Bomeny, Helena. *A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações*. Constelação Capanema: intelectuais e política. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.

IVASHITA, Simone Burioli e VIEIRA, Renata de Almeida. *Os Antecedentes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Campinas, SP, 2009.

JUNIOR, Laerthe de Moraes Abreu e CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v.10 n.3, p.427-451, novembro de 2012.

MUKANATA, Kazumi. *Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p. 513-529, set./dez. 2004

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (19109-1962)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

LABRA, Maria Eliana. *O movimento sanitaria nos anos 20: da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan, Iuperj/Ucam, 1999.

_____ e SÁ, Dominichi Miranda (orgs.). *Antropologia Brasileira – Ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora UFMG / Editora Fiocruz, 2008.

_____ e HOCHMAN, Gilberto. *Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país*. *Ciência saúde coletiva* [online]. vol.5, n.2, pp. 313-332, 2000.

_____. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, CCBB, 1996.

LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a energização do caráter: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)*. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social) Faculdade de Educação, UFMG, 2006.

_____. *Na Associação Brasileira de Educação, o trânsito de sujeitos e métodos norte-americanos para o ensino da educação física dentro e fora da escola*. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá - MT. VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e fronteiras na história da educação no Brasil. Cuiabá - MT: Universidade Federal de Mato Grosso, v. 1. p. 001-015, 2013.

_____; LIMA, C. D. e OLIVEIRA, L. T. *Médicos sanitaristas e educadores na "Secção de Educação Physica e Hygiene" da Associação Brasileira de Educação: a construção de uma mentalidade médico-pedagógica para a Educação Física (1926-1937)*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação 5, Aracajú. *Anais...* Aracajú SBHE, 2008.

MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em C&T, Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

MCCANN, Frank D.. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDES, Marta Ferreira. A. *Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista-divulgador José Reis (1948-1958)*. Tese de doutorado. Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

MOREIRA, I. C., Massarani, L. *Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil*. In L. Massarani, I. C. Moreira & F. Brito (Eds.), *Ciência e público: Caminhos da divulgação científica no Brasil* (pp. 43-64). Rio de Janeiro, RJ: Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

MONTEIRO, Vitor. *Do "Exército de Sombras" ao "Soldado-Cidadão": Saúde, Recrutamento Militar e Identidade Nacional na Revista Nação Armada (1939-47)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/ MEC, 1976.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional da Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 208p., 1990.

PENNA, Belisário. *Porque se impõe a primazia da Educação Higiênica Escolar?* Livro da I Conferência Nacional de Educação, tese nº 1, 1927.

PEREIRA, Heloísa Helena Daldin. *Programa saúde e prevenção nas escolas: políticas e gestão da educação sexual*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2006.

PEREIRA, Maurício. *Racismo na Educação: Estratégia do estado & uma possibilidade de Superação*. PUC-SP; Mestrado em Educação; São Paulo, 2009.

PYKOSZ, Lausane Corrêa. *A circulação das idéias médicas sobre educação: congressos de educação na década de 1920 no Brasil*. XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2007.

PONTE, Carlos Fidelis; KROPF, Simone P.; LIMA, Nísia, T. *O sanitarismo (re)descobre o Brasil*. Carlos Fidelis Ponte; Ialê Falleiros. (Org.). Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz; Escola Politécnica de Saúde - Fiocruz, 2010.

REIS, J. R. F.: *De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, VII (1): 135-157, mar-jun. 2000.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SÁ, Dominichi Miranda de. *Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 16, supl. 1, p. 183-203, 2009.

SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: filantropia, mecenato e práticas científicas, Rio de Janeiro - 1920-1940*. 261 f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Júlio Cesar Paixão. *Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade*. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

SANTOS, L. A. de Castro e FARIA, Lina. *O Ensino da Saúde Pública no Brasil: Os Primeiros Tempos no Rio de Janeiro*. Trabalho, Educação e Saúde, v. 4, n. 2, p. 291 – 324, 2006.

SCHUMAHER, Schuma e BRASIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

SIMONINI; Luciene de Almeida. *Para o “brilhanismo” das semanas de educação (1928-1935): o apoio concedido à iniciativa na correspondência da Associação Brasileira de Educação*. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação, 2006.

SOUZA, V. S. *Arthur Neiva e a 'questão nacional' nos anos 1910 e 1920*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso), v. 16, p. 249-264, 2009.

SOUZA, Érica Mello de. *Educação sanitária: orientações e práticas federais desde o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (1920-1940)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 115 f., 2012.

TEIXEIRA, Anísio. *A propósito da "Escola Única"*. *Revista do Ensino*. Salvador, v.1, n.3, 1924.

VASCONCELLOS, Maria das Mercês Navarro. *Educação em Museus: Qual é a especificidade deste campo? Qual é a importância de se respeitar de forma rigorosa as especificidades do mesmo?* Dossiê sobre Educação em Museus. Ensino em Re-vista. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

VERGARA, Moema Rezende. *A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Tese (Doutorado em História Social de Cultura). Rio de Janeiro: PUC, 2003.

VERGARA, Moema de Rezende. *Ensaio sobre o termo vulgarização científica no Brasil do século XIX*. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v.1, n.2, 2008. http://www.sbhc.org.br/pdfs/revistas_anteriores/2008/2/artigos_2.pdf

WADSWORTH, James E.. *Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil*. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 19, n. 37, Setembro de 1999.

WELTMAN, Wanda Latmann. *A Educação do Jeca: Ciência, Divulgação Científica e Agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 243p., 2008.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- A.J. de Sampaio - 36
- Adelmar Carvalho de Mendonça - 71
- Alayr Antunes - 49
- Alice Carvalho de Mendonça - 22
- Alice de Toledo Tibiriçá - 71
- Aloysio de Castro - 40, 71
- Álvaro Alberto - 22, 49
- Álvaro Bomilcar - 20
- Álvaro Guimarães Filho - 59
- Álvaro Ozório de Almeida - 14, 24, 36, 66, 68
- Ambrósio Torres - 44, 63
- Amoroso Costa - 14, 21, 36
- André Dreyfus - 70
- Angus Sommerville Fletcher - 29
- Antonia Ribeiro de Castro Lopes - 71
- Antonio Carlos Pacheco e Silva - 72
- Armanda Álvaro Alberto - 22, 49
- Arthur Neiva - 39, 66
- Barbosa de Oliveira - 21, 33
- Belisário Penna - 38, 39, 40, 44, 45, 49, 62, 66, 69, 70
- Bertha Lutz - 22
- Branca Fialho - 24, 62
- Candido de Mello Leitão - 23, 26, 35, 52, 61, 67
- Carlos Sá - 44, 50
- Carlos Delgado de Carvalho - 63
- Carlos Sussekind de Mendonça - 71
- Carlota de Oliveira Lyra da Silva - 61
- Carmela Juliani - 72
- Carolina do Rego Rangel - 29
- Cecília Muniz - 50
- Celina Padilha - 44, 50, 52, 61, 69
- Charles Redard - 29

Consuelo Pinheiro - 28, 50
Corrêa Lima - 63
Costa Cruz - 70
Décio Lyra da Silva - 28
Deodato de Moraes - 69
Dulcídio Pereira - 21, 66
Eder Jansen de Mello - 44
Edgard Roquette-Pinto - 14, 29, 36, 67, 75
Edgar Sussekind de Mendonça - 21, 35, 49
Ernani Agrícola - 71
Estevão Pires Ferrão - 70, 71
Everardo Backeuser - 15, 21
Faustino Espozel - 44, 51, 54
Fernando Magalhães - 35, 36, 51, 70, 72
Ferdinando Labouriau - 15, 67
Francisco Campos - 72
Francisco Figueira de Mello - 71
Floriano de Araújo Góes - 49
Francisco de Paula Rodrigues - 27
Francisco Venâncio Filho - 21, 35, 49
Fróes da Fonseca - 36
Gabriel Skinner - 44, 50
Gustavo Lessa - 44, 45, 50, 54, 55, 60, 72
Heitor Lyra da Silva - 21, 24, 50
Heitor Borges de Macedo - 70
Helen C. Paulison - 55, 60
Hélio Lobo - 30
Henrique Morize - 14
Isabel Jacobina Lacombe - 22, 28, 32
Jerônima Mesquita - 2
Jorge de Moraes - 44, 55
José Paranhos Fontenelle - 44, 49, 62
Julieta Arruda - 28
Lafayette-Côrtes - 51
Laura Lacombe - 28, 29

Lawin Swegget - 61
Lawrence Duggan - 28
Levi Carneiro - 23, 24, 31, 32
Lourenço Filho - 70
Luiz Antonio dos Santos Lima - 52, 69
Lysímaco Ferreira da Costa - 69
Mae Dowel - 51
Margarida Freyle - 50
Maria Antonieta de Castro - 71
Maria Esther da Silva - 71
Maria Reis Campos - 28
Marie Curie - 14
Mário Paulo de Brito - 15, 21, 32
Maurice Caullery - 71
Miguel Couto - 27, 70, 71
Miguel Osório de Almeida - 24, 70
Miguel Pereira - 40
Moncorvo Filho - 35
Muniz de Aragão - 69
Nancy Hold - 29
Noemy Silveira - 28
O. B. de Couto e Silva - 28
Othon Leonardos - 28
Paul Langevin - 14, 71
Paul Rivet - 14, 71
Raul de Almeida Magalhães - 70
Renato Kehl - 69, 71
Renato Pacheco - 44, 57
Roberto de Almeida Cunha - 27
Ruth de Almeida Magalhães - 71
Salvador Fróes - 63
Savino Gasparini - 44, 49, 51, 62
Sebastiana Sampaio - 72
Severino Lessa - 71
Stephen Gaselee - 29

Sylvio Curupira - 72

Tobias Moscoso - 21

Vera Delgado de Carvalho - 63

Victor Lacombe - 44, 71

Waldomiro de Oliveira - 72

Xavier da Silveira - 27

Zopyro Goulart - 70

Para serem lidas atentamente pelo informante antes de preencher o questionário.

ATENÇÃO — Alguns detalhes do inquérito serão esclarecidos em notas nos próprios quesitos, em cada questionário. Como pode causar estranheza que o formulário deça a explicar algumas noções muito conhecidas e certos detalhes intuitivos, relativamente à vida escolar, deixa-se aqui esclarecido que todas as observações consignadas tem a sua razão de ser nas confusões e erros cometidos por numerosos informantes em inquéritos anteriores.

1. **ESCOLA** — É todo estabelecimento ou casa, ou ainda dependência de uma instituição qualquer, onde se ministre ensino ou educação mediante organização e aparelhamento apropriados.

2. **LOCALIZAÇÃO** — Escola *urbana* é a que funciona em sede de município (vila ou cidade); *distrital* é a escola localizada fora da sede municipal, mas em povoado sede de distrito; é *rural* a escola situada em qualquer localidade que não seja sede de município nem de distrito.

3. **UNIDADE ESCOLAR** — É toda organização escolar que vise ministrar determinado ensino em uma seriação ordenada de atividades didáticas ou educativas.

4. **CURSO** — É todo conjunto de conhecimentos ordenado em um sistema de ensino de finalidade autônoma, e que um estabelecimento didático se destina a ministrar, durante um ou mais períodos anuais, em organização própria, organização essa que constitui o que se definiu no item precedente como "unidade escolar". Donde se conclue que um estabelecimento de ensino corresponderá a tantas "unidades escolares" quantos os "cursos" que ministrar. Os vários "cursos" de uma escola podem manter entre si relações de hierarquia ou de sucessão, como acontece exatamente no ensino primário geral, onde a cada aluno é facultado passar sucessivamente, melhorando de modo progressivo sua educação, pelos cursos — *maternal, infantil, fundamental e complementar*.

5. **ANO LETIVO E ANOS DO CURSO** — *Ano letivo* é o período, em cada doze meses (em regra do mesmo ano do calendário), durante o qual funciona a "unidade escolar", mas interrompido, geralmente, por um pequeno interstício de férias. Os "cursos" cujo ensino é dado em um único "período letivo" toam um só "ano"; geralmente, porém, os "cursos" primários estão organizados em dois, três, quatro ou cinco "anos" (a que se dá também o nome de "séries" ou "períodos"), a cada um dos quais correspondem determinadas matérias ou modalidades especiais das mesmas matérias. **IMPORTANTE:** quando um determinado "curso" constar de um só "ano" ou "período", os dados respectivos, nas discriminações pedidas segundo os "anos do curso", devem ser lançados nas colunas ou linhas destinadas ao "1.º ano ou período", emendando-se a indicação "1.º" para "único".

6. **TURNO** — É o período do horário escolar em que o ensino é ministrado a um grupo de alunos compreendendo uma só ou mais classes, de um, de alguns ou de todos os anos do curso. A pluralidade dos turnos tem por objeto, ou facultar aos alunos a escolha do horário que lhes for mais conveniente, ou aumentar a capacidade da escola. — "Turno matutino" é o que, começando pela manhã, termina antes ou pouco depois do meio-dia. "Turno do meio-dia" é o que se inicia antes das doze horas e termina às primeiras horas da tarde. "Turno vespertino" é o que começa depois do meio-dia, terminando ainda à tarde ou mesmo às primeiras horas da noite. **IMPORTANTE:** os cursos de ensino primário fundamental propriamente "noturnos" são supletivos e as informações respectivas devem ser lançadas no formulário "F".

7. **CLASSE** — É todo grupo de alunos que recebe determinado ensino em comum, isto é, nas mesmas horas e salas. Como se vê, classe aqui não é sinônimo de aula, como se usa na linguagem comum. É antes o grupo de alunos de um determinado ano do curso, que recebe em comum as mesmas lições. E sendo assim, se alunos de anos diferentes receberem ensino do mesmo docente, na mesma sala, às mesmas horas, não formarão uma só classe, pois que o ensino não lhes é comum — constituindo, sim, tantas classes quantos os "anos" a que pertencerem. Donde decorre também que cada ano do curso, desde que tenha tido alunos em determinado "turno", formará nele ao menos uma "classe", por mais reduzido que seja o número dos seus discentes, o qual poderá mesmo (ainda que excepcionalmente, é claro) reduzir-se a um único.

8. **PESSOAL DOCENTE** — No questionário A (Folha II, item 9) a informação referente ao "pessoal docente" deve computar o número de pessoas que funcionaram como professores nos vários cursos de ensino primário geral (maternal, infantil, etc.) que o estabelecimento mantiver. Nesse cômputo, cada docente é contado uma única vez, isto é, como uma só unidade, mesmo que lecionem em dois ou mais dos cursos considerados. Nos questionários avulsos B, C, D, E e F, é diferente o critério da informação. Como se quer apenas, nos ditos questionários, o número de pessoas que lecionam em cada modalidade de ensino, cada questionário deverá registrar o número dos professores que lecionaram ao respectivo curso pouco importante que a mesma pessoa, por lecionar em mais de um curso, seja contada mais de uma vez. **IMPORTANTE:** não pode ficar nunca em branco o "pessoal docente" de qualquer "unidade escolar", pois um curso, seja ele qual for, não podendo funcionar sem professor, terá pelo menos um docente.

9. **CATEGORIAS DO PROFESSORADO** — Professores "catedráticos" são os professores principais do curso, isto é, os que — efetivos ou interinos, nomeados ou contratados — respondem *ex-cathedra* pela orientação do ensino ministrado. Professores "auxiliares" são os que funcionam sob a orientação dos "catedráticos", a quem

auxiliam, tendo, em regra, designações específicas, tais como — "adjuntos", "substitutos", "estagiários", "suplentes", etc. Professores "normalistas" são os que possuem diploma de curso normal; "não normalistas", os que não possuem esse diploma, ainda que já sejam alunos de um curso normal.

10. **MATRICULA** — Expressa as inscrições de alunos efetuadas para um determinado ano letivo. O item 6, letra a, dos questionários avulsos, B, C, D, E e F, destina-se a registrar o movimento referente à matrícula, mas discriminadamente segundo o sexo e a idade dos inscritos, primeiro, para cada ano do curso, e depois, em conjunto, para todo o curso. A tabela do referido item 6, letra a, pede em primeiro lugar: a) o número de alunos inscritos com que se tiver iniciado o ano letivo; b) o número de inscrições "no correr do ano letivo". Segue-se o "total" dessas duas parcelas, que corresponde à chamada "matrícula geral". Devem registrar-se em seguida as matrículas "canceladas durante o ano letivo". E a diferença entre a "matrícula geral" (total das inscrições) e o total dos cancelamentos exprime a matrícula "que vigorava ao encerrar-se o ano letivo", ou seja a chamada "matrícula efetiva". A serem destacadas desta última, pede mais a tabela em apreço: primeiro, o número de alunos repetentes; e, depois, o de alunos de nacionalidade estrangeira. Destas explicações se conclue que uma parcela qualquer da "matrícula efetiva" ou é menor, ou, no máximo, será igual à parcela correspondente da "matrícula geral". E conclue-se também que os algarismos relativos aos alunos repetentes e aos alunos estrangeiros, existentes entre os alunos que permaneciam matriculados no fim do ano letivo, são sempre menores que os algarismos correspondentes da "matrícula efetiva".

11. **ALUNO REPETENTE** — É o aluno que, não tendo conseguido aprovação, permanecer no mesmo "ano" do curso em mais de um "ano letivo".

12. **IDADE DOS ALUNOS** — Para uniformidade de critério na distribuição dos alunos matriculados segundo a idade, classificam-se estes, nos questionários B a F (item 6, letra a), tendo sempre em vista o número de anos de idade que houverem completado até 30 de junho do ano a que se referir a informação. Dá-se assim a cada aluno a idade com que ele passar *mais da metade* do ano.

13. **FREQUÊNCIA MÉDIA** — A "frequência" adotada na estatística do ensino primário geral não corresponde aos alunos que tiveram determinado número de comparcimentos, que alguns regulamentos estipulam para que os discentes sejam considerados "frequentes". O que se tem em vista aqui é a chamada "frequência média", a qual corresponde à "média dos comparcimentos", no mês ou no ano, conforme o período considerado. Exprime-a, pois, o quociente, em números inteiros, da divisão do número de presenças, pelo número de dias letivos, no período que se tiver em vista. Assim, o cálculo da média anual não deve consistir em levantar a média das médias mensais, mas no levantamento direto, para cada uma das especificações primárias do questionário (a saber, as que se referem a cada sexo em cada ano do curso), o que se obtém somando-se os comparcimentos respectivos em todos os meses a dividindo-se esse total pelo número de dias letivos em todo o ano. Os algarismos, porém, referentes a totais de frequências, a saber, os da "soma" dos dois sexos em cada "ano" e os que devem ser lançados nas linhas da chave indicada pela expressão "em todo o curso" (letra b do item 6 dos questionários B, C, D, E e F), devem ser obtidos por soma dos que já houverem sido consignados na tabela para cada ano do curso e para cada sexo, destacadamente para cada mês e para o ano letivo. Atenda-se também a que as colunas da tabela referida, correspondentes aos meses durante os quais as aulas não houverem funcionado, deverão ser inutilizadas com um traço vertical. **IMPORTANTE:** a frequência média, seja mensal, seja anual, não poderá nunca ser superior à "matrícula total" registrada para o ano do curso e sexo a que se referir.

14. **APROVEITAMENTO** — O que o Boletim deve apurar como aproveitamento escolar (letra c do item 6 dos questionários B, C, D, E e F — Folhas III a VII) são as "aprovações" nos vários "anos" do curso. Essas "aprovações" podem, ou são "promoções" ou são "conclusões de curso". As "promoções" ocorrem quando um curso tem dois ou mais anos. Isto é, sempre que os alunos tem acesso a um ano superior ao que cursaram. As "conclusões" são as "aprovações" em cursos de "um só" ano ou no "último" ano dos cursos de dois ou mais períodos letivos, isto é, sempre que os alunos concluem o curso que estiverem fazendo. **IMPORTANTE:** as "aprovações" referidas para cada um dos anos do curso e para cada sexo, não podem nunca ser superiores aos algarismos correspondentes da "matrícula efetiva" registrada na tabela a do mesmo item 6.

ATENÇÃO — O informante preencherá, a seguir, além do questionário A, anexos, os demais avulsos, de qualquer das letras B, C, D, E, ou F, que aquele necessariamente acompanhara, referentes, respectivamente, aos cursos de ensino maternal, infantil, comum, complementar, e supletivo. No caso de omissão, deve o informante notificar, imediatamente e a retrá tido apuradora e coletar o resumo dos questionários referentes ao curso ou aos cursos que o estabelecimento mantiver.

Figura 2 - Boletim de Informações dos estabelecimentos que mantêm cursos pré-primários, primários ou complementares, de ensino geral. Esclarecimentos preliminares sobre os fins do formulário; p.02.

Estatística do Ensino Primário Geral
(Público e Particular)

..... VIA
(A 1.ª via deve ser devolvida à Repartição remetente, ficando a 2.ª no arquivo do estabelecimento informante)

no Estado de referente ao ano de 19.....

Questionário A
CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTABELECIMENTO
INFORMAÇÕES REFERENTES

8 Referir aqui o nome, se houver, do estabelecimento ou educandário informante, — "escola", "colégio", "instituto", ou o que for. Se a casa de ensino não tiver designação especial, lance-se uma indicação que bem a individue, como, por exemplo, "escola (ou curso) do bairro tal, ou da Professora F. F."

situad.....
Indicar bem explicitamente onde está localizado o estabelecimento, de modo que fique registado o seu endereço exato.

Distrito de..... Município de.....

DATA DA INFORMAÇÃO
INFORMANTE { Assinatura:
{ Cargo ou qualidade:

Atenção — Antes de efetuar o preenchimento deste questionário e dos seguintes que o completam com relação a cada um dos "cursos" de ensino primário geral (*maternal, infantil, fundamental comum, complementar e supletivo*) que o estabelecimento mantiver, queira o informante fixar bem as definições e os esclarecimentos contidos no verso da *Folha I* deste Boletim. As informações devem submeter-se rigorosamente a essas instruções, afim de que a estatística brasileira do ensino possa referir, como de mister, resultados de significação perfeitamente idêntica quanto às várias circunscrições políticas do país.

Quesitos

1. Entidade mantenedora:
Designar a entidade — governo, sociedade, fundação, ordem religiosa, instituição ou pessoa particular — a quem pertencer o estabelecimento.
2. Subvenções e auxílios que recebe (de quem e em que importância anual?):
Somente "subvenções" ou "auxílios", não consideradas aqui, portanto, as despesas de custeio feitas pela entidade mantenedora do estabelecimento.
3. Tipo da escola: a) rural, distrital ou urbana?
Veja-se o item 2 da *Folha I*.
b) masculina, feminina ou mista?
Só quanto ao "ensino primário geral".
4. Cursos de "ensino primário geral" que mantem: a) maternal? b) infantil (Jardim da Infância)?
Sim ou não. c) fundamental comum d) fundamental supletivo, isto é: especial para determinada categoria de alunos, tais como menores abandonados, operários, soldados, imigrantes, presos, etc., etc.?
Sim ou não, mas especificando, no caso afirmativo, a categoria de alunos.
e) complementar?
Sim ou não, esclarecendo, no caso afirmativo, se "pre-vocacional" ou se "vocacional", também chamado de "adaptação".

Nota — Do ensino complementar "pre-vocacional", isto é, independente de qualquer orientação profissional, é exemplo um curso que prepare para o exame de admissão ao curso secundário. Os cursos vocacionais ou "de adaptação", são os que, em nível inferior ao ensino secundário, preparam para a admissão em cursos profissionais, como, por exemplo, o de adaptação ou admissão às escolas normais.

(Conclua no outro lado da folha)

Figura 3 - Questionário A sobre a Estatística do Ensino Primário Geral; p.01.

5. Mantem o estabelecimento cursos de outros ramos de ensino, além dos que constituem o ensino primário geral (pre-primário, primário fundamental e primário complementar)?
Sim ou não.

Quais?
Os cursos a referir aqui são todos os que não forem exclusivamente de ensino primário geral, tais como os de ensino secundário, ensino normal, ensino profissional, ensino artístico, ensino religioso, etc., etc.

6. Dentre os cursos mantidos pelo estabelecimento, porém, qual o que deve ser considerado o principal?.....
Designar precisamente o "curso".

7. E' gratuito o ensino primário que ministra?..... Se não o é, quais as taxas e mensalidades cobradas?.....
Sim ou não.

8. Caracterização do prédio escolar: a) Pertence à entidade que mantém o educandário?.....
Sim ou não.
b) Se não, a quem pertence?..... c) E' alugado ou cedido gratuitamente?..... d) E' ocupado total ou parcialmente pela escola?.....

9. Pessoal empregado:
Nota — Se o estabelecimento se dedica a outros ramos do ensino além do primário geral, aqui considerado, especificar apenas o pessoal referente aos cursos que houverem sido indicados no item 4 desta folha. Como o pessoal está sujeito a flutuações durante o ano, dê-se a informação considerando o pessoal existente por ocasião do encerramento do ano letivo.

PESSOAL DOCENTE (inclusive o diretor se este também funcionou como professor de um dos cursos compreendidos no inquérito)			PESSOAL NÃO DOCENTE (exclusive os professores que também exerceram funções administrativas, como as de diretor, sub-diretor, secretário, etc.)		
ESPECIFICAÇÃO	Homens	Mulheres	ESPECIFICAÇÃO	Homens	Mulheres
Professores "catedráticos"	Normalistas.....		Pessoal administrativo ou superior — diretor, sub-diretor, secretário, amanuense, etc.		
	Não normalistas.....				
Professores "auxiliares" ..	Normalistas.....		Pessoal subalterno — porteiro, serventes, guardas, zeladoras, etc.		
	Não normalistas.....				
Total.....					

10. E' homem ou mulher a pessoa que exercia a diretoria do estabelecimento?.....
Essa pessoa tem o curso normal?..... Acumula as funções da diretoria (isto é, de responsável pela administração da escola) com a de docência, figurando por isso no pessoal docente?.....
Sim ou não.

11. Aparelhamento escolar: a) A escola possui biblioteca para os professores?..... b) Possui biblioteca para os alunos?.....
Sim ou não. c) Possui equipamento para projeções luminosas?.....
Sim ou não. Se possui, de que espécie?..... d) Quais os elementos de demonstração científica de que dispõe, tais como, laboratórios, gabinetes, museu, etc.?.....
Fixa ou animada. Referir especificadamente todos os elementos existentes.

e) Possui equipamento para trabalhos manuais?..... f) Dispõe de terreno para trabalhos práticos de agricultura?..... Os alunos fazem esses trabalhos?..... g) Possui aparelhamento para educação física?.....
Sim ou não. Sim ou não. Sim ou não.

12. Instituições escolares:.....
Designar especificadamente as instituições auxiliares, organizadas ou mantidas pela escola, tais como clube de leitura, clube agrícola, auditorium, pelotão de saúde, pequeno escoterismo, liga da bondade, etc.

13. Instituições peri-escolares:.....
Indicar especificadamente as instituições de amparo e assistência ao ensino relacionadas com a escola, tais

Figura 4 - Questionário A sobre a Estatística do Ensino Primário Geral; p.02.

ESTATÍSTICA DO ENSINO PRIMÁRIO GERAL

Folha III

(Público e Particular)

VIA

(A 1.ª via deve ser devolvida à Repartição remetente, ficando a 2.ª no arquivo do estabelecimento informante.)

no Estado de referente ao ano de 19.....

Questionário B

LEVANTAMENTO DO "PESSOAL DOCENTE" E DO "MOVIMENTO DIDÁTICO", RELATIVO AO
ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO MATERNAL

INFORMAÇÕES REFERENTES

a.
Referir aqui o nome, se houver, do estabelecimento ou educador informante, — "escola", "colégio", "instituto", ou o que for. Si a casa de ensino não tiver designação especial, lance-se uma indicação que bem a individue, como, por exemplo, "escola (ou curso) do bairro tal, ou da Professora F. F."
situad

Indicar bem explicitamente onde está localizado o estabelecimento, de modo que fique registado o seu endereço exato.

Distrito de Município de

DATA DA INFORMAÇÃO					
INFORMANTE { <table style="display: inline-table; vertical-align: middle; margin-left: 10px;"> <tr> <td style="font-size: 2em;">{</td> <td>Assinatura:</td> </tr> <tr> <td style="font-size: 2em;">}</td> <td>Cargo ou qualidade:</td> </tr> </table>	{	Assinatura:	}	Cargo ou qualidade:	
{	Assinatura:				
}	Cargo ou qualidade:				

Quesitos

1. Mantém o estabelecimento ensino "pré-primário maternal", isto é, o que se ministra às crianças, em regra, até aos 3 ou 4 anos de idade?
Sim ou não.
 No caso afirmativo, a organização desse ensino é em "grupo escolar", "escola agrupada" ou "escola singular"?
 Atenção — Si a resposta a este quesito for negativa, nada mais será preciso declarar na presente folha.
2. De quantos "anos", "períodos" ou "séries" consta o respectivo "curso"?
Dizer si de 1, de 2 ou de 3 anos
Reveja-se o item 5 da Folha I.
 Atenção — Referindo-se esta folha a um ensino cuja finalidade é mais educativa que didática, a expressão "ano ou período do curso", aqui empregada, não tem significação rigorosa.
3. Em quantos "turnos" funcionou o curso?
Dizer se em 1, 2 ou 3.
 Com que horário para cada "turno"?
Dizer da que hora a que hora funcionou cada "turno". Reveja-se, porém, o item 6 da Folha I.
4. Distribuir no quadro a seguir as "classes" com que o "curso" funcionou em cada um dos seus "anos" ou "períodos", mas destacadamente para cada turno si tiver havido mais de um.
 Atenção — A informação deve ser dada mesmo que o "curso" só tenha funcionado em um único "turno". Releiam-se os itens 6 e 7 da Folha I.

TURNOS	Número de "classes" em cada "ano" ou "período"				TURNOS	Número de "classes" em cada "ano" ou "período"			
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total		1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total
Turno matutino.....	Turno vespertino.....
Turno do meio dia.....	Em todos os turnos (total)

5. Do pessoal docente que o estabelecimento emprega, indicar no quadro abaixo, com a discriminação que nele se vê, quantas pessoas leccionaram no "curso" a que se refere esta folha.
 Atenção — Releiam-se os itens 8 e 9 da Folha I.

CATEGORIAS	NÚMERO DE PROFESSORES					
	NORMALISTAS			NÃO NORMALISTAS		
	Homens	Mulheres	Soma	Homens	Mulheres	Soma
Professores "catedráticos".....
Professores "auxiliares".....
Total

Nota — Apesar de estranhável à primeira vista a atuação de professores do sexo masculino no ensino pré-primário, está verificado que alguns Estados os admitem como orientadores técnicos, tornando-se, assim, necessário adaptar o formulário à inclusão deles.
 (Conclua no outro lado da folha)

Figura 5 - Questionário B sobre a Estatística do Ensino Primário Geral; p.01.

CONVENÇÃO: { S. f.: sexo feminino.

a) **MATRÍCULA:**
Atenção — Antes de preencher o quadro que se segue, releia o informante os itens 10, 11 e 12 da Folha I.

ANOS OU PERÍODOS DO CURSO	IDADE DOS ALUNOS	NÚMERO DE INSCRIÇÕES OU "MATRÍCULAS"													
		EFETUADAS						CANCELADAS DURANTE O ANO LETIVO		QUE VIGORARAM AO ENCERRAR-SE O ANO LETIVO		DESTAS ÚLTIMAS ERAM DE ALUNOS			
		No começo do ano letivo		No correr do ano letivo		Total						Repetentes do ano ou período		De nacionalidade estrangeira	
		S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.
1.º ano ou período.....	Menos de 3 anos.....														
	3 a 4 anos.....														
	Mais de 4 anos.....														
	Soma.....														
2.º ano ou período.....	Menos de 3 anos.....														
	3 a 4 anos.....														
	Mais de 4 anos.....														
	Soma.....														
3.º ano ou período.....	Menos de 3 anos.....														
	3 a 4 anos.....														
	Mais de 4 anos.....														
	Soma.....														
EM GERAL (esta chave é o resumo, linha a linha, das três anteriores)	Menos de 3 anos.....														
	3 a 4 anos.....														
	Mais de 4 anos.....														
	Soma.....														

b) **FREQUÊNCIA MÉDIA:**
Atenção — Antes de preencher o quadro seguinte, leia-se atentamente o item 13 da Folha I. Conforme ali está explicado, a frequência média "no ano" não é a soma nem mesmo a média das "médias mensais", mas sim a "média geral" durante o ano.

ANOS OU PERÍODOS DO CURSO	SEXO DOS ALUNOS	FREQUÊNCIA MÉDIA (em números inteiros)													
		POR MESES													NO ANO
		Em Jan.	Em Fev.	Em Março	Em Abril	Em Maio	Em Junho	Em Julho	Em Agosto	Em Set.	Em Out.	Em Nov.	Em Dez.		
1.º ano ou período.....	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
2.º ano ou período.....	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
3.º ano ou período.....	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
EM GERAL (esta chave é o resumo, linha a linha, das três anteriores)	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														

c) **APROVEITAMENTO:**
Atenção — Tenha-se em vista, ao preencher o quadro, tudo o que esclarece e recomenda o item 14 da Folha I. Para facilitar a apuração da estatística, sublinhem-se os algarismos relativos às aprovações que exprimirem "conclusões de curso".

APROVAÇÕES ("Conclusões de curso", no ano ÚNICO ou ÚLTIMO, conforme o caso, e "promoções", nos demais anos)	1.º ano ou período		2.º ano ou período		3.º ano ou período		Em todo o curso (total)	
	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.
	Número de alunos aprovados.....							

Figura 6 - Questionário B sobre a Estatística do Ensino Primário Geral; p.02.

Estatística do Ensino Primário Geral
(Público e Particular)

Folha IV

VIA
(A 1.ª via deve ser devolvida à Repartição remetente, ficando a 2.ª no arquivo do estabelecimento informante)

no Estado de referente ao ano de 19.....

Questionário C

LEVANTAMENTO DO "PESSOAL DOCENTE" E DO "MOVIMENTO DIDÁTICO", RELATIVOS AO
ENSINO PRE-PRIMÁRIO INFANTIL (JARDINS DE INFÂNCIA)
INFORMAÇÕES REFERENTES

8. Referir aqui o nome, se houver, do estabelecimento ou educandário informante, — "escola", "colégio", "instituto", ou o que for. Se a casa de ensino não tiver designação especial, lance-se uma indicação que bem a individue, como, por exemplo, "escola (ou curso) do bairro tal, ou da Professora F. F."

Indicar bem explicitamente onde está localizado o estabelecimento, de modo que fique registado o seu endereço exato.

Distrito de Município de

DATA DA INFORMAÇÃO

INFORMANTE { Assinatura:

{ Cargo ou qualidade:

Quesitos

- Mantem o estabelecimento ensino "pre-primário infantil", isto é, o que se ministra às crianças, em regra, dos 4 aos 7 anos de idade? No caso afirmativo, a organização desse ensino é em "grupo escolar", "escola agrupada" ou "escola singular"?
Sim ou não.
 Atenção — Se a resposta a este quesito for negativa, nada mais será preciso declarar na presente folha.
- De quantos "anos", "períodos" ou "séries" consta o respectivo "curso"?
Dizer se de 1, de 2 ou de 3 anos
 Reveja-se o item 5 da Folha I.
- Em quantos "turnos" funcionou o curso? Com que horário para cada "turno"?
Dizer se em 1, 2 ou 3.
Dizer de que horas a que horas funcionou cada "turno". Reveja-se, porém, o item 6 da Folha I.
- Distribuir no quadro a seguir as "classes" com que o "curso" funcionou em cada um dos seus "anos" ou "períodos", mas destacadamente para cada turno se tiver havido mais de um.
 Atenção — A informação deve ser dada mesmo que o "curso" só haja funcionado com um único "turno". Releiam-se os itens 6 e 7 da Folha I.

TURNOS	Número de "classes" em cada "ano" ou "período"				TURNOS	Número de "classes" em cada "ano" ou "período"			
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total		1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total
Turno matutino					Turno vespertino				
Turno do meio dia					Em todos os turnos (total)				

- Do pessoal docente que o estabelecimento emprega, indicar no quadro abaixo, com a discriminação que nele se vê, quantas pessoas lecionaram no "curso" a que se refere esta folha.
 Atenção — Releiam-se os itens 8 e 9 da Folha I.

CATEGORIAS	NÚMERO DE PROFESSORES					
	NORMALISTAS			NÃO NORMALISTAS		
	Homens	Mulheres	Soma	Homens	Mulheres	Soma
Professores "catedráticos"						
Professores "auxiliares"						
Total						

Nota — Apesar de estranhável à primeira vista a atuação de professores do sexo masculino no ensino pre-primário, está verificado que alguns Estados os admitem como orientadores técnicos, tornando-se, assim, necessário adaptar o formulário à inclusão deles.

Figura 7 - Questionário C sobre a Estatística do Ensino Primário Geral; p.01.

a) MATRICULA: (S. I.: SEXO feminino.)
 Atenção — Antes de preencher o quadro que se segue, releia o informante os itens 10, 11 e 12 da Folha I.

ANOS OU PERÍODOS DO CURSO	IDADE DOS ALUNOS	NÚMERO DE INSCRIÇÕES OU "MATRICULAS"													
		EFETUADAS						CANCELADAS DURANTE O ANO LETIVO		QUE VIGORAVAM AO ENCERRAR-SE O ANO LETIVO		DESTAS ÚLTIMAS ERAM DE ALUNOS			
		No começo do ano letivo		No correr do ano letivo		Total		S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	Repetentes do ano ou período		De nacionalidade estrangeira	
		S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.
1.º ano ou período...	Menos de 4 anos.														
	4 a 6 anos.....														
	Mais de 6 anos...														
	Soma.....														
2.º ano ou período...	Menos de 4 anos.														
	4 a 6 anos.....														
	Mais de 6 anos...														
	Soma.....														
3.º ano ou período...	Menos de 4 anos.														
	4 a 6 anos.....														
	Mais de 6 anos...														
	Soma.....														
EM GERAL (esta chave é o resumo, linha a linha, das três anteriores).	Menos de 4 anos.														
	4 a 6 anos.....														
	Mais de 6 anos...														
	Soma.....														

b) FREQUÊNCIA MÉDIA:
 Atenção — Antes de preencher o quadro seguinte, leia-se atentamente o item 13 da Folha I. Conforme ali está explicado, a frequência média "no ano" não é a soma nem mesmo a média das "médias mensais", mas sim a "média geral" durante o ano.

ANOS OU PERÍODOS DO CURSO	SEXO DOS ALUNOS	FREQUÊNCIA MÉDIA (em números inteiros)													
		POR MESES												NO ANO	
		Em Jan.	Em Fev.	Em Março	Em Abril	Em Maio	Em Junho	Em Julho	Em Agosto	Em Set.	Em Out.	Em Nov.	Em Dez.		
1.º ano ou período...	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
2.º ano ou período...	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
3.º ano ou período...	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
EM GERAL (esta chave é o resumo, linha a linha, das três anteriores).	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														

c) APROVEITAMENTO:
 Atenção — Tenha-se em vista, ao preencher o quadro, tudo o que esclarece e recomenda o item 14 da Folha I. Para facilitar a apuração da estatística, sublinhem-se os algarismos relativos às aprovações que exprimirem "conclusões de curso".

APROVAÇÕES ("Conclusões de curso", no ano ÚNICO ou ÚLTIMO, conforme o caso, e "promoções", nos demais anos)	1.º ano ou período		2.º ano ou período		3.º ano ou período		Em todo o curso (total)	
	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.
	Número de alunos aprovados.....							

Figura 8 - Questionário C sobre a Estatística do Ensino Primário Geral; p.02.

ESTATÍSTICA DO ENSINO PRIMÁRIO GERAL
(Público e Particular)

VIA
(A 1.ª via deve ser devolvida à Repartição remetente, ficando a 2.ª no arquivo do estabelecimento informante.)

no Estado de.....referente ao ano de 19.....

Questionário D

LEVANTAMENTO DO "PESSOAL DOCENTE" E DO "MOVIMENTO DIDÁTICO", RELATIVOS AO
ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM

INFORMAÇÕES REFERENTES

a Referir aqui o nome, si houver, do estabelecimento ou educandário informante, - "escola", "colégio", "instituto" ou o que for. Si a casa de ensino não tiver designação especial, lance-se uma indicação que bem a individue, como, por exemplo, "escola (ou curso) do bairro tal, ou da Professora F. P."

situad.....
Indicar bem explicitamente onde está localizado o estabelecimento, de modo que fique registado o seu endereço exato.

Distrito de.....Município de.....

DATA DA INFORMAÇÃO.....

INFORMANTE { Assinatura:.....
Cargo ou qualidade:.....

Quesitos

- Ministra o estabelecimento o ensino chamado primário fundamental comum, isto é, o que se destina, de um modo geral, sem visar ao mesmo tempo especialização profissional, às crianças "em idade escolar", isto é, em regra, de idade entre 7 e 14 anos?..... No caso afirmativo, a organização desse ensino é em "grupo escolar", "escola agrupada" ou "escola singular"?.....
Sim ou não.
Atenção — Si a resposta a este quesito for negativa, nada mais será preciso declarar na presente folha.
- De quantos "anos", "períodos" ou "séries" consta o respectivo "curso"?.....
Dizer si de 1, 2, 3, 4 ou 5 anos.
Reveja-se o item 6 da Folha I.
- Em quantos "turnos" funcionou o curso?..... Com que horário para cada "turno"?.....
Dizer si em 1, 2 ou 3.
Dizer de que horas a que horas funcionou cada "turno". Reveja-se porém o item 8 da Folha I.
- Distribuir no quadro a seguir as "classes" com que o "curso" funcionou em cada um dos seus "anos" ou "períodos" mas destacadamente para cada turno si tiver havido mais de um.
Atenção — A informação deve ser dada mesmo que o "curso" só haja funcionado com um único "turno". Releiam-se os itens 6 e 7 da Folha I.

TURNOS	Número de "classes" em cada "ano" ou "período"						TURNOS	Número de "classes" em cada "ano" ou "período"					
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Total		1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Total
Turno matutino.....							Turno vespertino.....						
Turno do meio dia.....							Em todos os turnos (total).....						

- Do pessoal docente que o estabelecimento emprega, indicar no quadro abaixo, com a discriminação que nele se vê, quantas pessoas lecionaram no "curso" a que se refere esta folha.
Atenção — Releiam-se os itens 8 e 9 da Folha I.

CATEGORIAS	NÚMERO DE PROFESSORES					
	NORMALISTAS			NÃO NORMALISTAS		
	Homens	Mulheres	Soma	Homens	Mulheres	Soma
Professores "catedráticos".....						
Professores "auxiliares".....						
Total.....						

(Conclua no outro lado da folha.)

Figura 9 - Questionário D sobre a Estatística do Ensino Primário Geral; p.01.

CONVENÇÃO: S. f. : sexo feminino.

a) MATRÍCULA:
Atenção — Antes de preencher o quadro que se segue, releia o informante os itens 10, 11 e 12 da Folha I.

ANOS OU PERÍODOS DO CURSO	IDADE DOS ALUNOS	NÚMERO DE INSCRIÇÕES OU "MATRÍCULAS"													
		EFETUADAS						CANCELADAS DURANTE O ANO LETIVO	QUE VIGORAVAM AO ENCERRAR-SE O ANO LETIVO		Destas últimas eram de alunos				
		No começo do ano letivo		No correr do ano letivo		Total					Repetentes do ano ou período		De nacionalidade estrangeira		
		S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.
1.º ano ou período.....	Menos de 8 anos....														
	8 a 11 anos.....														
	Mais de 11 anos....														
	Soma.....														
2.º ano ou período.....	Menos de 8 anos....														
	8 a 11 anos.....														
	Mais de 11 anos....														
	Soma.....														
3.º ano ou período.....	Menos de 8 anos....														
	8 a 11 anos.....														
	Mais de 11 anos....														
	Soma.....														
4.º ano ou período.....	Menos de 8 anos....														
	8 a 11 anos.....														
	Mais de 11 anos....														
	Soma.....														
5.º ano ou período.....	Menos de 8 anos....														
	8 a 11 anos.....														
	Mais de 11 anos....														
	Soma.....														
EM GERAL (esta chave é o resumo, linha a linha, das cinco anteriores).....	Menos de 8 anos....														
	8 a 11 anos.....														
	Mais de 11 anos....														
	Soma.....														

b) FREQUÊNCIA MÉDIA:
Atenção — Antes de preencher o quadro seguinte, leia-se atentamente o item 13 da Folha I. Conforme ali está explicado, a frequência média "no ano" não é a soma nem mesmo a média das "médias mensais", mas sim a "média geral" durante o ano.

ANOS OU PERÍODOS DO CURSO	SEXO DOS ALUNOS	FREQUÊNCIA MÉDIA (em números inteiros)													
		POR MESES													NO ANO
		Em Jan.	Em Fev.	Em Março	Em Abril	Em Maio	Em Junho	Em Julho	Em Agosto	Em Set.	Em Out.	Em Nov.	Em Dez.		
1.º ano ou período.....	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
2.º ano ou período.....	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
3.º ano ou período.....	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
4.º ano ou período.....	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
5.º ano ou período.....	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
EM GERAL (esta chave é o resumo, linha a linha, das cinco anteriores).....	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														

c) APROVEITAMENTO:
Atenção — Tenha-se em vista, ao preencher o quadro, tudo o que esclarece e recomenda o item 14 da Folha I. Para facilitar a apuração da estatística, sublinhem-se os algarismos relativos às aprovações que exprimirem "conclusões de curso".

APROVAÇÕES ("Conclusões de curso" no ano ÚNICO ou ÚLTIMO, conforme o caso, e "promoções", nos demais anos)	1.º ano ou período		2.º ano ou período		3.º ano ou período		4.º ano ou período		5.º ano ou período		Em todo o curso (total)	
	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.
	Número de alunos aprovados.....											

Figura 10 - Questionário D sobre a Estatística do Ensino Primário Geral; p.02.

Estatística do Ensino Primário Geral

(Público e Particular)

Modelo Conv. nº
Folha VI

VIA
(A 1.ª via deve ser devolvida à Repartição remetente, ficando a 2.ª no arquivo do estabelecimento informante.)

no Estado de referente ao ano de 19.....

Questionário E

LEVANTAMENTO DO "PESSOAL DOCENTE" E DO "MOVIMENTO DIDÁTICO", RELATIVOS AO ENSINO PRIMÁRIO COMPLEMENTAR

INFORMAÇÕES REFERENTES

a. Referir aqui o nome, se houver, do estabelecimento ou educandário informante, — "escola", "colégio", "instituto", ou o que for. Se a casa de ensino não tiver designação especial, lance-se uma indicação que bem a individue, como, por exemplo, "escola (ou curso) do bairro tal, ou da Professora F. F." situad.....

Indicar bem explicitamente onde está localizado o estabelecimento, de modo que fique registrado o seu endereço exato.

Distrito de Município de

DATA DA INFORMAÇÃO:

INFORMANTE: Assinatura:

Cargo ou qualidade:

Questitos

- Mantem o estabelecimento o ensino chamado *primário complementar*, isto é, o que se ministra geralmente a crianças entre os 12 e os 16 anos, para lhes melhorar a instrução adquirida no curso primário fundamental?
Sim ou não.
 Esse ensino é *pre-vocacional*, isto é, sem objetivo de orientação vocacional, ou de *adaptação a cursos especializados* (normal, técnico, agrônômico, etc.)?
Dizer se o curso é pre-vocacional ou de adaptação a tal ou tal ensino.
No caso afirmativo, a organização desse ensino é em "grupo escolar", "escola agrupada" ou "escola singular"?
Atenção — Se a resposta a este quesito for negativa, nada mais será preciso declarar na presente folha.
- De quantos "anos", "períodos" ou "séries" consta o respectivo "curso"?
Dizer se de 1, 2, 3, 4 ou 5 anos.
- Em quantos "turnos" funcionou o curso? Com que horário para cada "turno"?
Reveja-se o item 5 da Folha I.
Dizer se em 1, 2 ou 3.
- Distribuir no quadro a seguir as "classes" com que o "curso" funcionou em cada um dos seus "anos" ou "períodos", mas destacadamente para cada turno se tiver havido mais de um.
Atenção — A informação deve ser dada mesmo que o "curso" só haja funcionado com um único "turno". Releiam-se os itens 6 e 7 da Folha I.

TURNOS	Número de "classes" em cada "ano" ou "período"						TURNOS	Número de "classes" em cada "ano" ou "período"					
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Total		1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Total
Turno matutino							Turno vespertino Em todos os turnos (total).....						
Turno do meio dia													

- Do pessoal *docente* que o estabelecimento emprega, indicar no quadro abaixo, com a discriminação que nele se vê, quantas pessoas lecionaram no "curso" a que se refere esta folha.
Atenção — Releiam-se os itens 8 e 9 da Folha I.

CATEGORIAS	NÚMEROS DE PROFESSORES					
	NORMALISTAS			NÃO NORMALISTAS		
	Homens	Mulheres	Soma	Homens	Mulheres	Soma
Professores "catedráticos"						
Professores "auxiliares"						
Total						

(Conclua no outro lado da folha)

Figura 11 - Questionário E sobre a Estatística do Ensino Primário Geral; p.01.

a) MATRÍCULA:
Atenção — Antes de preencher o quadro que se segue, releia o informante os itens 10, 11 e 12 da Folha I.

ANOS OU PERÍODOS DO CURSO	IDADE DOS ALUNOS	NÚMERO DE INSCRIÇÕES OU MATRÍCULAS													
		EFETUADAS						CANCELADAS DURANTE O ANO LETIVO		QUE VIGORAVAM AO ENCERRAR-SE O ANO LETIVO		DESTAS ÚLTIMAS ERAM DE ALUNOS			
		No começo do ano letivo		No correr do ano letivo		Total						Repetentes do ano ou período		De nacionalidade estrangeira	
		S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.
1.º ano ou período...	Menos de 13 anos.														
	13 a 15 anos....														
	Mais de 15 anos..														
	Soma.....														
2.º ano ou período...	Menos de 13 anos.														
	13 a 15 anos....														
	Mais de 15 anos..														
	Soma.....														
3.º ano ou período...	Menos de 13 anos.														
	13 a 15 anos....														
	Mais de 15 anos..														
	Soma.....														
4.º ano ou período...	Menos de 13 anos.														
	13 a 15 anos....														
	Mais de 15 anos..														
	Soma.....														
5.º ano ou período...	Menos de 13 anos.														
	13 a 15 anos....														
	Mais de 15 anos..														
	Soma.....														
EM GERAL (esta chave é o resumo, linha a linha, das cinco anteriores).	Menos de 13 anos.														
	13 a 15 anos....														
	Mais de 15 anos..														
	Soma.....														

b) FREQUÊNCIA MÉDIA:
Atenção — Antes de preencher o quadro seguinte, leia-se atentamente o item 13 da Folha I. Conforme ali está explicado, a frequência média "no ano" não é a soma nem mesmo a média das "médias mensais", mas sim a "média geral" durante o ano.

ANOS OU PERÍODOS DO CURSO	SEXO DOS ALUNOS	FREQUÊNCIA MÉDIA (em números inteiros)													NO ANO
		POR MESES													
		Em Jan.	Em Fev.	Em Março	Em Abril	Em Maio	Em Junho	Em Julho	Em Agosto	Em Set.	Em Out.	Em Nov.	Em Dez.		
1.º ano ou período...	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
2.º ano ou período...	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
3.º ano ou período...	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
4.º ano ou período...	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
5.º ano ou período...	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														
EM GERAL (esta chave é o resumo, linha a linha, das cinco anteriores).	Sexo masculino.....														
	Sexo feminino.....														
	Soma.....														

c) APROVEITAMENTO:
Atenção — Tenha-se em vista, ao preencher o quadro, tudo o que esclarece e recomenda o item 14 da Folha I. Para facilitar a apuração da estatística, sublinham-se os algarismos relativos às aprovações que exprimirem "conclusões de curso".

APROVAÇÕES ("Conclusões de curso", no ano ÚNICO ou ÚLTIMO, conforme o caso, e "promoções", nos demais anos)	1.º ano ou período		2.º ano ou período		3.º ano ou período		4.º ano ou período		5.º ano ou período		Em todo o curso (total)	
	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.	S. m.	S. f.
Número de alunos aprovados.....												

Figura 12 - Questionário E sobre a Estatística do Ensino Primário Geral; p.02.

Anexo 2

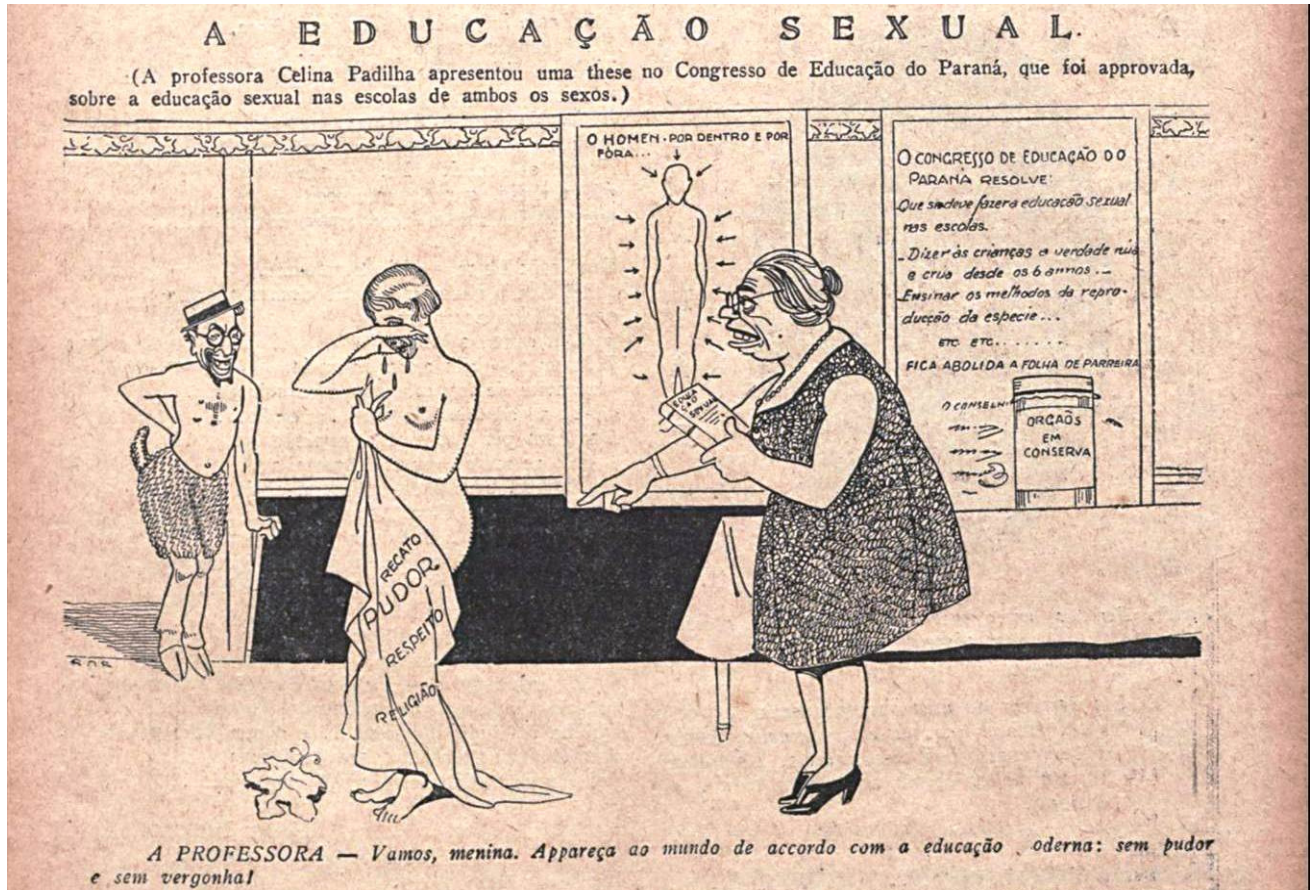


Figura 13 - Charge sobre Educação Sexual. In: revista O Malho; edição 1356; 08 de setembro de 1928; p60.